



Relatório e Contas 2019

MAPFRE - Seguros de Vida, S.A.

 **MAPFRE**

ÍNDICE



A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. é uma das sociedades do Grupo MAPFRE que desenvolve a sua atividade em Portugal. É detida a 100% pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE ESPAÑA, S.A., e esta última detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

1

ÓRGÃOS
SOCIAIS P. 3

3

CONTAS
ANUAIS 2018 P. 29

2

RELATÓRIO
DE GESTÃO P. 5

4

NOTAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS P. 36

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS CONTAS E RELATÓRIO
E PARECER DO CONSELHO
FISCAL P. 148



1. órgãos sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (2017-2020)

Presidente

Luis Anula Rodriguez

Vice-Presidente

Vítor Manuel da Silva Reis

Secretário

Pedro Ribeiro e Silva

Vogais

Juan Fernández Palacios

Pedro Ribeiro e Silva

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL (2017-2020)

Presidente

José Manuel Inchausti Pérez

Secretário

Pedro Ribeiro e Silva

CONSELHO FISCAL (2018-2020)

Presidente

José Ferreira Machado

Vogais

Luís Filipe Caldas

João Sobral do Rosário

Suplente

José Gabriel Chimeno

SOCIEDADE REVISORA OFICIAL DE CONTAS (2018-2020)

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por José Manuel Horta Nova Nunes

Suplente:

Hugo Jorge Gonçalves Cláudio



PRINCIPAIS INDICADORES

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. emitiu no ano de 2019 prémios de contratos de seguros no valor de 38,33 milhões de euros e contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no valor aproximado de um milhão de euros.



Foi desenvolvida uma vasta atividade de forma a responder aos objetivos do plano estratégico: crescer com rentabilidade, desenvolver a rede de distribuição e investir na cultura e no talento humano.

3,5 M€
Resultado líquido

48,6 M€
Capital próprio

341,4 M€
Ativo

292,9 M€
Passivo

312 %
Rácio de solvência

69
pessoas



57% homens



43% mulheres

44,4 anos & **13,4** anos
Média de indicadores de idade e antiguidade

2.115 h
de formação

COLABORADORES

Média por colaborador

31 h

1 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

As projeções no final de 2019 apontam para uma desaceleração da atividade económica nos próximos anos. Este abrandamento surge como consequência do ambiente externo menos favorável e da aproximação do crescimento do PIB ao potencial da economia.



As projeções atuais para a economia portuguesa, contidas no Boletim Económico do Banco de Portugal de dezembro de 2019, apontam para uma desaceleração da atividade económica, não apenas no ano 2019, mas também no horizonte temporal dos próximos anos, traduzida numa diminuição do ritmo de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto).

Por um lado, esta desaceleração surge como consequência do ambiente externo menos favorável, nomeadamente no que respeita à evolução do comércio mundial, sob o qual continuam a pairar algumas ameaças oriundas de medidas protecionistas e de uma certa instabilidade política, que levou, já em 2019, a uma travagem nas exportações.



A dinâmica de investimento revelou-se mais forte no ano 2019, por via do relançamento de algumas obras públicas de maior dimensão que estiveram congeladas nos últimos anos e pelo dinamismo da construção residencial que beneficiou também de uma retoma.

QUADRO 1 | Indicadores da Economia Mundial

	2017	2018	2019	2020	2021
PIB mundial (% crescimento)	3,6	3,6	2,7	2,9	3,1
PIB zona euro (% crescimento)	2,5	1,9	1,2	1,1	1,4
Comércio (% crescimento)	5,2	4,2	0,6	1,4	2,6
Cotação do petróleo (euros)	48,2	60,2	57,0	54,0	52,0

Fonte: Banco de Portugal (*Boletim Económico*, dezembro de 2019)

O efeito deste enquadramento externo, com maior impacto nas áreas industriais, acabou por ser amortecido pelo comportamento da procura interna, revelado por um incremento relativamente robusto do consumo privado e por uma dinâmica muito interessante do investimento, permitindo que o crescimento do PIB, embora mais fraco do que nos anos anteriores, se tenha mantido em terreno positivo.

Quanto à evolução do consumo privado, a mesma reflete o enquadramento favorável do rendimento

disponível, associado ao crescimento do emprego e ao aumento do salário mínimo nacional, bem como à manutenção da taxa de poupança em níveis mínimos, para o que tem contribuído sobremaneira o período prolongado de baixas taxas de juro que se tem vivido e que se espera assim continue em função das medidas de injeção de liquidez anunciadas pelo Banco Central Europeu.

Como referido, a dinâmica de investimento revelou-se mais forte no ano 2019, por via do relançamento de algumas obras públicas de maior dimensão que estiveram congeladas nos últimos anos e pelo dinamismo da construção residencial que beneficiou também de uma retoma, após vários anos de estagnação, impulsionada por uma certa sobrevalorização dos preços nos tempos mais recentes, a que não é alheio, mais uma vez, o entorno de baixas taxas de juro.

Uma segunda componente que explica a desaceleração é a aproximação do crescimento do PIB ao potencial da economia, uma vez que este continua a revelar algumas debilidades decorrentes, mormente, do fraco crescimento demográfico e da baixa produtividade.

Por isso, estes dois últimos aspetos aparecem como os grandes desafios imediatos do nosso país, para os quais urge encontrar soluções políticas na medida em que, após um período recente no qual se pôde beneficiar da absorção da significativa bolsa de recursos que estava na situação de desemprego em decorrência da crise económica, a evolução do PIB encontra-se, agora, bastante constrangida pela baixa taxa de desemprego que atingiu já o chamado nível estrutural.

Em relação ao Índice de Preços no Consumidor, não existiu nem se perspectiva qualquer foco de tensão, esperando-se a sua manutenção num nível reduzido. Em 2019, este índice apresentou uma redução significativa, essencialmente associada aos preços dos fatores energéticos e a uma medida governamental não recorrente, no caso o ajustamento em baixa do custo dos transportes, sendo apenas de esperar alguma recuperação nos próximos anos, uma vez dissipados estes efeitos.

Cabe também uma referência final para destacar o excelente comportamento das Contas Públicas, cujo saldo se estima muito próximo de zero em 2019 e mesmo

superavitário para o ano 2020, de acordo com a proposta de orçamento de Estado, algo que, a confirmar-se, ocorrerá pela primeira vez desde a instituição do regime democrático. Este logro foi em 2019, e continuará a ser nos próximos anos, muito importante na recuperação da confiança e na imagem do país perante os investidores institucionais, permitindo uma maior facilidade na colocação da dívida e uma redução nos respetivos juros, funcionando assim esta última variável de forma pró-cíclica na melhoria do saldo orçamental.



***A evolução do consumo privado
reflete o enquadramento favorável
do rendimento disponível.***



QUADRO 2 | Indicadores económicos de Portugal

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
PIB	1,6	1,5	2,8	2,4	2,0	1,7	1,6
Consumo privado	2,6	2,1	2,3	3,1	2,3	2,1	1,9
Consumo público	0,8	0,6	0,2	0,9	0,5	0,8	0,8
Investimento	4,5	1,6	9,2	5,8	7,3	5,4	4,8
Exportações	6,1	4,1	7,8	3,8	2,8	2,6	2,8
Importações	8,2	4,1	8,1	5,8	5,4	4,6	4,2
Taxa de desemprego	12,4	11,1	8,9	7,0	6,3	5,9	5,6
Índice de preços no consumidor	0,5	0,6	1,6	1,2	0,3	0,9	1,2
Saldo das contas públicas	- 4,4	- 2,1	- 1,4	- 0,4	- 0,1	0,2	-
Taxa de juro de curto prazo	-	- 0,300	- 0,300	- 0,300	- 0,400	0,400	0,400

Dados em percentagem – Dados de 2019, 2020 e 2021 são estimativas.

Fontes: Saldo das Contas Públicas – Ministério das Finanças; restantes indicadores – Banco de Portugal (*Boletim Económico* de dezembro 2019).

A evolução do PIB encontra-se bastante constrangida pela baixa taxa de desemprego que atingiu já o chamado nível estrutural.

2 ENQUADRAMENTO SETORIAL

A evolução relativamente favorável do PIB potenciou o maior incremento desde há cerca de duas décadas do segmento Não Vida. No segmento Vida, no qual a componente de produtos financeiros é bastante elevada, verificou-se um decréscimo de 13,9%.



O volume de vendas do setor segurador atingiu um montante total de, sensivelmente, 12.200 milhões de euros, praticamente 750 milhões de euros a menos do que no ano anterior, o que corresponde a um decréscimo de 5,8%, invertendo assim a tendência que vinha a apresentar nos últimos dois anos.

Devido a este comportamento, os indicadores de relevância económica do setor recuaram para níveis próximos dos do ano 2017, com a percentagem de vendas sobre o PIB a situar-se em 6% e o prémio médio por habitante a fixar-se em 1.186 euros

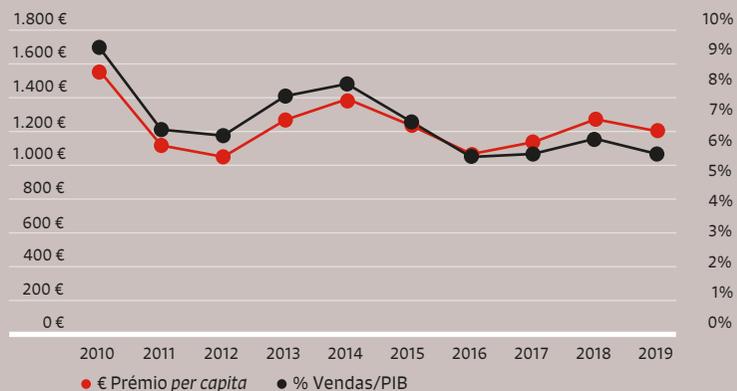
Se esta evolução não é de forma alguma positiva, uma análise do horizonte temporal dos últimos 10 anos é ainda mais preocupante, porque permite constatar a existência de uma tendência descendente destes dois indicadores, a qual, se não for objeto de uma reflexão e reação por parte dos operadores, aproveitando, nomeadamente, as oportunidades derivadas das crescentes

necessidades de cobertura de riscos emergentes e de novos instrumentos de poupança, poderá arrastar o setor para um papel pouco relevante no contexto da economia (gráfico 1).

Embora a evolução relativamente favorável do PIB tenha potenciado um desempenho positivo do segmento Não Vida – que apresentou um incremento de 7,9%, o maior desde há cerca de duas décadas – no segmento Vida, no qual a componente de produtos financeiros é bastante elevada, verificou-se um decréscimo de 13,9% a que não será alheio o entorno de taxas de juro pouco estimulante da poupança.

Analisando a evolução histórica da última década, constatamos uma enorme volatilidade do segmento Vida em contraste com uma maior estabilidade e um crescimento sustentado em Não Vida, neste caso, em consonância com a evolução mais favorável do PIB (gráfico 2).

GRÁFICO 1 | Penetração do setor segurador na economia



Fonte: APS

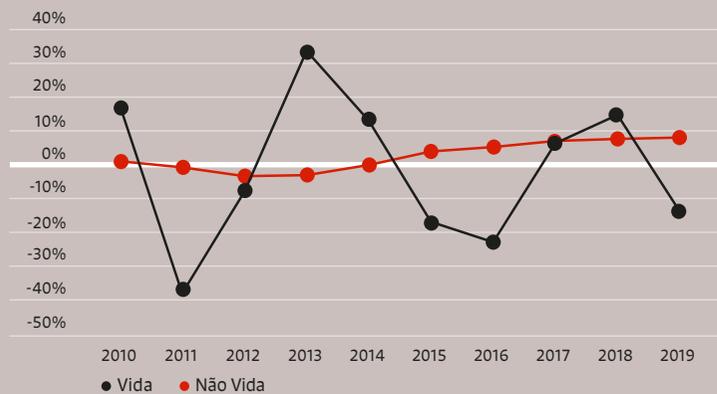


Uma análise dos últimos 10 anos permite constatar uma tendência descendente dos indicadores de relevância económica do setor.



Na última década, constatamos uma enorme volatilidade do segmento Vida em contraste com uma maior estabilidade e um crescimento sustentado em Não Vida.

GRÁFICO 2 | Taxa de crescimento nominal – vendas



Fonte: APS

No âmbito do segmento Não Vida, os ramos mais representativos da carteira de prémios tiveram crescimentos bastante positivos, porém, não uniformes (gráfico 3).

Multirriscos e Doença continuaram a progredir através do reforço da taxa de crescimento, 6,3% no primeiro caso e 8,7% no segundo, este último recuperando do abrandamento nos dois anos anteriores.

O ramo Automóvel, depois de um incremento continuado no triénio anterior, viu a sua taxa de crescimento estabilizar em torno dos 7%, a que não será alheio o menor crescimento de vendas de veículos novos.

Por sua vez, em Acidentes de Trabalho, após os anos de ajustamentos tarifários impulsionados pelo supervisor, assistiu-se a um crescimento mais moderado de 11,8%. Embora se trate de uma percentagem significativa, parece não ter sido suficiente para garantir um adequado equilíbrio técnico do ramo, tal como comentaremos mais à frente ao realizar uma abordagem ao rácio combinado.

No segmento Vida, todos os grandes agregados de produtos tiveram taxas de crescimento negativas. Não obstante, esse

decréscimo foi menos pronunciado nos produtos ligados a fundos de investimento do que nos não ligados e nos PPR, cujo afundamento das taxas de crescimento é bem visível no gráfico 4.

Este diferencial de comportamento parece ser consequência lógica do facto destas duas últimas classes de produtos estarem tipicamente associadas a taxas de rentabilidade e capitais garantidos e, por isso, se tornarem menos atrativas num contexto de baixas taxas de juro, acabando os clientes por arriscar um pouco mais em produtos ligados a fundos de investimento na procura de alguma rentabilidade.

A sinistralidade do segmento Não Vida (gráfico 5), medida em relação aos prémios emitidos, teve uma evolução favorável, descendo de 65,2% no ano anterior para 61,9% este ano de 2019.

Para tal evolução favorável global muito contribuíram os ramos Multirriscos, cuja percentagem tem vindo a descer depois do pico de 2017 associado aos trágicos incêndios, situando-se em 2019 nos 39,7%, ou seja, regressando praticamente ao mesmo nível do ano 2015, o que apraz reconhecer como excelente.

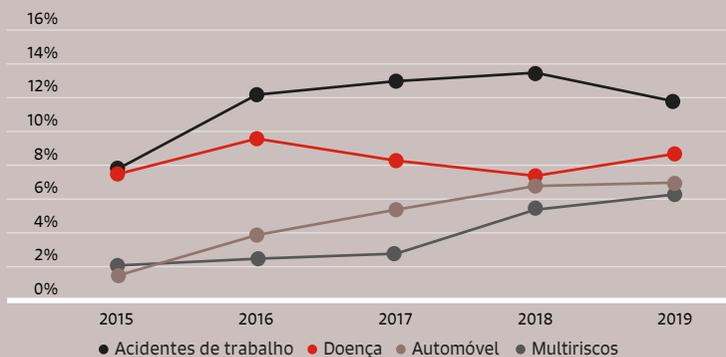
No ramo Automóvel, a evolução da sinistralidade não apresentou qualquer surpresa, parecendo ter estabilizado em torno de uma percentagem média de 65%.

O mesmo já não se pode afirmar em relação a Acidentes de Trabalho, no qual, após descidas relevantes nos dois anos precedentes, a sinistralidade inverteu essa tendência subindo 4 pontos percentuais até aos 83,6%, agravamento este que é tanto mais relevante na medida em que foi o responsável pela preocupante subida do rácio combinado líquido de resseguro, conforme comentaremos mais adiante.

Na vertente de Vida, no que concerne à sinistralidade de Risco Puro, não parece ter ocorrido nada digno de menção especial, além de se constatar que terminou num excelente nível, mantendo-se mais um ano dentro de uma banda de variação entre 25% a 30%, situação bem evidente no gráfico 6.

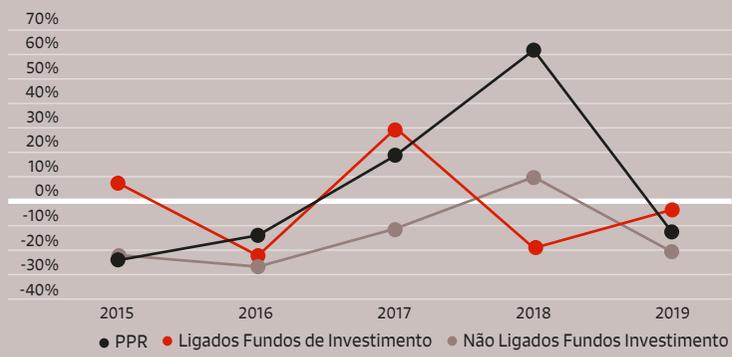
A sinistralidade do segmento Não Vida, em relação aos prémios emitidos, teve uma evolução favorável, de 65,2% no ano anterior para 61,9% este ano.

GRÁFICO 3 | Taxas de crescimento – ramos Não Vida



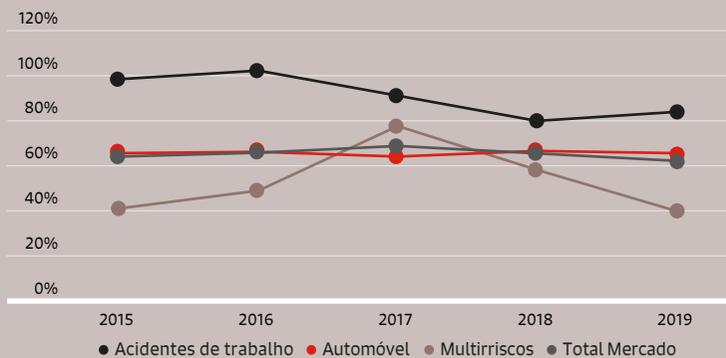
Fonte: APS

GRÁFICO 4 | Taxas de crescimento – ramo Vida



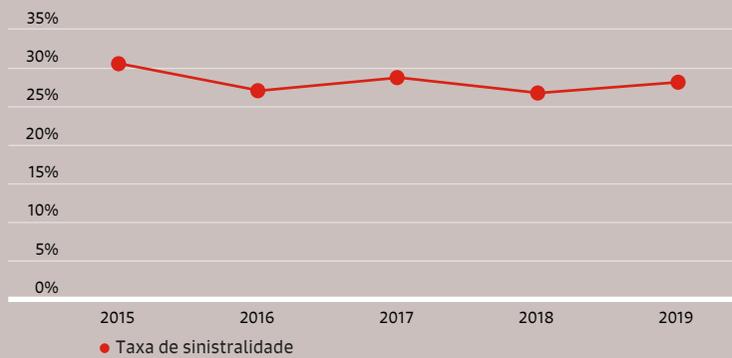
Fonte: APS

GRÁFICO 5 | Taxa de sinistralidade Não Vida (s/ prémios emitidos)



Fonte: APS

GRÁFICO 6 | Evolução da taxa de sinistralidade Vida Risco Puro



Fonte: APS

Pela importância de que se reveste a componente de produtos financeiros no negócio Vida parece-nos relevante deixar uma referência à evolução do fluxo técnico, pois este acaba por refletir a aportação líquida para os valores sob gestão nas seguradoras.

Tendo em conta o comportamento menos favorável das vendas, não seria de esperar que o fluxo técnico apresentasse uma evolução brilhante e, com efeito, ainda que tenha sido positivo pelo terceiro ano consecutivo, está longe de revelar um desempenho consistente, pois verifica-se que foi perdendo força ao longo do ano, tendo sido mesmo residual no último trimestre, conforme demonstra o gráfico 7.

Dada a erosão que se verificou na primeira metade da década, os desempenhos dos últimos três anos não foram suficientemente robustos para recuperar o volume acumulado, mantendo este indicador em terreno negativo.

Quanto a resultados, os dados provisórios disponibilizados pela Associação Portuguesa de Seguradores apontam para um valor global (Vida + Não Vida) de aproximadamente 346 milhões de euros, o que representa uma descida de cerca de 25,7% frente aos 466 milhões de euros conseguidos no ano anterior.

Esta diminuição resulta da *performance* menos positiva do segmento Vida, cujo resultado da conta técnica baixou praticamente 45%, de 361 milhões de euros no ano 2018 para 197 milhões em 2019.

Já a conta técnica da componente Não Vida apresentou uma melhoria, com o resultado a subir 34,6%, alcançando cerca de 193 milhões de euros frente a 144 milhões no ano anterior.

Tal melhoria reflete uma descida do rácio combinado de 1,3 pontos percentuais, o qual se situou abaixo da fasquia dos

100%, mais concretamente em 99,4%. Nesta evolução favorável são de destacar dois contributos positivos e um negativo:

- melhoria de 2,7 pontos percentuais em Automóvel (103,6% em 2019 contra 106,3% no ano anterior);
- melhoria de 11,6 pontos percentuais em Incêndio e Outros Danos (86,1% em 2019 contra 97,7% em 2018);
- agravamento significativo em Acidentes de Trabalho em quase 6 pontos percentuais, de 107,6% no ano passado para 113,4% este ano, um nível preocupante que volta a colocar o ramo numa situação pouco sustentável, não apenas pelo significado do seu valor absoluto, mas também porque inverteu a tendência que se vinha a verificar nos últimos anos após a intervenção do supervisor.

Na caracterização setorial, cabe ainda uma referência ao nível de solvência, não fosse este um dos indicadores mais importantes da atividade seguradora.

Não estão disponíveis os dados com referência ao encerramento do exercício, mas ao fecho do terceiro trimestre, de acordo com uma publicação da Associação Portuguesa de Seguradores, apesar de um aumento do Ativo, os Fundos Próprios elegíveis desciam em resultado de um aumento proporcionalmente maior do Passivo.

Por essa razão, o rácio de cobertura do requisito de solvência era de 168,7%, apenas um pouco abaixo dos 171,9% ao fecho do ano 2018, mas já significativamente menor do que os 181,8% que se verificavam no fecho do terceiro trimestre desse ano. A descida mais acentuada verificava-se no conjunto das companhias Vida, enquanto as Mistas o mantinham praticamente inalterado e as Não Vida até o reforçavam um pouco.

GRÁFICO 7 | Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2019 (milhões €)

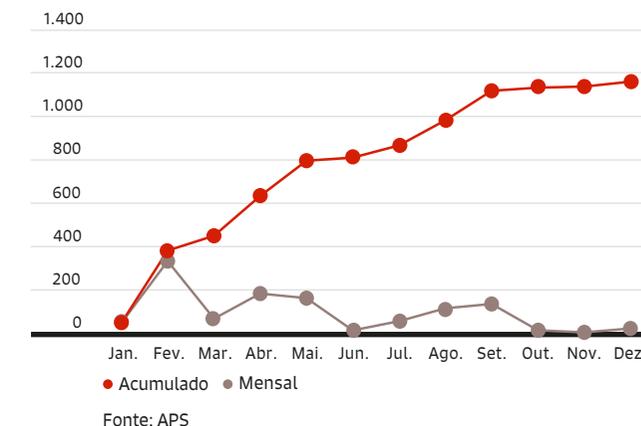
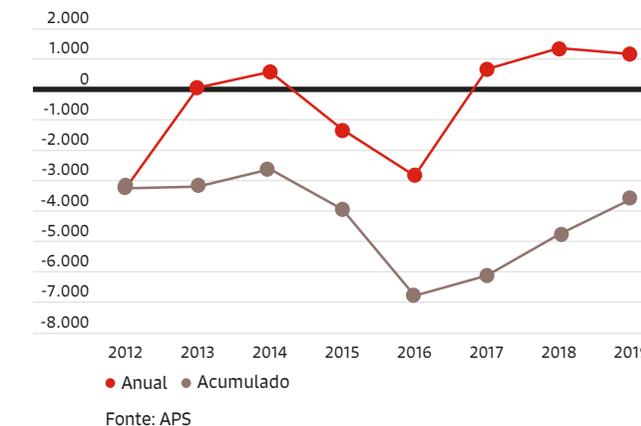


GRÁFICO 8 | Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2012-2019 (milhões €)



3 ATIVIDADE DA EMPRESA

Em 2019, a empresa deu continuidade ao seu plano estratégico, destacando-se o aumento de 108% da rentabilidade. O volume total de vendas alcançou 39,32 milhões de euros, um crescimento de 0,1%, que compara muito favoravelmente com o decréscimo de 14,2% do conjunto do mercado Vida. O balanço encerrou com um reforço de 9,1 milhões de euros do capital próprio, atingindo 48,56 milhões de euros.



Ao longo do ano 2019, foi desenvolvida uma vasta atividade pelas diversas áreas da MAPFRE – Seguros de Vida de forma a responder aos objetivos definidos como pilares do plano estratégico: crescer com rentabilidade, desenvolver rede de distribuição e investir na cultura e no talento humano.

Estes pilares não representam uma rutura com os últimos dois anos – pelo contrário, afirmam uma estratégia de continuidade, adotada na sequência dos resultados positivos obtidos ao longo desse período.

Sendo assim, de forma coerente com os objetivos, as tarefas através das quais se concretizou a implementação do plano estratégico apresentaram também uma característica de continuidade.

Neste contexto, no âmbito do crescimento rentável, dedicou-se uma atenção especial ao desenvolvimento do negócio na área dos produtos de risco puro, de tal forma que este segmento experimentou um crescimento de 23,8%, percentagem amplamente superior à do conjunto do mercado.

Por outro lado, no que concerne aos produtos de poupança, face ao entorno prolongado de baixas taxas de juro que se continuou a verificar – o qual se tem constituído numa limitação à rentabilidade passível de oferecer aos clientes e, em simultâneo, num fator de risco acrescido para a empresa, associado a uma subida das taxas de juro que mais cedo ou mais tarde acabará por acontecer – houve que redirecionar a oferta para os produtos do tipo *Unit-Linked*. Esta opção revelou-se bem sucedida, tendo este segmento de produtos apresentado um crescimento de 29,4%.

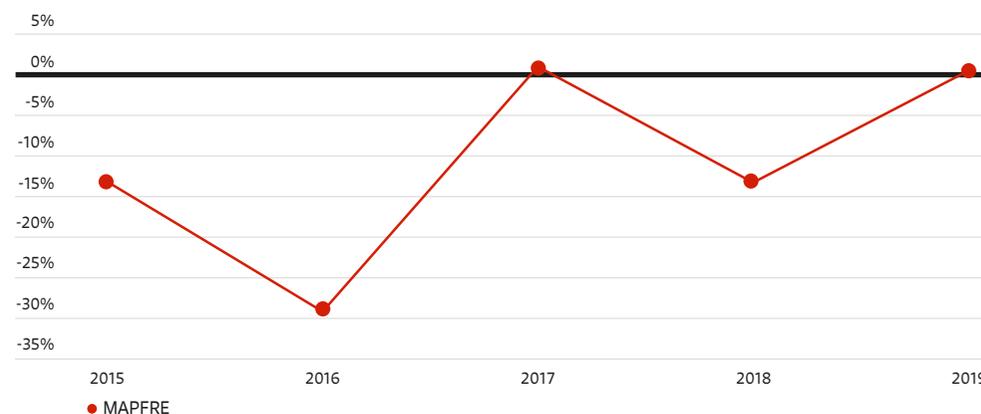
Pelos mesmos motivos, a partir do segundo semestre, tomou-se a decisão de não dinamizar o segmento de Rendas Vitalícias, razão pela qual este observou um decréscimo de 61,8%, tendo um impacto limitador no volume de prémios alcançado na totalidade do ramo Vida.

No âmbito do crescimento rentável, dedicou-se uma atenção especial ao desenvolvimento do negócio na área dos produtos de risco puro, de tal forma que este segmento experimentou um crescimento de 23,8%.

Em termos de captação de poupança para a reforma, faltou completar o portefólio de produtos com uma alternativa adequada, algo que ainda começou a ser trabalhado no final do ano de forma a permitir o lançamento de um novo produto ao largo do primeiro trimestre de 2020. Por esse motivo, o segmento de PPR (Plano Poupança Reforma) assistiu a um decréscimo de 31,6% nos prémios emitidos, contribuindo igualmente para limitar o volume total.

Ainda assim, parece-nos relevante referenciar que foi possível alcançar um volume total de vendas de 39,32 milhões de euros (prémios de contratos de seguro e entregas em produtos classificados contabilisticamente como contratos de investimento), o que corresponde a um crescimento de 0,1%, o qual, ainda que residual, compara muito favoravelmente com o decréscimo de 14,2% do conjunto do mercado Vida (gráfico 9).

GRÁFICO 9 | Taxa de crescimento – vendas Vida



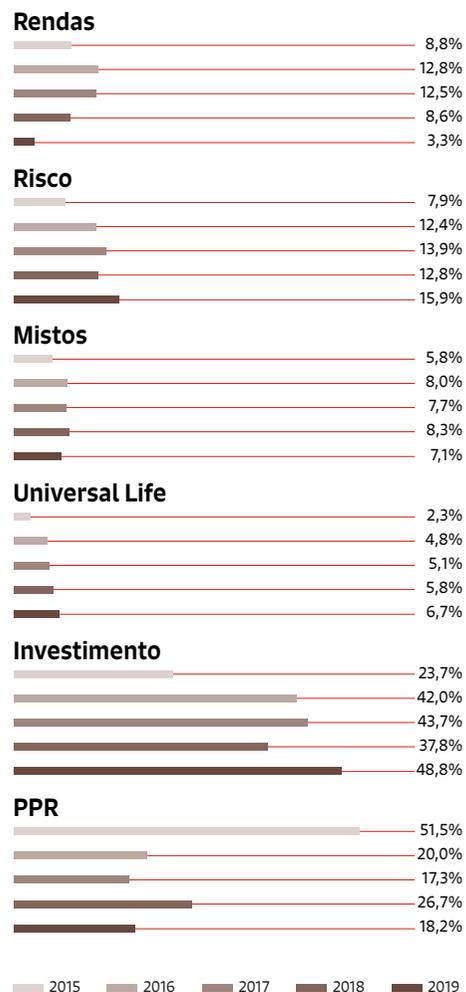
39,32 M€

Prémios Vida

22,5 M€

Mais-valias potenciais dos ativos financeiros em carteira

GRÁFICO 10 | Estrutura de Vendas Vida MAPFRE



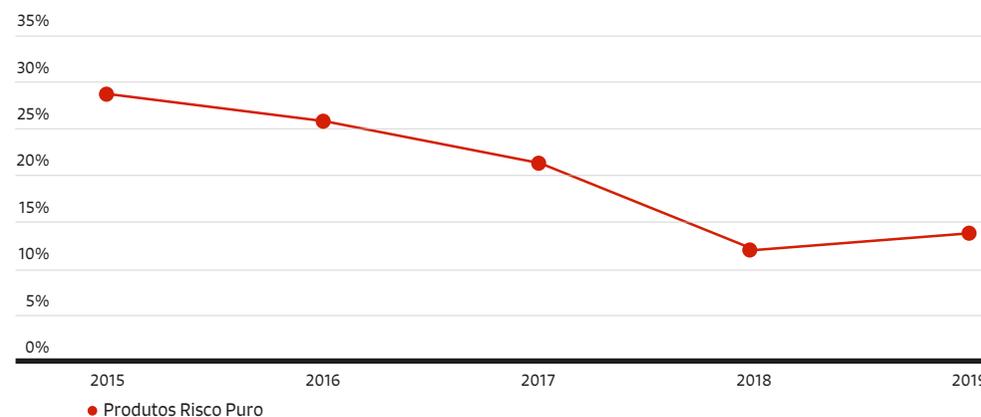
Como corolário destes movimentos, a composição dos prémios emitidos registou um reforço dos segmentos de Investimento e de Risco Puro, enquanto as Rendas Vitalícias e os PPR diminuíram a sua representatividade (gráfico 10).

No que à rentabilidade diz respeito, atingiu-se um resultado depois de impostos de 3,56 milhões de euros, com um crescimento implícito de aproximadamente 108% quando comparado com os 1,71 milhões de euros do ano anterior. Embora este resultado incorpore uma mais-valia financeira, líquida de participação nos resultados atribuída aos tomadores, no montante aproximado de 0,72 milhões de euros, gerada pela venda de títulos para dotação de liquidez, continuaria a verificar um crescimento digno de relevo.

Importa referir também que este resultado possibilitou que fosse atingido um ROE de 8,1%, quase duplicando o do ano anterior.

Para tal, contribuiu de forma inegável o bom comportamento da sinistralidade do segmento de risco puro, a qual, embora ligeiramente mais elevada do que no ano anterior, se manteve em excelente nível.

GRÁFICO 11 | Taxa de sinistralidade líquida de resseguro MAPFRE



Atingiu-se um resultado depois de impostos de 3,56 milhões de euros, que possibilitou que fosse alcançado um ROE de 8,1%, quase duplicando o do ano anterior.

Em relação à evolução dos resgates, assistiu-se a uma diminuição do seu volume, a que não será alheio o sobejamente aludido entorno de baixas taxas de juro que levará os clientes a evitar mobilizar as suas aplicações realizadas no passado em produtos com rentabilidades superiores às oferecidas pelos atuais.

Por sua vez, o montante de vencimentos voltou a subir, tal como já tinha acontecido no ano anterior, em resultado do vencimento de apólices associadas a um acordo especial de distribuição que apresentou um volume de vendas elevado há cerca de cinco anos (gráfico 12).

Desse volume significativo de vencimentos ressentiu-se o fluxo técnico, que apresentou uma evolução negativa no ano 2019, embora seja ainda amplamente positivo no horizonte temporal dos últimos cinco anos (gráfico 13).

Quanto ao balanço, encerrou com um reforço de 9,1 milhões de euros do capital próprio, atingindo 48,56 milhões de euros. O volume de ativos situou-se em 341,44 milhões de euros (345,83 milhões de euros no ano anterior), enquanto o passivo se fixou em 292,88 milhões de euros (306,37 milhões de euros no ano anterior).

No que concerne aos instrumentos financeiros, que constituem a maior fatia dos ativos, não se verificou

qualquer alteração relevante na política da Companhia, a qual continuou a privilegiar a prudência, mantendo uma composição assente em títulos de dívida pública e *corporate* (gráfico 14).

Dado o cenário de baixas taxas de juro que se vem a verificar de há alguns anos a esta parte e que se acentuou ao longo de 2019, os ativos financeiros em carteira observaram um aumento significativo da sua valorização, apresentando atualmente mais-valias potenciais de 22,52 milhões de euros, com um crescimento de 5,82 milhões em relação aos dados de fecho do ano anterior, o qual, em conjunto com a retenção de resultados, contribuiu para o incremento dos capitais próprios.

A vertente menos positiva associada a tal entorno foi uma descida da rentabilidade corrente implícita de 3,3% no ano 2018 para 3,1% em 2019, ainda assim relativamente limitada em função da estabilidade da carteira e da estrutura de longo prazo dos títulos que a compõem.

Em consequência dos movimentos de compras e vendas derivados da normal gestão das carteiras, efetuada com o objetivo único de garantir a adequada cobertura dos passivos, realizaram-se 1,55 milhões de euros de mais-valias que elevaram a rentabilidade total obtida para 3,7% (3,6% no ano 2018) (gráfico 15).

Não podemos terminar a abordagem aos indicadores financeiros fundamentais sem deixar uma referência ao nível de solvência da empresa (gráfico 16).

Não tendo existido qualquer alteração significativa do perfil de risco, tanto no que respeita aos riscos de seguros propriamente ditos como aos riscos de mercado associados aos ativos em carteira, e tendo ocorrido a retenção dos resultados líquidos do ano anterior, o rácio de cobertura do requisito de solvência (SCR) manteve-se num nível excelente, atingindo 312%, sensivelmente em linha com os dois anos precedentes.

GRÁFICO 12 | Evolução dos resgates e vencimentos (milhões de €)

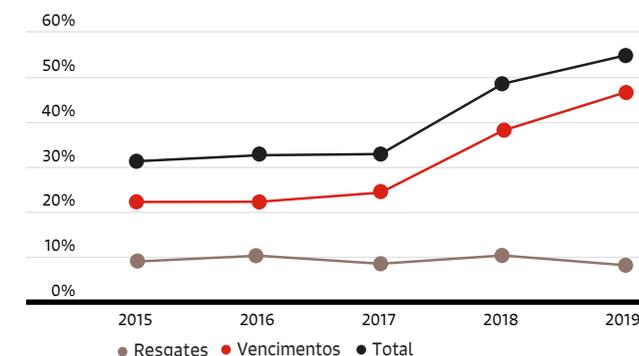


GRÁFICO 13 | Fluxo Técnico ramo Vida MAPFRE 2015-2019 (milhões €)

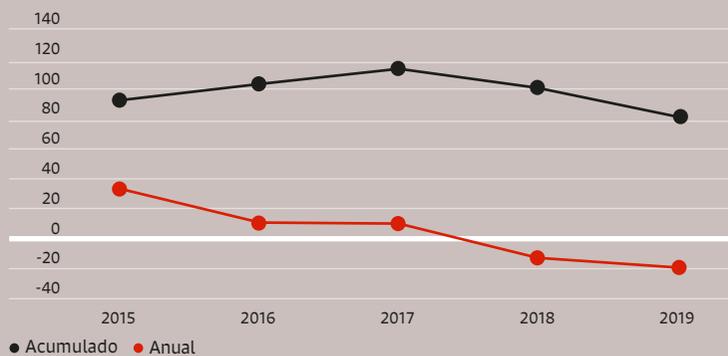


GRÁFICO 14 | Estrutura da carteira de investimentos Vida

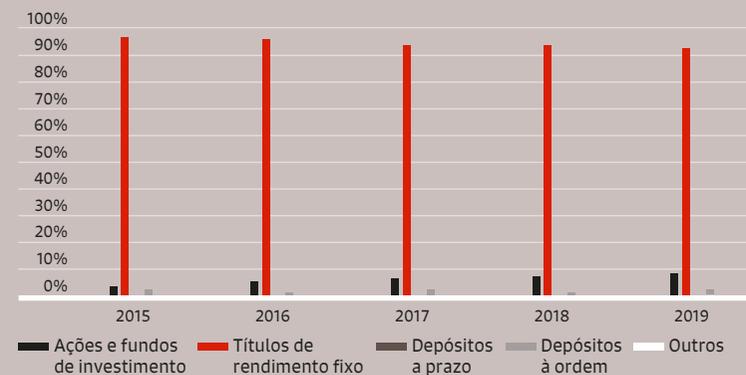


GRÁFICO 15 | Rentabilidade da carteira de investimentos Vida

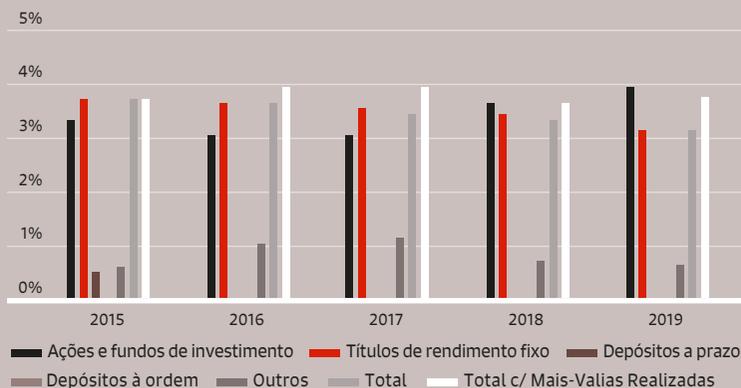
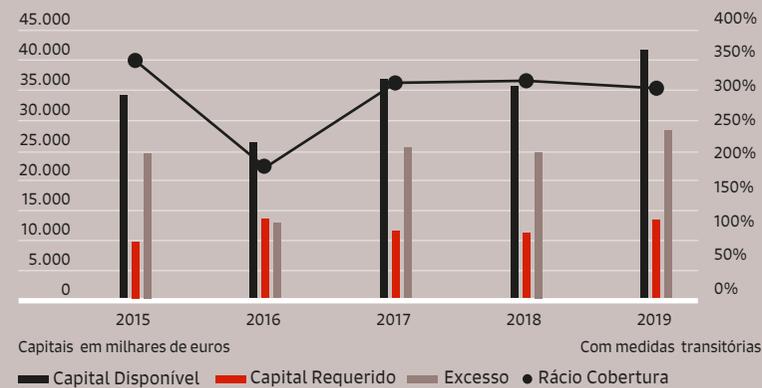


GRÁFICO 16 | Rácio de Solvência



Importa ainda destacar que os fundos próprios afetos a tal cobertura são, na sua totalidade, de qualidade máxima (*tier 1*), uma marca ímpar no mercado e que constitui uma base sólida para o desenvolvimento da atividade da empresa e suficientemente capaz de suportar os mais exigentes *stresses* que possam surgir por alterações no enquadramento económico e setorial.

Ao nível de gestão da exposição ao risco, a empresa manteve um quadro de indicadores sobre os quais realiza uma monitorização trimestral, cujos níveis no final do ano se encontram dentro das margens aceitáveis, conforme resumo do quadro 3.

QUADRO 3

Categoria de risco	Indicadores chave de risco	Periodicidade	Limites de risco					MSV	
						Período de avaliação anterior (12-2018)	Avaliação do período atual (12-2019)		
Solvência	Rácio Solvência II	Trimestral	> 130 %	130 % - 110 %	< 110 %	324%	312%		
Risco de Contraparte	Contrapartes com <i>rating</i> superior ou igual a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 15 %	15 % - 20 %	> 20 %	2 Zona Vermelha	1 Zona Amarela 1 Zona Vermelha		
	Contrapartes com <i>rating</i> inferior a "BBB" (sem depósitos)	Trimestral	≤ 5 %	5 % - 10 %	> 10 %	-	-		
	Contrapartes bancos e entidades financeiras (com depósitos)	Trimestral	Sem superar limites anteriores		> 25 %	2 Zona Vermelha	-		
	Exposição global de contrapartes sem <i>rating</i> ou <i>rating</i> inferior a "BBB"	Trimestral	≤ 50 %		> 50 %	7,7%	7,5%		
Outros riscos financeiros	Alavancagem Financeira	Trimestral	≤ 25 %	25 % - 35 %	> 35 %	Não se aplica	Não se aplica		
	Cobertura de pagamentos por juros financeiros	Trimestral	≥ 10 vezes	10 - 6 vezes	< 6 vezes	Não se aplica	Não se aplica		
	Rácio de Liquidez	Trimestral	> 125 %	125 % - 105 %	< 105 %	3.089%	6.947%		

Passando agora para um plano qualitativo, cabe deixar um pequeno resumo dos aspetos mais significativos da atividade desenvolvida pelas diversas áreas da empresa e respetivos contributos para a consecução do plano estratégico e para os resultados alcançados.

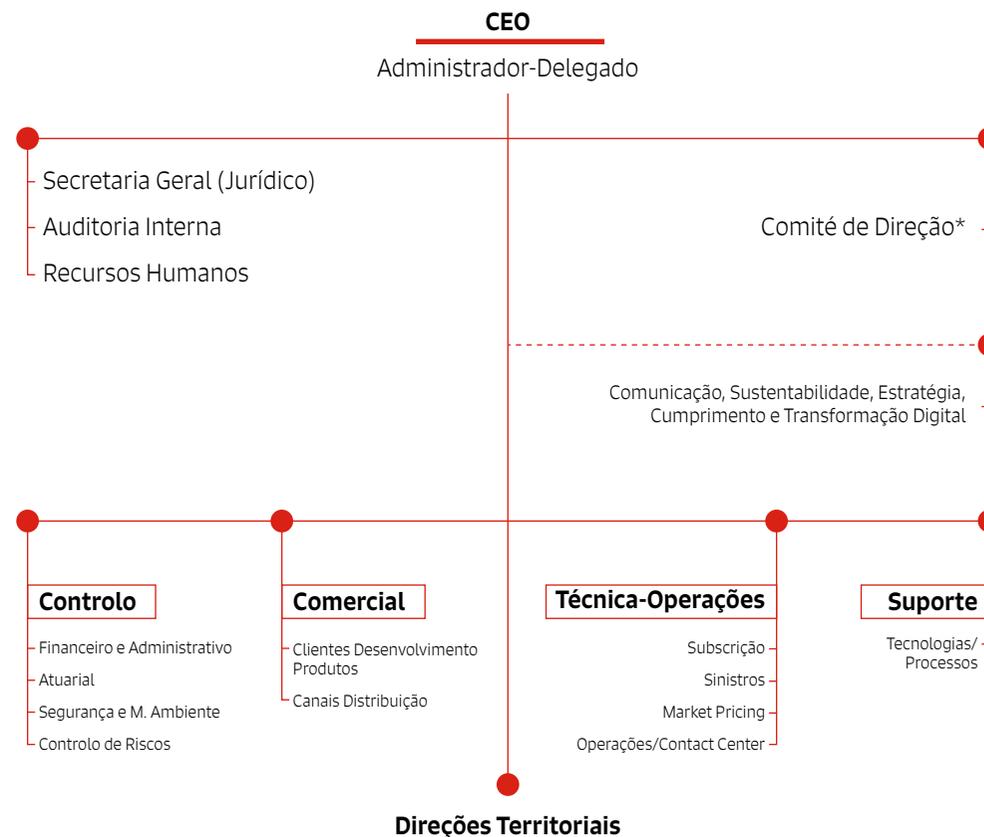
A primeira nota vai para a transferência dos serviços centrais para as novas instalações em Miraflores, na sequência da venda do edifício da Rua Castilho, em Lisboa, no segundo semestre do ano anterior. Este processo exigiu um esforço adicional de várias áreas, com especial destaque para as de Logística e Compras, Segurança e Meio Ambiente, Tecnologias e Recursos Humanos, as quais formaram uma equipa coesa que conseguiu minimizar o impacto na operativa e na motivação dos colaboradores. De facto, o processo decorreu num curto espaço de tempo e sem sobressaltos, tendo sido extremamente bem valorado por todos

e sendo bastante positivo o sentimento dos colaboradores em relação às condições de trabalho disponibilizadas nas novas instalações.

A segunda nota vai para a estrutura organizativa e para referir que não sofreu alterações, mantendo-se semelhante à do ano anterior, uma vez avaliado o seu perfeito enquadramento na estratégia e cultura da empresa, atenta também a conveniência de manter uma certa estabilidade, capaz de ajudar à consistência das diversas atividades.

Note-se que, tal como vem acontecendo há alguns anos, por questões de sinergias na gestão do negócio e na eficiência operativa, a organização é comum à atividade Não Vida, gerida pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e à atividade Vida, tutelada pela MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., detida a 100% pela anterior.

O diagrama seguinte traduz essa estrutura:



* Constituído pelo CEO e pelas Direções das Áreas de Controlo, Comercial, Técnica-Operações, Suporte, Jurídico e Recursos Humanos.

Comercialmente, deu-se continuidade ao esforço de desenvolvimento dos canais de distribuição, privilegiando a Rede Própria e a área de Banca e Acordos. No primeiro caso, verificou-se um reforço significativo, atingindo-se a cifra de 90 Lojas Delegadas (Agentes Exclusivos com Loja), 101 APM (Agentes Exclusivos sem Loja) e 34 APE (Agentes Profissionais Específicos Vida). Quanto à Banca e Acordos, importa relevar em especial o desenvolvimento da parceria com o banco CTT, com um crescimento bastante interessante.

A Área de Marketing e Clientes centrou os seus esforços no desenvolvimento do programa de fidelização “Cuidamos de Ti”, cuja primeira fase foi implementada e se constituiu num marco da empresa pela forma como construiu a segmentação de clientes e aplicou benefícios diferenciais em função da mesma.

A Área Técnica teve uma participação ativa na construção de várias edições dos produtos tipo *Unit-Linked* que, tal como comentado anteriormente, foram objeto de lançamento ao longo do ano. Para além disso, assegurou o bom funcionamento do processo de análise de risco inerente aos produtos de risco puro existentes no portefólio, no âmbito do qual procedeu à implementação da Tele-entrevista, uma nova funcionalidade que trouxe um incremento muito significativo da agilidade na contratação.

Por sua vez, a Área de Tecnologias, além da participação no processo de transferência das instalações, como não poderia deixar de ser nos dias de hoje, teve um papel fundamental no correto funcionamento dos sistemas informáticos e na construção das mais variadas soluções de *software* requeridas pelas áreas funcionais para

melhorar a relação com clientes e agentes, bem como para aumentar a eficiência através de automatismos e processos mais robustos e fiáveis. Já na parte final do ano, teve lugar um processo de substituição do parque informático adstrito aos colaboradores que, assim, passaram a trabalhar em modernos computadores pessoais, equipados com os sistemas operativos e as aplicações mais atuais.

Na Área de Controlo, para lá da gestão corrente da Contabilidade e da Tesouraria e do labor da Logística e Compras em relação à transferência de instalações, cabe destacar o contributo cada vez mais importante do departamento Atuarial na resposta às demandas derivadas de suporte especializado à gestão técnica da Companhia. De entre as tarefas que realizou, cumpre mencionar o cálculo do *Embedded Value*, as análises de ALM (*Asset Liability Management*), a elaboração dos *profit testings* dos produtos lançados ao longo do ano, bem como o cálculo da *Best Estimate* e dos riscos de seguros no âmbito do Solvência II.

Ainda no âmbito da Área de Controlo, convém referir a atividade de dois outros departamentos especializados: o de Gestão de Risco e Controlo Interno, que se responsabilizou pela monitorização dos indicadores de risco, coordenou a observância pelas diversas áreas dos padrões de risco estabelecidos na política de apetite ao risco e implementou as adaptações à Política de Branqueamento de Capitais com inclusão de novos

191

Agentes Exclusivos

34

Agentes Profissionais Específicos Vida

controles; e o de Segurança e Meio Ambiente que, além do labor na adaptação em termos de segurança das novas instalações, efetuou um seguimento dos pontos ainda em aberto no RGPD (Regime Geral de Proteção de Dados) e tratou de coordenar a implementação por parte de todas as áreas dos padrões de segurança e de práticas ambientais requeridas no âmbito corporativo do grupo MAPFRE.

Um dos pilares das boas práticas encontra-se na Unidade de Auditoria Interna que, mais uma vez, realizou um trabalho independente, continuando a constituir-se num fator acrescido de segurança no contexto da atividade. No âmbito conjunto dos segmentos Não Vida e Vida, no qual a Unidade desenvolve o seu trabalho, formulou 53 recomendações, sendo 44 classificadas de grau médio

e 9 de grau alto. Este ano destaca-se o impulso na implementação das recomendações pendentes, cuja percentagem acumulada ao longo dos anos subiu de menos de 81% ao fecho do ano anterior para 85% no encerramento de 2019.

Por fim, não podemos deixar de realçar a excelente colaboração de todo o quadro de Recursos Humanos que estava constituído no final do ano por 69 pessoas, um incremento de 8 efetivos em relação ao ano anterior. Verificava-se uma quase paridade de género, com uma representatividade de 57% de homens e 43% de mulheres e registava-se uma média de idades de 44,4 anos (menos 0,5 do que no ano anterior) e uma antiguidade média de 13,4 anos (menos 0,8 do que no ano anterior). Em termos de formação, investiu-se um total de 2.115

horas, correspondentes a uma média de 31 horas por colaborador. De entre as ações de formação levadas a cabo, assume particular importância a que se dirigiu a colaboradores com funções de chefia, sendo uma aposta na capacitação de recursos com responsabilidades de gestão de forma a criar as melhores condições para o desenvolvimento profissional das equipas e, por consequência, para a melhoria da *performance* global da empresa.

Como tem sido apanágio desde há vários anos, verificou-se a participação de muitas pessoas em várias ações de voluntariado e responsabilidade social, dinamizadas a partir da Área de Recursos Humanos, o que nos apraz registar na medida em que consubstanciam o carácter solidário que faz parte dos princípios empresariais do Grupo MAPFRE.

85%

Recomendações implementadas em Auditoria Interna

31 Horas

Formação por colaborador

4 PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Encaramos o futuro de forma confiante e comprometida com os nossos clientes e o setor, bem como com o sentimento de capacidade para responder aos desafios resultantes da velocidade dos acontecimentos nos dias de hoje.



A intervenção estratégica realizada no final do ano 2017 revelou-se desde aí bastante adequada, na medida em que os objetivos estabelecidos e as ações implementadas permitiram uma alavancagem do ciclo de resultados.

Uma vez implementadas várias ações, nomeadamente as relacionadas com a aposta nos produtos de Risco Puro e na opção pelos produtos de poupança do tipo *Unit-Linked*, estão criadas as condições para, mantendo os mesmos princípios orientadores, entrar num ciclo de consolidação da rentabilidade e de crescimento do negócio, contando para tal com a boa capitalização da empresa.

Assim, no horizonte temporal mais próximo, a atividade continuará a ser norteadada por uma estratégia muito similar, baseada em:

- crescimento do volume de negócio com rentabilidade, apostando especialmente no segmento de Risco Puro;
- posicionamento como empresa de referência na captação e gestão das poupanças;
- desenvolvimento, com reforço, da rede própria de mediadores e dos acordos de distribuição;
- contenção de gastos;
- promoção do talento através das políticas de Recursos Humanos.

Com a implementação das mais diversas ações tendentes à consecução destes objetivos, é nossa expectativa continuar a apresentar um resultado líquido amplamente positivo, bem como um balanço sólido.

No entanto, no seguimento dos acontecimentos mais recentes, já em 2020, e apesar de ainda não ser possível antever, a esta data, a evolução à

escala mundial da epidemia desencadeada pela COVID-19, que teve início em dezembro de 2019 na China, é provável que a mesma venha a ter repercussões sobre a atividade da Companhia em 2020, cujo impacto não é ainda possível quantificar. A Companhia ativou o seu “Plano de Continuidade de Negócio” tendo em vista a adoção de medidas internas que possam minimizar as consequências desta epidemia.

Dado que não se preveem alterações significativas no perfil de risco, o elevado nível de solvência atual será, certamente, capaz de suportar qualquer *stress* que possa advir da situação acima referenciada.

O Conselho de Administração considera que, face à informação atualmente disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

Assim, em síntese, encaramos o futuro de forma confiante e comprometida com os nossos clientes e o setor, bem como com o sentimento de capacidade para responder aos desafios resultantes da velocidade dos acontecimentos nos dias de hoje.

.5 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA

Capital Social

O capital social da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. é de 21.000.000 de euros, constituído por 4.200.000 ações, no valor nominal de 5,00 euros cada uma, integralmente detidas pela acionista MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

Modelo de Governo

Atentas as exigências legais impostas pelo *Código das Sociedades Comerciais*, na revisão de 2006, os modernos princípios e recomendações sobre transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações ao *Código das Sociedades Comerciais*, através do Decreto-Lei n.º 185/2009, de 12 de agosto, do Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, da Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de abril e da Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a estrutura de administração e fiscalização da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. compreende os seguintes órgãos:

- **Assembleia Geral** – cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário;
- **Conselho de Administração** – composto por quatro a dez membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designa o seu Presidente e um Vice-Presidente;
- **Conselho Fiscal** – composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no *Código das Sociedades Comerciais*;
- **Revisor Oficial de Contas** – função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

As alterações estatutárias são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração reúne-se obrigatoriamente uma vez por trimestre, competindo-lhe deliberar sobre qualquer assunto da administração da Sociedade e, nomeadamente:

- a) cooptação de administradores;
- b) pedido de convocação de assembleias-gerais;
- c) relatórios e contas anuais;
- d) aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade;

- f) abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) extensões ou reduções importantes da atividade da Sociedade;
- h) modificações importantes na organização da Sociedade;
- i) estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) projetos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade; e
- k) qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do Conselho.

Política de Remuneração dos Órgãos Sociais

A política de remunerações dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., segundo as propostas que lhe são apresentadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade.

Todavia, no Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., dos quatro membros que o integram, excetuando o seu Presidente, que apenas auferem remuneração como Administrador Delegado da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., dois são trabalhadores dependentes desta sociedade e um é trabalhador de outra empresa que integra o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

No Conselho Fiscal da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções

“ Dos quatro membros que integram o Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., o Presidente auferem remuneração como Administrador Delegado da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., dois são trabalhadores desta sociedade e um é trabalhador de outra empresa do Grupo, não auferindo, por isso, remunerações como membros de órgãos estatutários. ”

na sociedade MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos nas Atas n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral desta sociedade (com as atualizações decorrentes das Atas n.ºs 45 e 55, respetivamente de 18 de março de 2009 e de 25 de setembro de 2014) e n.º 1, de 27 de outubro de 2009, da Assembleia Geral da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.

6 AGRADECIMENTOS

Num contexto que exige um nível de serviço cada vez mais elevado, cabe-nos agradecer a confiança dos clientes, a agilidade dos colaboradores, o contributo dos resseguradores e fornecedores, a independência dos auditores e a colaboração de diversas pessoas e entidades.



A atividade desenvolvida num contexto que, ano após ano, se apresenta mais complexo, exigindo uma grande agilidade e um nível de serviço cada vez mais elevado, não teria sido possível sem a colaboração de muitas pessoas e várias entidades, a quem deixamos um agradecimento sincero.

Permitimo-nos mencionar em primeiro lugar os nossos clientes, pois é na sua confiança que reside a nossa razão de existir.

Não podemos deixar de destacar também a nossa equipa de colaboradores – empregados e mediadores – por, de uma forma direta, nos ajudarem a chegar junto dos clientes e a prestar-lhes o melhor serviço.

Uma referência também para o contributo importante dos nossos resseguradores e dos fornecedores dos serviços gerais.

Realçamos ainda o trabalho independente e as aportações sempre úteis do Conselho Fiscal e dos Auditores Externos.

Finalmente, uma nota para a ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e para a APS – Associação Portuguesa de Seguradores, não só pela colaboração para connosco, mas também pelo contributo para a credibilização e o bom funcionamento do setor.

Muito obrigado a todos!

.7 APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de 3.555.300,80 €, seja destinado, um ano mais, ao reforço dos capitais próprios, da seguinte forma:

- Reserva Legal: 355.530,08 €
- Reservas Livres: 3.199.770,72 €

Lisboa, 19 de março de 2020

O Conselho de Administração

Luis Anula Rodriguez
(Presidente)

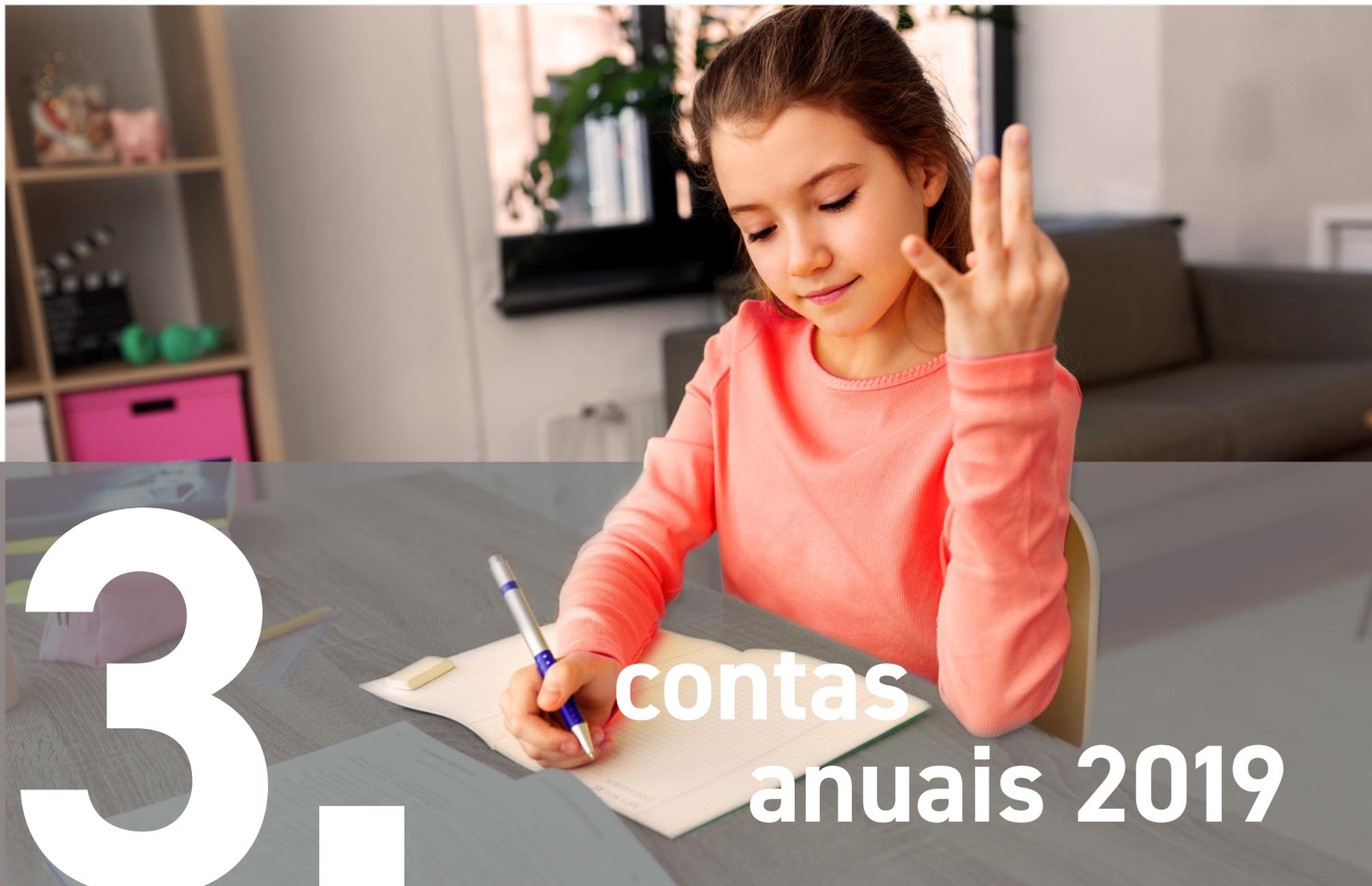
Vítor Manuel Silva Reis
(Vice-Presidente)

Pedro Ribeiro e Silva
(Vogal – Secretário)

Juan Fernandez Palácios
(Vogal)



O Conselho de Administração propõe que o resultado do exercício de 2019 seja integralmente aplicado no reforço dos capitais próprios.



3

contas
anuais 2019

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2019		Exercício anterior (2018)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	
ATIVO				
3	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.706.290,62		7.797.068,55
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-
	Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
4	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	56.050.281,49	56.050.281,49	37.799.714,24
	Derivados de cobertura		-	-
5	Ativos financeiros disponíveis para venda	268.707.921,67	268.707.921,67	293.341.791,31
6	Empréstimos concedidos e contas a receber	183.792,82	-	224.757,01
	Depósitos junto de empresas cedentes		-	-
	Outros depósitos		-	-
	Empréstimos concedidos	183.792,82	183.792,82	224.757,01
	Contas a receber		-	-
	Outros		-	-
	Investimentos a deter até à maturidade		-	-
	Terrenos e edifícios	-	-	-
	Terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
	Terrenos e edifícios de rendimento		-	-
7	Outros ativos tangíveis	571.099,21	85.136,59	485.962,62
	Inventários		-	-
8	Ativos sob direito de uso	919.926,70	135.199,47	784.727,23
	Goodwill		-	-
9	Outros ativos intangíveis	1.003.874,88	722.048,82	281.826,06
10	Provisões técnicas de resseguro cedido	1.734.014,20		1.284.731,36
	Ramo Vida			
	Provisão matemática		-	-

(Continua)

Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2019		Exercício anterior (2018)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	
	Provisão para sinistros	1.569.941,24		1.120.172,72
	Provisão para participação nos resultados		-	-
	Provisão para compromissos de taxa		-	-
	Provisão para estabilização de carteira		-	-
	Provisão para prémios não adquiridos	164.072,96	164.072,96	164.558,64
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro		-	-
	Outras provisões técnicas		-	-
30	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	20.951,69		20.409,48
11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.699.067,32	26.014,24	3.673.053,08
	Contas a receber por operações de seguro direto	3.303.511,89	26.014,24	3.277.497,65
	Contas a receber por operações de resseguro	9.786,12		9.786,12
	Contas a receber por outras operações	385.769,31		385.769,31
12	Ativos por impostos e taxas	1.795.143,51		1.795.143,51
	Ativos por impostos correntes	1.795.143,51		1.795.143,51
	Ativos por impostos diferidos			-
18	Acréscimos e diferimentos	13.195,65		13.195,65
	Outros elementos do ativo			-
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			-
TOTAL DO ATIVO		342.405.559,76	968.399,12	341.437.160,64
				345.825.516,48

		Euros	
Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2019	Exercício anterior (2018)
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
14	Provisões técnicas	276.545.168,42	293.166.856,02
	Ramo Vida	276.545.168,42	293.166.856,02
	Provisão matemática	249.908.064,56	269.128.233,73
	Provisão para sinistros	12.761.658,47	13.131.725,66
	Provisão para participação nos resultados	13.016.361,46	10.099.446,96
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	12.551.443,66	9.192.881,91
	Provisão para participação nos resultados atribuída	464.917,80	906.565,05
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para prémios não adquiridos	859.083,93	807.449,67
	Provisão para riscos em curso		
	Outras provisões técnicas		
15	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	7.132.302,17	7.069.419,41
16	Outros passivos financeiros	810.546,31	-
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Passivos de locação	810.546,31	-
30	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	5.712,77	4.266,14
17	Outros credores por operações de seguros e outras operações	1.654.934,84	1.567.872,73
	Contas a pagar por operações de seguro direto	1.075.166,08	837.378,36
	Contas a pagar por operações de resseguro	80.208,57	2.539,56
	Contas a pagar por outras operações	499.560,19	727.954,81
12	Passivos por impostos	5.443.567,90	2.901.843,11
	Passivos por impostos correntes	1.601.849,71	408.379,54
	Passivos por impostos diferidos	3.841.718,19	2.493.463,57
18	Acréscimos e diferimentos	1.117.920,25	1.660.195,51
19	Outras provisões	165.000,00	-
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
TOTAL DO PASSIVO		292.875.152,66	306.370.452,92

(Continua)

		Euros	
Notas do anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício 2019	Exercício anterior (2018)
CAPITAL PRÓPRIO			
20	Capital (Ações próprias)	21.000.000,00	21.000.000,00
Outros instrumentos de capital			
21	Reservas de reavaliação	26.361.225,60	19.162.405,84
	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	26.361.225,60	19.162.405,84
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
21	Reserva por impostos diferidos	(3.841.718,19)	(2.493.463,57)
21	Outras reservas	1.487.199,77	74.528,70
	Resultados transitados	-	-
	Resultado do exercício	3.555.300,80	1.711.592,59
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		48.562.007,98	39.455.063,56
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		341.437.160,64	345.825.516,48

O Conselho de Administração considera que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2019				Exercício anterior (2018)
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
22	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	37.148.491,47	-	37.148.491,47	36.642.520,45	
	Prémios brutos emitidos	38.334.865,72		38.334.865,72	37.754.023,99	
	Prémios de resseguro cedido	1.114.155,08		1.114.155,08	1.053.388,88	
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	70.464,33		70.464,33	73.029,02	
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(1.754,84)		(1.754,84)	14.914,36	
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-		-	-	
23	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	59.008.209,56	-	59.008.209,56	50.725.539,02	
	Montantes pagos	59.828.045,27	-	59.828.045,27	44.934.902,87	
	Montante bruto	60.692.225,32		60.692.225,32	45.328.693,53	
	Parte dos resseguradores	864.180,05		864.180,05	393.790,66	
	Provisão para sinistros (variação)	(819.835,71)	-	(819.835,71)	5.790.636,15	
	Montante bruto	(370.067,19)		(370.067,19)	5.670.835,77	
	Parte dos resseguradores	449.768,52		449.768,52	(119.800,38)	
24	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	(39.174.377,46)		(39.174.377,46)	(24.536.323,21)	
	Montante bruto	(39.174.377,46)		(39.174.377,46)	(24.536.323,21)	
	Parte dos resseguradores	-		-	-	
25	Participação nos resultados, líquida de resseguro	791.149,24		791.149,24	434.127,00	
26	Outras provisões técnicas, líquida de resseguro (variação)	19.056.522,46		19.056.522,46	13.313.763,23	

(Continua)

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2019				Exercício anterior (2018)
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
27 e 29	Custos e gastos de exploração líquidos	5.025.219,99	-	-	5.025.219,99	4.011.412,68
28	Custos de aquisição	4.141.359,33			4.141.359,33	3.649.730,32
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(18.830,07)			(18.830,07)	(16.576,28)
	Gastos administrativos	1.013.947,65			1.013.947,65	925.549,01
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	111.256,92			111.256,92	547.290,37
31	Rendimentos	10.528.166,66	-	-	10.528.166,66	11.474.522,60
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	9.320.746,27			9.320.746,27	10.747.638,02
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				-	-
	Outros	1.207.420,39			1.207.420,39	726.884,58
32	Gastos financeiros	2.075.349,94	-	-	2.075.349,94	2.312.352,94
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	1.342.549,38			1.342.549,38	1.656.738,06
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	69.491,52			69.491,52	87.397,16
	Outros	663.309,04			663.309,04	568.217,72

(Continua)

(Continuação)

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2019				Exercício anterior (2018)
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
33	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.545.338,84	-	-	1.545.338,84	641.156,58
	De ativos disponíveis para venda	1.545.338,84			1.545.338,84	641.156,58
	De empréstimos e contas a receber				-	-
	De investimentos a deter até à maturidade				-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				-	-
	De outros				-	-
34	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2.244.494,18	-	-	2.244.494,18	103.830,49
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação				-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.244.494,18			2.244.494,18	103.830,49
	Diferenças de câmbio				-	-
	Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				-	-
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)				-	-
	De ativos disponíveis para venda				-	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				-	-
	De investimentos a deter até à maturidade				-	-
	De outros				-	-

(Continua)

(Continuação)

Notas do anexo	Conta de ganhos e perdas	Exercício 2019				Exercício anterior (2018)
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
35	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(55.331,93)			(55.331,93)	(445.871,15)
36	Outras provisões (variação)			(19.899,37)	(19.899,37)	12.530,21
37	Outros rendimentos/gastos			74.326,52	74.326,52	44.664,12
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				-	-
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				-	-
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	4.629.085,49	-	94.225,89	4.723.311,38	2.187.421,22
12	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes			1.168.010,58	1.168.010,58	475.828,63
12	Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos					
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.629.085,49	-	(1.073.784,69)	3.555.300,80	1.711.592,59

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. encerrou o exercício de 2019 reconhecendo na rubrica de ganhos e perdas – “Prémios brutos emitidos de seguro direto”, o valor de 38.334.865,72 euros referentes a contratos de seguros, provenientes do ramo Vida.

Euros

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio 2019	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Reserva por impostos correntes		
	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO 2018 (POSIÇÃO DE ABERTURA)	21.000.000,00	19.162.405,84	(2.493.463,57)	954.909,56	1.226.332,11	(2.106.712,97)	1.711.592,59	39.455.063,56
	Correções de erros (IAS 8)								-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								-
	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DE ABERTURA ALTERADO	21.000.000,00	19.162.405,84	(2.493.463,57)	954.909,56	1.226.332,11	(2.106.712,97)	1.711.592,59	39.455.063,56
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		7.198.819,76	(1.348.254,62)			(298.252,78)		5.552.312,36
20	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				171.159,24	1.540.433,35		(1.711.592,59)	-
30	Desvios atuariais reconhecidos nas reservas					(668,74)			(668,74)
	TOTAL DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	-	7.198.819,76	(1.348.254,62)	171.159,24	1.539.764,61	(298.252,78)	(1.711.592,59)	5.551.643,62
	Resultado líquido do período							3.555.300,80	3.555.300,80
	Distribuição antecipada de lucros								-
	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO 2019	21.000.000,00	26.361.225,60	(3.841.718,19)	1.126.068,80	2.766.096,72	(2.404.965,75)	3.555.300,80	48.562.007,98

Euros

Notas do anexo	Demonstração de variações do capital próprio 2018	Capital social	Reservas de reavaliação		Outras reservas			Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Reserva por impostos correntes		
	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO 2017 (POSIÇÃO DE ABERTURA)	21.000.000,00	20.788.537,60	(2.602.913,54)	788.793,18	(272.302,29)	(2.362.984,53)	1.661.163,76	39.000.294,18
	Correções de erros (IAS 8)								-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								-
	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DE ABERTURA ALTERADO	21.000.000,00	20.788.537,60	(2.602.913,54)	788.793,18	(272.302,29)	(2.362.984,53)	1.661.163,76	39.000.294,18
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(1.626.131,76)	109.449,97			256.271,56		(1.260.410,23)
20	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				166.116,39	1.495.047,37		(1.661.163,76)	-
30	Desvios atuariais reconhecidos nas reservas					3.587,03			3.587,03
	TOTAL DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	-	(1.626.131,76)	109.449,97	166.116,39	1.498.634,40	256.271,56	(1.661.163,76)	(1.256.823,20)
	Resultado líquido do período							1.711.592,59	1.711.592,59
	Distribuição antecipada de lucros								-
	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO 2018	21.000.000,00	19.162.405,84	(2.493.463,57)	954.909,56	1.226.332,11	(2.106.712,97)	1.711.592,59	39.455.063,56

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício 2019			Exercício anterior (2018)
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	
	Itens que poderão vir a ser reclassificados para a Demonstração de Resultados	5.850.565,14		5.850.565,14	(1.516.681,79)
21	Varição da reserva de justo valor dos ativos disponíveis para venda	7.198.819,76		7.198.819,76	(1.626.131,76)
21	Impostos correntes e diferidos	(1.348.254,62)		(1.348.254,62)	109.449,97
	Itens que não irão ser reclassificados para a Demonstração de Resultados	(1.065,87)		(1.065,87)	4.339,58
30	Varição de desvios atuariais reconhecidos nas reservas	(1.065,87)		(1.065,87)	4.339,58
	Impostos correntes e diferidos			-	-
	Outro rendimento integral do exercício depois de impostos	5.849.499,27		5.849.499,27	(1.512.342,21)
	Resultado líquido do exercício	4.629.085,49	(1.073.784,69)	3.555.300,80	1.711.592,59
	TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	10.478.584,76	(1.073.784,69)	9.404.800,07	199.250,38

9,4 M€
Total do rendimento integral

Notas do anexo	Fluxo de caixa	Exercício 2019	Exercício anterior (2018)
	ATIVIDADES OPERACIONAIS		
	Prémios recebidos *	37.489.285,11	40.398.203,91
	Sinistros pagos	(61.520.191,49)	(49.290.056,15)
	Pagamentos comissões	(983.657,37)	(889.667,72)
	Entradas resseguro	692.725,01	198.328,47
	Saídas resseguro	(421.047,34)	(508.980,27)
	Pagamento locações a curto prazo	(22.282,41)	-
	Pagamento locações de ativos de baixo valor	(54.965,94)	-
	Outros recebimentos	608.070,91	885.480,90
	Outros pagamentos	(5.857.030,49)	(5.646.413,91)
	Imposto sobre o rendimento	797.069,84	(2.080.824,39)
	TOTAL DE FLUXOS OPERACIONAIS	(29.272.024,17)	(16.933.929,16)
	ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
	(Aquisições)/Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	(715.070,09)	(176.917,20)
	Títulos de dívida – compras	(40.883.156,01)	(52.594.056,52)
	Títulos de dívida – vendas	59.177.565,79	62.492.216,77
	Instrumentos capital e UP – compras	(5.721.740,57)	(10.011.957,83)
	Instrumentos capital e UP – vendas	7.382.294,28	7.149.956,00
	Juros recebidos	9.402.725,19	10.246.725,31
	Dividendos recebidos	648.008,04	595.576,60
	Outros investimentos	-	-
	TOTAL DE FLUXOS DE INVESTIMENTO	29.290.626,63	17.701.543,13
	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
	Pagamento parte capital dos passivos de locação	(90.816,79)	-
	Pagamento parte juros dos passivos de locação	(18.563,60)	-
	TOTAL DE FLUXOS DE FINANCIAMENTO	(109.380,39)	-
	Efeito cambial	-	597,62
	AUMENTO DE CAIXA	(90.777,93)	768.211,59
	CAIXA NO INÍCIO	7.797.068,55	3.998.004,05
3	CAIXA NO FIM	7.706.290,62	7.797.068,55

* Inclui o prémio puro e impostos/taxas cobradas diretamente ao cliente.



ÍNDICE

1. INFORMAÇÕES GERAIS	38	25. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)	83
2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	39	26. OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)	84
3. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM	53	27. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS	84
4. ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS	54	28. CUSTOS DE AQUISIÇÃO	86
5. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	57	29. GASTOS COM O PESSOAL	87
6. EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER	60	30. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	88
7. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	61	31. RENDIMENTOS	94
8. ATIVOS SOB DIREITO DE USO	62	32. GASTOS FINANCEIROS	95
9. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	63	33. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS	96
10. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO	64	34. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS	97
11. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES	65	35. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO	98
12. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS E TAXAS	67	36. AJUSTAMENTOS E OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)	98
13. AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS	71	37. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS	99
14. PROVISÕES TÉCNICAS	72	38. RELATO POR SEGMENTOS	100
15. PASSIVOS FINANCEIROS DA COMPONENTE DE DEPÓSITO DE CONTRATOS DE SEGURO E DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO	76	39. ENTIDADES RELACIONADAS	103
16. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	77	40. DIVULGAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO	108
17. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES	78	41. DIVULGAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	113
18. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	78	42. DIVULGAÇÕES RELATIVAS À GESTÃO DE RISCOS E GESTÃO DE CAPITAL	120
19. OUTRAS PROVISÕES	79	43. ELEMENTOS EXTRAPATRIMONIAIS	124
20. CAPITAL	79	44. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES	124
21. RESERVAS	80	45. APLICAÇÃO DA IFRS 16 – LOCAÇÕES	124
22. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO	81	46. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS	127
23. CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO	82	O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	131
24. PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA, LÍQUIDA DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)	83	ANEXOS	132

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. (Companhia), foi constituída por escritura em 12 de agosto de 2009, com o capital social de 7.500.000 euros, posteriormente ampliado para 21.000.000 de euros, detido na sua totalidade pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., formalmente constituída como seguradora através da Norma de Autorização n.º 1/2009-A da ASF.

A Companhia iniciou a atividade em 1 de janeiro de 2010 e adquiriu – com efeito em 1 de janeiro de 2010, conforme escritura de cessão total, de 19 de julho de 2010 – a carteira, os ativos e os passivos da Agência Geral em Portugal da MAPFRE Vida, Compañía de Seguros y Reaseguros sobre la Vida Humana, S.A.

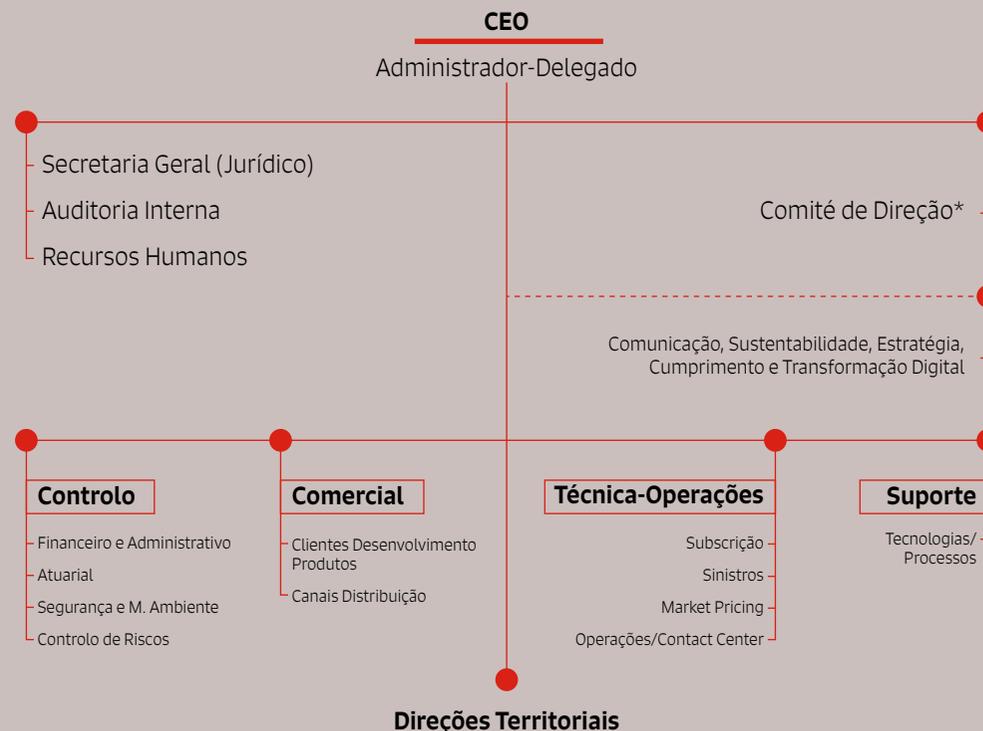
A sociedade foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Miraflores, na Rua Doutor António Loureiro Borges, n.º 9.

A MAPFRE – dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama ao lado.



38,33 M€
Prémios Vida

0,99 M€
Contratos de investimento



* Constituído pelo CEO e pelas Direções das Áreas de Controlo, Comercial, Técnica-Operações, Suporte, Jurídico e Recursos Humanos.

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. explora a totalidade dos Seguros de Vida e Seguros Ligados a Fundos de Investimento, definidos no Artigo 124.º do Decreto-Lei 94-B/98, e emitiu no ano de 2019 prémios de contratos de seguros no valor de 38,33 milhões de euros e contratos de seguro considerados para efeitos contabilístico como contratos de investimento no valor de 0,99 milhões de euros.

No relatório de gestão, elaborado pelos membros da Administração, foram abordadas as conjunturas, económica e de mercado, em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2019, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico da Companhia para o ano de 2020, que continua a assentar em três pilares primordiais – Crescimento, Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.

2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior, exceto no que se refere às alterações decorrentes da adoção da norma IFRS 16 – Locações com referência a 1 de janeiro de 2019.



2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e alterado pela Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março, cujo objeto passa por estabelecer o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros e de resseguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e respetivo plano de contas, inserindo-se no âmbito de convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho. As mesmas foram ainda preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela ASF, relativas à contabilização das operações das empresas de seguros.

Este Plano de Contas introduz os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia. Nesse sentido,

são adotadas todas as NIC, com exceção da IFRS 4, da qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação, além das opções de isenção temporária da IFRS 9 (*deferral approach*) e da abordagem da sobreposição (*overlay approach*).

A partir de 1 de janeiro de 2019, as empresas de seguros que cumpram determinados requisitos podem optar entre a aplicação, da IFRS 9 – Instrumentos financeiros ou continuar a aplicar a *International Accounting Standard* (IAS) 39 – Instrumentos financeiros até, no limite, à data de eficácia da IFRS 17 – Contratos de seguro, prevista para 1 de janeiro de 2021. A Companhia optou por continuar a aplicar a IAS 39 e assim fazer coincidir a data de efetividade da IFRS 17 com a da IFRS 9.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC).

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior, exceto no que se refere às alterações decorrentes da adoção da norma IFRS 16 – Locações com referência a 1 de janeiro de 2019. Esta norma veio substituir a IAS 17 – Locações e estabelece os novos requisitos relativamente ao âmbito, classificação/reconhecimento e mensuração de locações.

Em 1 de janeiro de 2019, a Companhia efetuou um levantamento dos contratos existentes a esta data e utilizou o expediente prático previsto na norma, isto é, só aplicou a norma a contratos que foram previamente identificados como locações nos termos da IAS 17 – Locações e da IFRIC 4.

De acordo com o preconizado na IFRS 16, a Companhia aplicou esta norma retrospectivamente com os impactos da transição reconhecidos a 1 de janeiro de 2019. Deste modo, a informação comparativa não foi reexpressa. A Companhia, ao utilizar o expediente prático disponível na transição para a IFRS 16, reconheceu um passivo pelo valor presente dos pagamentos futuros, utilizando uma taxa de juro incremental à data inicial de aplicação do normativo e o direito de uso do ativo subjacente pelo montante do passivo da locação. Os impactos decorrentes da implementação da IFRS 16 com referência a 1 de janeiro de 2019, assim como a reconciliação entre os saldos de balanço em 31 de dezembro de 2018 e os saldos de balanço em 1 de janeiro de 2019, de acordo com a IFRS 16,

encontram-se detalhados na Nota 45 – Aplicação da IFRS 16 – Locações. Os saldos incluídos nas demonstrações financeiras relativos a 31 de dezembro de 2018 são apresentados exclusivamente para efeitos comparativos.

A norma acima referida apresenta-se discriminada na Nota 2. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 45. Em concreto, a permissão dada pela alteração da IFRS 4 – Contratos de Seguros, da possibilidade de adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros para o momento da aplicação simultânea da IFRS 17 – Contratos de Seguro.

No exercício de 2019, as Demonstrações Financeiras foram preparadas em euros.

Na preparação das demonstrações financeiras, foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros valorizados ao

justo valor através de ganhos e perdas e aos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O passivo sobre responsabilidades por serviços prestados associado a benefícios definidos é reconhecido ao valor presente das responsabilidades passadas com pensões líquido dos ativos do fundo.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas em www.mapfre.com.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 19 de março de 2020.

2.2. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco insignificante de alteração de valor onde se incluem a caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

2.3. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Os ativos financeiros encontram-se classificados nas categorias de “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas”, “Ativos financeiros disponíveis para venda” e “Empréstimos concedidos e contas a receber”.

- Ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas

Esta categoria inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são os adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;

- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

- Empréstimos sobre apólices

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

As aquisições e alienações de ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas e de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 19 de março de 2020.

casos de ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

b) Mensuração subsequente

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título.

Quando a cotação do instrumento financeiro não é considerada suficientemente representativa (mercado ilíquido), o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na Nota 5.2., detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

• De ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Após o seu reconhecimento inicial, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida são diretamente

registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos – Outros” ou de “Gastos financeiros – Outros”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos – Outros”.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica “Rendimentos – Outros”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

Os investimentos afetos a produtos em que o risco é suportado pelos tomadores de seguro estão considerados ao justo valor na categoria de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas.

• De ativos financeiros disponíveis para venda

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subsequentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda” até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda”.

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” ou de “Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica “Outros rendimentos”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda”.

• De empréstimos sobre apólices

Os empréstimos concedidos e contas a receber são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

• Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos



financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda”.

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital valorizado ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda”.

A valorização é corrigida, com efeito em resultado, quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência; e

- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui “um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo”, a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;

- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado;

- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A Companhia decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2019 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo a qual esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;

- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e

- Não era oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

2.4. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que

o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Outros ativos tangíveis	N.º de anos
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outros equipamentos	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a 1.000 euros são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido

dos custos de venda), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subseqüentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os outros ativos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

2.5. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de produtos informáticos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos, são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados.

2.6. Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos para cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

No que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar para o seu valor provável de realização e é calculada

mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 16/2006-R da ASF.

2.7. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em outras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecido em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

a) Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de atuações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido reporte de

prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do exercício desse direito).

Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor

à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Estão ainda registados os passivos de locação resultantes da aplicação da IFRS 16, conforme descrito no ponto 2.17.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

2.9. Outros credores

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa

de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

2.10. Outros devedores

Os empréstimos concedidos e contas a receber são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

2.11. Acréscimos e diferimentos

O princípio geral de reconhecimento de rendimentos e gastos é o critério económico segundo o qual a imputação de rendimentos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo, registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja liquidação só ocorre em exercícios posteriores, bem como as transações ocorridas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo, incluem-se as transações ocorridas no exercício, mas cujo rendimento é imputável a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas liquidações irão ocorrer em exercícios posteriores.

2.12. Outras provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.13. Contratos de seguro

a) Classificação de produtos

A Companhia emite contratos com risco de seguro e/ou risco financeiro. A classificação dos contratos tem por base o estipulado na IFRS 4, ou seja, existência de transferência de risco do segurado para a seguradora e de participação discricionária nos resultados.

Nos produtos em que são observadas as condições acima descritas, os prémios brutos emitidos relativos a esses contratos são registados como proveito na conta de ganhos e perdas, na rubrica "Prémios brutos emitidos", tendo em conta o princípio da especialização dos exercícios, através da contabilização dos prémios diferidos na rubrica "Provisão para prémios não adquiridos (variação)".

Nos restantes produtos, os valores entregues assumem a forma de uma responsabilidade financeira e são registados no passivo, na rubrica "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

b) Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

• Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite e os de resseguro cedido são registados, respetivamente, como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

• Custos de aquisição

Os custos de aquisição, direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

• Custos com sinistros

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos na alínea d) desta Nota, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

c) Provisão matemática

A provisão matemática é calculada, apólice por apólice, segundo o método atuarial prospetivo que, tendo em atenção os prémios futuros a receber, tem em consideração todas as obrigações futuras, de acordo com as condições de cada um dos contratos. Desta forma, a provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades.

A base de cálculo é o prémio de inventário correspondente ao exercício, constituído pelo prémio puro mais os encargos de gestão, ambos determinados utilizando as melhores estimativas de mortalidade, rendimentos dos investimentos e gastos de gestão no momento da emissão dos contratos. Estas bases técnicas são divulgadas nos prospets dos produtos e mantêm-se inalteráveis durante todo o período de vigência do contrato.

Os cálculos da provisão matemática são efetuados com base em pressupostos atuariais aprovados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

“ A Companhia emite contratos com risco de seguro e/ou risco financeiro. A classificação dos contratos tem por base a existência de transferência de risco do segurado para a seguradora e de participação discricionária nos resultados. ”

d) Provisão para sinistros

• Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

Esta provisão corresponde ao valor dos sinistros ocorridos e ainda por liquidar. Estão incluídos nesta provisão, nomeadamente, os valores correspondentes aos vencimentos de contratos já vencidos, mas não liquidados, e aos sinistros de morte ou invalidez, enquanto decorre a tramitação processual do sinistro.

• Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

Esta rubrica corresponde ao valor das responsabilidades provenientes de sinistros já ocorridos, mas não declarados à data de encerramento das contas com recurso a métodos estatísticos e histórico da Companhia.

e) Provisão para participação nos resultados

- Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados, para distribuição posterior.

A participação nos resultados atribuída é calculada de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade e registada no passivo na rubrica “Provisão para participação nos resultados atribuída”. Normalmente, é distribuída no início do exercício seguinte por incorporação nas provisões matemáticas dos contratos em vigor a 31 de dezembro do exercício anterior.

- Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde às mais-valias potenciais dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte que seja atribuível ao tomador do seguro ou beneficiário do contrato.

A participação nos resultados a atribuir refere-se aos ganhos e perdas potenciais dos ativos financeiros afetos aos fundos autónomos pertencentes a cada modalidade ou grupos de modalidades, desde que esses ganhos e perdas sejam positivos. O cálculo é efetuado como o descrito no parágrafo anterior e o seu valor registado no passivo, na rubrica “Provisão para participação nos resultados a atribuir”.

f) Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março, emitida pela ASF, utilizando o método *pro rata temporis*, e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios.

g) Provisão técnica relativa a seguros de Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro

As provisões dos seguros de Vida em que, contratualmente, se estipulou que o risco do investimento é suportado integralmente pelo tomador do seguro são calculadas apólice por apólice e o seu valor é encontrado em função dos ativos especificamente afetos para determinar o valor dos direitos.

h) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores

nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham nesta Nota, e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na Nota 40.

2.14. Imputação de gastos por funções e por segmentos

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções e adicionalmente imputados, também, por grupos de ramos.

As funções consideradas no âmbito desta imputação são a função de gestão dos sinistros, a função de aquisição de negócios, a função de administração e a função de gestão de investimentos.

São apresentados na Nota 27.2. os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

2.15. Benefícios dos empregados

a) Benefícios pós-emprego – responsabilidades com pensões

- Plano de contribuição definida

Encontram-se abrangidos por este plano todos os trabalhadores que aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora que entrou em vigor no dia 29/01/2016.

A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos das cláusulas 50.^a e 51.^a, bem como do Anexo V do referido acordo, sendo contabilizada como custo do exercício, na conta de ganhos e perdas.

• Plano de benefícios definido

Encontram-se abrangidos por este plano os trabalhadores não aderentes ao Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/01/2012 e que, naquela data, cumpriam com as condições previstas no Capítulo V do Contrato Coletivo de Trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de agosto de 2009.

Encontram-se ainda abrangidos por este plano os trabalhadores que em 2016 optaram pelo Contrato Coletivo de Trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de agosto de 2009.

O valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados, derivadas desse plano, obedece ao estipulado na cláusula 56.^a do Contrato Coletivo de Trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de agosto de 2009, sendo o valor atual dessas responsabilidades determinado anualmente nos termos da IAS 19, pelo método de valoração atuarial da Unidade de Crédito Projetada e tendo por base

pressupostos atuariais considerados adequados, que se detalham na Nota 30.2.

Os desvios determinados anualmente em resultado de:

- (i) ganhos e perdas atuarias decorrentes da diferença entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores reais obtidos, e de alterações nesses pressupostos atuariais, e;
- (ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno considerado para os ativos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

b) Prémio de permanência

As responsabilidades decorrentes da cláusula 42.^a do Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora em vigor desde 29/01/2016 são calculadas anualmente utilizando o método *pro rata temporis*, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

c) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

2.16. Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos

em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

2.17. Locações

Conforme referido na Nota 2.1. Bases de apresentação, a Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. A Companhia não adotou antecipadamente nenhum dos requisitos da IFRS 16 em períodos anteriores.

Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é,

ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlo de uso de um ativo identificável para um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato transmite esse direito, a Companhia avalia o seguinte:

- (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificável – este poderá ser implícito ou explícito, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade do ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substantivo, então o ativo não é identificável;
- (ii) a Companhia tem direito a obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de uso; e
- (iii) a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo. A Companhia tem esse direito quando tem os direitos de tomada de decisão mais relevantes para alterar “como” e “com que objetivo” o ativo é usado. Raras vezes, quando o local onde as referidas decisões são tomadas é pré-determinado, a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo caso: (i) a Companhia tem o direito para operar o ativo; ou (ii) a Companhia projeta um ativo de uma forma que determina o “como” e “com que objetivo” este será utilizado.

A política é aplicável aos contratos que se iniciam, ou que foram alterados, a partir de 1 de janeiro de 2019.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha uma componente de locação, a Companhia aloca a

contrapartida no contrato para cada componente de locação com base no seu preço relativo individual.

Locatário

A Companhia reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. O ativo sob direito de uso é inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para dismantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. As vidas úteis estimadas dos ativos sob direito de uso são determinadas na mesma base das vidas úteis das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

O passivo de locação é inicialmente mensurado ao *present value* dos pagamentos de locação que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, caso a taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa de juro incremental da Companhia.



O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração dos passivos de locação compreendem o seguinte:

(i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância; (ii) pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa como na data de início; (iii) montantes que se espera virem a ser pagos sob uma garantia residual; e (iv) o preço de exercício sob uma opção de compra que a Companhia esteja razoavelmente certa de vir a exercer, pagamentos de locação num período de opção de renovação caso a Companhia esteja razoavelmente certa de exercer a opção de prorrogação, e penalidades por rescisão antecipada de locação, a não ser que a Companhia esteja razoavelmente certa de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva. É remensurado quando existir uma alteração nos pagamentos de locação futuros derivada de uma alteração num índice ou taxa, caso haja alguma alteração na estimativa do Grupo do montante expectável a ser pago na garantia de valor residual, ou caso a Companhia altere a sua avaliação de exercício da opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado desta forma, é efetuado um ajustamento correspondente no montante contabilístico do ativo sob direito de uso, ou é registado em perdas ou proveitos caso o montante contabilístico do ativo sob direito de uso tenha sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos sob direito de uso que não se enquadram na definição de propriedade de investimento

em Outros Ativos Tangíveis e passivos de locação em Outros Passivos no Balanço.

Locações de curto prazo e locações de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer os ativos sob direito de uso e passivos de locação para locações de curta duração cujo prazo de locação seja igual ou inferior a 12 meses e locações de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de locação associados a estas locações como despesas numa base linear ao longo do prazo de locação.

IAS 17: 2018

Até 31 de dezembro de 2018, e de acordo com o definido na IAS 17, as locações eram classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferissem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações eram classificadas como operacionais. A classificação das locações era feita em função da substância e não da forma do contrato.

Eram classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo eram transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação eram classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais, os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional eram registados em custos nos períodos a que diziam respeito.



2.18. Estimativas contabilísticas críticas e julgamentos mais relevantes utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são apresentados como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Benefícios dos empregados

Conforme descrito na Nota 2.15. das bases de mensuração e políticas contabilísticas, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego – plano de benefícios definido – concedidos a alguns dos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais de acordo com a melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

b) Provisões técnicas

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.13. das bases de mensuração e políticas contabilísticas e na Nota 14.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa nesta data das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

c) Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 40% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 18 meses é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash-flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e da utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar um nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

d) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor.

No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

e) Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- As quantias inscritas no resultado antes de imposto do exercício não coincidam com as quantias relevantes para determinação do cálculo do imposto, com referência ao período, e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – resultando em passivos por impostos diferidos ou em ativos por impostos diferidos;
- Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos, apenas na medida em que seja expectável que existam

lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis; e

- As reavaliações, geradoras de aumentos de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos.

f) Justo valor dos ativos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias, ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

.3 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro abaixo:

	Euros	
	2019	2018
Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem		
Caixa e equivalentes	40,14	3.209,39
Depósitos à ordem	7.706.250,48	7.793.859,16
TOTAL	7.706.290,62	7.797.068,55



Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

4 ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

4.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas” são constituídos por unidades de participação em fundos de investimento mobiliário e títulos de dívida.

A reconciliação dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

Euros

2019			
Rubrica	Títulos de dívida	Unidades de Participação	Valor Contabilístico
Saldo inicial	33.546.519,18	4.253.195,06	37.799.714,24
Aquisições (ao valor de aquisição)	16.145.667,00	551.000,00	16.696.667,00
Vendas (ao valor de venda)	(355.113,00)	(589.707,69)	(944.820,69)
Reembolsos (ao valor do reembolso)	-	-	-
Variação do justo valor (reserva da reavaliação)	-	-	-
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	2.184.228,84	433.880,98	2.618.109,82
Variação do custo amortizado	(180.222,66)	-	(180.222,66)
Variação do juro decorrido	60.833,78	-	60.833,78
SALDO FINAL	51.401.913,14	4.648.368,35	56.050.281,49

2018			
Rubrica	Títulos de dívida	Unidades de Participação	Valor Contabilístico
Saldo inicial	22.976.863,05	3.672.786,13	26.649.649,18
Aquisições (ao valor de aquisição)	15.249.608,90	1.164.000,00	16.413.608,90
Vendas (ao valor de venda)	(4.866.390,55)	(339.361,02)	(5.205.751,57)
Reembolsos (ao valor do reembolso)	-	-	-
Variação do justo valor (reserva da reavaliação)	-	-	-
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	133.886,52	(244.230,05)	(110.343,53)
Variação do custo amortizado	(92.880,58)	-	(92.880,58)
Variação do juro decorrido	145.431,84	-	145.431,84
SALDO FINAL	33.546.519,18	4.253.195,06	37.799.714,24

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Euros					
2019					
Classificações do ativo	Valor contabilístico				Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao Justo Valor	Juro	
ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS					
Unidades de participação	4.395.373,06	-	252.995,29	-	4.648.368,35
Títulos de dívida – pública	33.793.314,16	(277.864,02)	3.195.803,68	278.909,93	36.990.163,75
Títulos de dívida – de outros emissores	14.005.000,00	(2.854,10)	330.495,48	79.108,01	14.411.749,39
TOTAL	52.193.687,22	(280.718,12)	3.779.294,45	358.017,94	56.050.281,49

Euros					
2018					
Classificações do Ativo	Valor contabilístico				Total
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao Justo Valor	Juro	
ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS					
Unidades de participação	4.408.909,78	-	(155.714,72)	-	4.253.195,06
Títulos de dívida – pública	21.984.288,41	(98.690,93)	847.665,15	220.920,59	22.954.183,22
Títulos de dívida – de outros emissores	10.005.000,00	(2.163,42)	513.235,81	76.263,57	10.592.335,96
TOTAL	36.398.198,19	(100.854,35)	1.205.186,24	297.184,16	37.799.714,24

Nos Anexos 1.1. e 1.2. das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas”.

4.2. Justo valor

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da Bloomberg.

Contudo, no exercício de 2019, existiram exceções e alguns títulos de rendimento fixo foram valorizados ao modelo interno (considerando a cotação de mercado), praticado pela gestora dos ativos, o qual se descreve abaixo:

- Através da Bloomberg obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtêm-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação de consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;

- Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* fixo, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes *spreads* são revistos semanalmente; e
- Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* fixo obtém-se a cotação de valorização do título.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 14.411.749,39 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
ES0205067103	BBVA GLOBAL MARKETS B.V.
ES0205067145	BBVA GLOBAL MARKETS B.V.
XS2053564287	DOURO FINANCE B.V.

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

Nível 2 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.

Nível 3 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categorias são determinadas em cada data de reporte.

Apresentam-se, no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Euros				
2019				
Conceito	Justo Valor – Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS				
Unidades de participação	4.648.368,35	-	-	4.648.368,35
Títulos de dívida – pública	36.990.163,75	-	-	36.990.163,75
Títulos de dívida – de outros emissores	-	14.411.749,39	-	14.411.749,39
TOTAL	41.638.532,10	14.411.749,39	-	56.050.281,49

Euros				
2018				
Conceito	Justo Valor – Níveis de valorização			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS				
Unidades de participação	4.253.195,06	-	-	4.253.195,06
Títulos de dívida – pública	22.954.183,22	-	-	22.954.183,22
Títulos de dívida – de outros emissores	-	10.592.335,96	-	10.592.335,96
TOTAL	27.207.378,28	10.592.335,96	-	37.799.714,24

.5 ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

5.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de "Ativos financeiros disponíveis para venda" são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário.

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

				Euros
				2019
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e Unidades de Participação	Valor contabilístico	
Saldo inicial	273.360.634,18	19.981.157,13	293.341.791,31	
Aquisições (ao valor de aquisição)	24.625.242,18	5.167.431,53	29.792.673,71	
Alienações (ao valor de venda)	(35.425.812,35)	(6.792.586,59)	(42.218.398,94)	
Reembolsos (ao valor de reembolso)	(22.625.406,41)	-	(22.625.406,41)	
Variação do justo valor (reserva de reavaliação)	7.095.939,88	3.461.441,63	10.557.381,51	
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	1.450.707,77	94.631,07	1.545.338,84	
Variação do custo amortizado	(603.968,06)	-	(603.968,06)	
Variação do juro decorrido	(1.081.490,29)	-	(1.081.490,29)	
SALDO FINAL	246.795.846,90	21.912.074,77	268.707.921,67	

				Euros
				2018
Rubrica	Títulos de dívida	Ações e Unidades de Participação	Valor contabilístico	
Saldo inicial	297.807.602,94	20.154.855,25	317.962.458,19	
Aquisições (ao valor de aquisição)	36.954.484,00	8.843.786,40	45.798.270,40	
Alienações (ao valor de venda)	(42.291.166,79)	(6.810.592,83)	(49.101.759,62)	
Reembolsos (ao valor de reembolso)	(14.683.192,95)	-	(14.683.192,95)	
Variação do justo valor (reserva de reavaliação)	(3.428.408,72)	(2.332.776,25)	(5.761.184,97)	
Variação do justo valor (ganhos e perdas)	515.272,02	125.884,56	641.156,58	
Variação do custo amortizado	(927.681,24)	-	(927.681,24)	
Variação do juro decorrido	(586.275,08)	-	(586.275,08)	
SALDO FINAL	273.360.634,18	19.981.157,13	293.341.791,31	

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

Euros					
2019					
Classificações do ativo	Valor Contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao Justo Valor	Juro	Total
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA					
Instrumentos de capital	13.820.879,61	-	2.751.250,38	-	16.572.129,99
Unidades de participação	4.266.797,66	-	1.073.147,12	-	5.339.944,78
Títulos de dívida – pública	165.962.897,11	(1.190.709,05)	33.699.002,72	3.320.628,72	201.791.819,50
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	989.000,00	8.929,89	76.891,60	49.016,40	1.123.837,89
Títulos de dívida – de outros emissores	41.676.405,72	445.690,75	1.312.377,44	445.715,60	43.880.189,51
TOTAL	226.715.980,10	(736.088,41)	38.912.669,26	3.815.360,72	268.707.921,67

Euros					
2018					
Classificações do ativo	Valor Contabilístico				
	Aquisição	Custo amortizado	Ajustamento ao Justo Valor	Juro	Total
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA					
Instrumentos de capital	15.296.683,23	-	285.589,03	-	15.582.272,26
Unidades de participação	4.321.518,03	-	77.366,84	-	4.398.884,87
Títulos de dívida – pública	198.808.690,01	(1.643.976,57)	26.634.834,39	4.188.397,10	227.987.944,93
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	989.000,00	7.404,74	136.198,75	49.150,69	1.181.754,18
Títulos de dívida – de outros emissores	42.008.485,71	301.847,40	1.221.298,74	659.303,22	44.190.935,07
TOTAL	261.424.376,98	(1.334.724,43)	28.355.287,75	4.896.851,01	293.341.791,31

No Anexo 1.1. e 1.2. das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

5.2. Justo valor

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da Bloomberg.

Contudo, no exercício de 2019, existiram exceções e alguns títulos de rendimento fixo foram valorizados ao modelo interno (considerando a cotação de mercado), praticado pela gestora dos ativos, o qual se descreve abaixo:

- Através da Bloomberg obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtêm-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação de consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;
- Se isso se verifica, então aplica-se um *spread* fixo, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual

do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;

- Estes *spreads* são revistos semanalmente; e
- Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* fixo obtém-se a cotação de valorização do título.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 11.879.354,14 euros, são os seguintes:

ISIN	Nome do emissor
XS1842121029	DOURO FINANCE B.V.
XS0399353506	EDP FINANCE B.V.
PTTGUAOM0005	TAGUS SOCIEDADE DE TITULARIZACAO DE CRED

Os títulos de rendimento variável também estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da Bloomberg. No entanto, no exercício de 2019, houve exceções, tendo sido valorizadas pelo custo, pelo montante de 85.392,68 euros, os seguintes títulos:

ISIN	Nome do emissor
ES0157103005	ALTAMAR X GLOBAL PRIVATE EQ PROG FCR
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SICAV-RAIF

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

Nível 2 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.

Nível 3 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categorias são determinadas em cada data de reporte.

Os instrumentos financeiros valorizados à cotação do modelo interno totalizam um montante aproximado de 11,9 milhões de euros.

Apresenta-se, nos quadros abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

Euros

Conceito	2019			Total
	Justo Valor – Níveis de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA				
Instrumentos de capital	16.572.129,99	-	-	16.572.129,99
Unidades de participação	5.254.552,10	-	85.392,68	5.339.944,78
Títulos de dívida – pública	201.791.819,50	-	-	201.791.819,50
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	1.123.837,89	-	-	1.123.837,89
Títulos de dívida – de outros emissores	32.000.835,37	11.879.354,14	-	43.880.189,51
TOTAL	256.743.174,85	11.879.354,14	85.392,68	268.707.921,67

Euros

Conceito	2018			Total
	Justo Valor – Níveis de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA				
Instrumentos de capital	15.582.272,26	-	-	15.582.272,26
Unidades de participação	4.359.684,43	-	39.200,44	4.398.884,87
Títulos de dívida – pública	227.987.944,93	-	-	227.987.944,93
Títulos de dívida – de outros emissores públicos	1.181.754,18	-	-	1.181.754,18
Títulos de dívida – de outros emissores	34.093.826,18	10.097.108,89	-	44.190.935,07
TOTAL	283.205.481,98	10.097.108,89	39.200,44	293.341.791,31

5.3. Imparidade

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado nas políticas contabilísticas na Nota 2.3., dos quais não resultou qualquer valor a registar a título de imparidade ao final do exercício de 2019.

6 EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER

O saldo da rubrica de “Empréstimos concedidos e contas a receber” é decomposto como segue:

Euros

Rubrica	2019	2018
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER		
Empréstimos concedidos sobre apólices	183.792,82	224.757,01
TOTAL	183.792,82	224.757,01



A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. explora a totalidade dos Seguros de Vida e Seguros Ligados a Fundos de Investimento, definidos no Artigo 124.º do Decreto-Lei 94-B/98.

.7 OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Euros

2019							
Outros Ativos Tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento administrativo	12.234,59	59.476,38	-	-	-	8.043,12	63.667,85
Máquinas e ferramentas	4.681,91	20.563,43	-	-	-	3.346,37	21.898,97
Equipamento informático	1.629,65	11.490,79	-	-	-	4.012,23	9.108,21
Instalações interiores	8.836,11	81.802,49	-	-	-	7.777,92	82.860,68
Outro equipamento	1.410,77	-	-	-	-	360,19	1.050,58
Outros ativos tangíveis	-	344.410,61	-	-	-	37.034,28	307.376,33
Ativos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	28.793,03	517.743,70	-	-	-	60.574,11	485.962,62

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica "Ativos tangíveis em curso", evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferidas para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer deles se encontra dado como garantia de passivos.

Não existe qualquer item de "Outros ativos tangíveis" em imparidade ou cedido.

Euros

2018							
Outros Ativos Tangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Equipamento administrativo	26.052,98	-	-	-	6.495,70	7.322,69	12.234,59
Máquinas e ferramentas	5.801,98	-	-	-	-	1.120,07	4.681,91
Equipamento informático	2.607,26	-	-	-	-	977,61	1.629,65
Instalações interiores	21.504,40	5.474,53	-	-	15.148,79	2.994,03	8.836,11
Outro equipamento	1.770,96	-	-	-	-	360,19	1.410,77
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Ativos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	57.737,58	5.474,53	-	-	21.644,49	12.774,59	28.793,03

8 ATIVOS SOB DIREITO DE USO

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no quadro seguinte:

Euros						
2019						
Ativos sob Direito de Uso	Saldo inicial * (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Direito de Uso Imóveis	871.494,97	-	-	-	113.894,98	757.599,99
Direito de Uso Outros	28.230,17	20.201,56	-	-	21.304,49	27.127,24
TOTAL	899.725,14	20.201,56	-	-	135.199,47	784.727,23

* Saldo Inicial corresponde ao ajustamento decorrente da aplicação da IFRS 16.

A natureza de "Direito de Uso Outros" corresponde a locações de viaturas.

O principal impacto resultante da aplicação da IFRS 16, no que concerne ao Ativo, é um incremento de 784.727,23 euros em "Ativos sob Direitos de Uso". Relativamente à Demonstração de Resultados, há um incremento das Amortizações em 135.199,47 euros.

.9 OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no quadro seguinte:

Euros							
2019							
Outros Ativos Intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Desp. com aplicações informáticas	61.603,54	3.785,94	22.212,71	-	-	55.390,23	32.211,96
Ativos Intangíveis em curso	158.841,01	157.937,25	(22.212,71)	-	44.951,45	-	249.614,10
TOTAL	220.444,55	161.723,19	-	-	44.951,45	55.390,23	281.826,06

Euros							
2018							
Outros Ativos Intangíveis	Saldo inicial (valor líquido)	Aquisições	Transferências	Alienações	Abates	Amort. do exercício	Saldo final (valor líquido)
Desp. com aplicações informáticas	96.160,17	-	44.600,23	-	-	79.156,86	61.603,54
Ativos Intangíveis em curso	65.837,15	138.852,54	(44.600,23)	-	1.248,45	-	158.841,01
TOTAL	161.997,32	138.852,54	-	-	1.248,45	79.156,86	220.444,55

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica “Ativos intangíveis em curso”, evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferidas para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

A natureza dos “Ativos intangíveis em curso” corresponde a desenvolvimentos informáticos que visam dar suporte à evolução do negócio.

Durante o ano, houve alguns ativos intangíveis em curso que, por não se esperar benefícios económicos futuros, foram abatidos.

.10 PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

Euros				
2019				
Provisões Técnicas – Resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
CONTRATOS DE SEGUROS				
Provisão para sinistros	1.120.172,72	1.313.948,57	864.180,05	1.569.941,24
Prestações	1.062.542,03	1.051.702,34	864.180,05	1.250.064,32
IBNR	209.629,14	160.863,57	-	370.492,71
IBNER	(151.998,45)	101.382,66	-	(50.615,79)
Provisão para Prémios não Adquiridos	164.558,64	-	485,68	164.072,96
Prémios não adquiridos	181.968,23	-	1.754,84	180.213,39
Custos de aquisição diferidos	(17.409,59)	-	(1.269,16)	(16.140,43)
TOTAL	1.284.731,36	1.313.948,57	864.665,73	1.734.014,20

A variação dos prémios não adquiridos no resseguro cedido é apresentada na rubrica “Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)” e a variação dos custos de aquisição diferidos, na rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro”, ambas na conta de ganhos e perdas.

Euros				
2018				
Provisões Técnicas – Resseguro cedido	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
CONTRATOS DE SEGUROS				
Provisão para sinistros	1.239.973,10	425.988,73	545.789,11	1.120.172,72
Prestações	1.184.696,96	271.635,73	393.790,66	1.062.542,03
IBNR	55.276,14	154.353,00	-	209.629,14
IBNER	-	-	151.998,45	(151.998,45)
Provisão para Prémios não Adquiridos	148.308,10	14.914,36	(1.336,18)	164.558,64
Prémios não adquiridos	167.053,87	14.914,36	-	181.968,23
Custos de aquisição diferidos	(18.745,77)	-	(1.336,18)	(17.409,59)
TOTAL	1.388.281,20	440.903,09	544.452,93	1.284.731,36

.11

OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto e outras operações líquido de ajustamentos é decomposto como segue:

Euros			
2019			
Rubrica	Ativo bruto	Imparidade / ajustamentos	Ativo líquido
OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES			
Contas a receber por operações de seguro direto	3.303.511,89	26.014,24	3.277.497,65
Contas de cobrança	3.239.756,42	26.014,24	3.213.742,18
Mediadores	63.755,47	-	63.755,47
Contas a receber por operações de resseguro	9.786,12	-	9.786,12
Contas a receber por outras operações	385.769,31	-	385.769,31
Empréstimos ao pessoal	174.529,65	-	174.529,65
Outras operações com pessoal	2.176,37	-	2.176,37
Outros devedores	209.063,29	-	209.063,29
TOTAL	3.699.067,32	26.014,24	3.673.053,08

Euros			
2018			
Rubrica	Ativo bruto	Imparidade / ajustamentos	Ativo líquido
OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES			
Contas a receber por operações de seguro direto	1.802.093,75	45.913,61	1.756.180,14
Contas de cobrança	1.614.475,65	45.913,61	1.568.562,04
Mediadores	187.618,10	-	187.618,10
Contas a receber por operações de resseguro	343.782,05	-	343.782,05
Contas a receber por outras operações	276.040,48	-	276.040,48
Empréstimos ao pessoal	181.118,19	-	181.118,19
Outras operações com pessoal	2.385,11	-	2.385,11
Outros devedores	92.537,18	-	92.537,18
TOTAL	2.421.916,28	45.913,61	2.376.002,67

O valor contabilizado em Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos desagrega-se como segue:

Euros				
2019				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução e utilização	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	45.913,61	-	(19.899,37)	26.014,24
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros	-	-	-	-
De mediadores	-	-	-	-
De outros devedores	-	-	-	-
TOTAL	45.913,61	-	(19.899,37)	26.014,24

Euros				
2018				
Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Redução e utilização	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	33.383,40	12.530,21	-	45.913,61
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De tomadores de seguros	-	-	-	-
De mediadores	-	-	-	-
De outros devedores	-	-	-	-
TOTAL	33.383,40	12.530,21	-	45.913,61

O ajustamento registado, relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

.12

ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS E TAXAS

Desdobramento de ativos e passivos por impostos e taxas:

Rubrica	Euros	
	2019	2018
Ativos por impostos e taxas	1.795.143,51	2.705.128,63
Ativos por impostos (e taxas) correntes	1.795.143,51	2.705.128,63
Ativos por impostos diferidos	-	-
Passivos por impostos e taxas	5.443.567,90	2.901.843,11
Passivos por impostos (e taxas) correntes	1.601.849,71	408.379,54
Passivos por impostos diferidos	3.841.718,19	2.493.463,57

12.1. Impostos Correntes

Desdobramento de ativos e passivos por impostos e taxas correntes:

Rubrica	Euros	
	2019	2018
Ativos por impostos correntes	1.795.143,51	2.705.128,63
Imposto sobre o rendimento	72.643,22	1.008.918,15
IRC: Reclamações e impugnações	1.628.247,65	1.628.247,65
Outros impostos e taxas	94.252,64	67.962,83
Passivos por impostos correntes	(1.601.849,71)	(408.379,54)
Imposto corrente	(1.253.373,13)	-
Retenções na fonte	(77.057,02)	(117.739,50)
Outros impostos e taxas	(271.419,56)	(290.640,04)
TOTAL	193.293,80	2.296.749,09

A linha de IRC: Reclamações e impugnações corresponde ao valor de imposto corrente liquidado a mais, relativamente aos exercícios de 2012 e 2013, nomeadamente no que se refere a variações patrimoniais negativas (variações negativas na reserva de justo valor de produtos vida com participação nos resultados). Este valor foi reclamado através da apresentação de Pedidos de Revisão Oficiosa relativamente aos referidos exercícios de 2012 e 2013.

Detalham-se, no quadro abaixo, as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico pela taxa de imposto aplicada:

Euros			
2019			
Demonstração do imposto corrente	Ganhos e perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	4.723.311,38	-	4.723.311,38
Variação do justo valor dos Inst. Financ. a representar as Prov. Téc. com Particip. Benef.	-	1.206.576,97	1.206.576,97
21% DO RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	991.895,39	253.381,16	1.245.276,55
GASTO POR IMPOSTO (A ACRESCER / A DEDUZIR)			
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros	-	-	-
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	4.215,46	-	4.215,46
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo dos empregados	29.610,00	-	29.610,00
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	32,12	-	32,12
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	251,07	-	251,07
Encargos com combustíveis	-	-	-
Perdas por imparidade de ativos não correntes e depreciações e amortizações, não aceites como gastos	-	-	-
Realizações de utilidade social não dedutíveis	49,49	-	49,49
Menos-valias contabilísticas	25.981,41	-	25.981,41
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	51.825,35	-	51.825,35
Custos extraordinários	7.437,71	-	7.437,71
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo dos empregados	(31.080,00)	-	(31.080,00)
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	-	-	-
Mais-valias contabilísticas	(68.959,15)	-	(68.959,15)
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(53.581,35)	-	(53.581,35)
Benefícios fiscais	(1.201,83)	-	(1.201,83)
Proveitos extraordinários	-	-	-
TOTAL DO IMPOSTO	956.475,67	253.381,16	1.209.856,83
Derrama	169.383,58	44.871,62	214.255,20
Tributação autónoma	42.151,33	-	42.151,33
TOTAL DO GASTO POR IMPOSTO CORRENTE	1.168.010,58	298.252,78	1.466.263,36
IMPOSTO SOBRE LUCROS A PAGAR/RECEBER			
Retenções na fonte			(45.229,23)
Entregas por conta			(167.661,00)
IMPOSTO SOBRE LUCROS A PAGAR / (RECUPERAR)	1.168.010,58	298.252,78	1.253.373,13

Euros			
2018			
Demonstração do imposto corrente	Ganhos e perdas	Capital	Total
Resultado antes de imposto	2.187.421,22	-	2.187.421,22
Variação do justo valor dos Inst. Financ. a representar as Prov. Téc. com Particip. Benef.	-	(1.139.687,41)	(1.139.687,41)
21% DO RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	459.358,46	(239.334,36)	220.024,10
GASTO POR IMPOSTO (A ACRESCER / A DEDUZIR)			
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros	-	-	-
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	3.436,20	-	3.436,20
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo dos empregados	31.080,00	-	31.080,00
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	321,02	-	321,02
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	233,48	-	233,48
Encargos com combustíveis	-	-	-
Perdas por imparidade de ativos não correntes e depreciações e amortizações, não aceites como gastos	4.545,34	-	4.545,34
Realizações de utilidade social não dedutíveis	44,34	-	44,34
Menos-valias contabilísticas	38.581,11	-	38.581,11
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	91.064,60	-	91.064,60
Custos extraordinários	2.311,64	-	2.311,64
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo dos empregados	(54.855,19)	-	(54.855,19)
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	(208,73)	-	(208,73)
Mais-valias contabilísticas	(126.914,72)	-	(126.914,72)
Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos	(30.880,09)	-	(30.880,09)
Benefícios fiscais	(1.168,12)	-	(1.168,12)
Proveitos extraordinários	(1.428,00)	-	(1.428,00)
TOTAL DO IMPOSTO	415.521,35	(239.334,36)	176.186,99
Derrama	29.414,93	(16.942,58)	12.472,35
Tributação autónoma	30.892,36	-	30.892,36
TOTAL DO GASTO POR IMPOSTO CORRENTE	475.828,64	(256.276,94)	219.551,70
IMPOSTO SOBRE LUCROS A PAGAR/RECEBER			
Retenções na fonte			(63.110,65)
Entregas por conta			(1.121.562,00)
IMPOSTO SOBRE LUCROS A PAGAR / (RECUPERAR)	475.828,64	(256.276,94)	(965.120,95)

12.2. Impostos diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2019 e de 2018 foi o seguinte:

							Euros
							2019
Passivos por impostos diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Diminuições		Saldo final	
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio		
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	2.493.463,57	-	1.348.254,62	-	-	3.841.718,19	
Do reconhecimento dos ativos/passivos por benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	2.493.463,57	-	1.348.254,62	-	-	3.841.718,19	

							Euros
							2018
Passivos por impostos diferidos	Saldo inicial	Aumentos		Diminuições		Saldo final	
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio		
De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração	2.602.913,54	-	-	-	(109.449,97)	2.493.463,57	
Do reconhecimento dos ativos/passivos por benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	2.602.913,54	-	-	-	(109.449,97)	2.493.463,57	

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Em 2019, o saldo de impostos diferidos foi de 3,8 milhões de euros.

.13

AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, mais em concreto a Norma Regulamentar n.º 13/2003-R e a Norma Regulamentar n.º 3/2011-R da ASF, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos às suas provisões técnicas, de acordo com as regras e limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. A afetação de investimentos e outros ativos demonstra-se nos quadros ao lado:

Euros				
2019				
Rubrica	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.500.000,00	4.206.290,62	-	7.706.290,62
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	51.401.913,14	4.648.368,35	56.050.281,49
Ativos financeiros disponíveis para venda	179.282.393,48	84.797.314,30	4.628.213,89	268.707.921,67
Empréstimos concedidos e contas a receber	183.792,82	-	-	183.792,82
Outros ativos tangíveis	-	485.962,62	-	485.962,62
Parte dos resseguradores nas prov. técnicas	-	1.734.014,20	-	1.734.014,20
Custos de aquisição diferidos	-	219.609,27	-	219.609,27
TOTAL	182.966.186,30	142.845.104,15	9.276.582,24	335.087.872,69

Euros				
2018				
Rubrica	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	600.000,00	7.197.068,55	-	7.797.068,55
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	33.546.519,18	4.253.195,06	37.799.714,24
Ativos financeiros disponíveis para venda	210.071.697,32	78.341.998,24	4.928.095,75	293.341.791,31
Empréstimos concedidos e contas a receber	224.757,01	-	-	224.757,01
Outros ativos tangíveis	-	28.793,03	-	28.793,03
Parte dos resseguradores nas prov. técnicas	-	1.284.731,36	-	1.284.731,36
Custos de aquisição diferidos	-	200.779,20	-	200.779,20
TOTAL	210.896.454,33	120.599.889,56	9.181.290,81	340.677.634,70

.14 PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as provisões técnicas de seguro direto apresentam o seguinte movimento:

Euros				
2019				
Provisões técnicas – seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
CONTRATOS DE SEGUROS				
Provisão Matemática	269.128.233,73	34.466.744,96	53.686.914,13	249.908.064,56
Provisão para sinistros	13.131.725,66	43.170.738,38	43.540.805,57	12.761.658,47
Prestações	12.933.648,36	42.654.609,98	43.535.606,79	12.052.651,55
IBNR	595.067,65	252.689,95	5.198,78	842.558,82
IBNER	(396.990,35)	263.438,45	-	(133.551,90)
Provisão para Participação nos Resultados	10.099.446,96	3.814.600,36	897.685,86	13.016.361,46
Provisão para Prémios não Adquiridos	807.449,67	51.634,26	-	859.083,93
Prémios não adquiridos	1.008.228,87	70.464,33	-	1.078.693,20
Custos de aquisição diferidos	(200.779,20)	(18.830,07)	-	(219.609,27)
TOTAL	293.166.856,02	81.503.717,96	98.125.405,56	276.545.168,42

Euros				
2018				
Provisões técnicas – seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
CONTRATOS DE SEGUROS				
Provisão Matemática	279.976.462,69	33.798.207,66	44.646.436,62	269.128.233,73
Provisão para sinistros	7.460.889,89	49.603.432,91	43.932.597,14	13.131.725,66
Prestações	7.295.517,79	49.173.737,36	43.535.606,79	12.933.648,36
IBNR	165.372,10	429.695,55	-	595.067,65
IBNER	-	-	396.990,35	(396.990,35)
Provisão para Participação nos Resultados	14.174.704,19	(3.700.926,21)	374.331,02	10.099.446,96
Provisão para Prémios não Adquiridos	750.996,93	56.452,74	-	807.449,67
Prémios não adquiridos	935.199,85	73.029,02	-	1.008.228,87
Custos de aquisição diferidos	(184.202,92)	(16.576,28)	-	(200.779,20)
TOTAL	302.363.053,70	79.757.167,10	88.953.364,78	293.166.856,02

14.1. Provisão Matemática

O valor da provisão matemática referente ao seguro direto apresenta, para os exercícios de 2019 e de 2018, a seguinte composição por famílias de produtos:

Euros				
2019				
Provisão Matemática - seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
CONTRATOS DE SEGUROS				
Rendas	34.452.563,97	1.283.533,81	1.389.687,56	34.346.410,22
Risco	1.066.700,56	212.592,41	393.940,42	885.352,55
Mistos	23.891.887,42	2.775.147,35	4.602.975,59	22.064.059,18
Capitalização	73.563.654,62	20.437.477,55	3.165.900,30	90.835.231,87
PPR	126.892.409,36	7.115.904,67	43.319.054,43	90.689.259,60
Universal Life	9.261.017,80	2.642.089,17	815.355,83	11.087.751,14
TOTAL	269.128.233,73	34.466.744,96	53.686.914,13	249.908.064,56

Euros				
2018				
Provisão Matemática - seguro direto	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
CONTRATOS DE SEGUROS				
Rendas	32.135.455,88	3.361.814,53	1.044.706,44	34.452.563,97
Risco	1.374.072,23	(114.909,72)	192.461,95	1.066.700,56
Mistos	24.767.288,10	3.255.982,26	4.131.382,94	23.891.887,42
Capitalização	64.345.143,64	14.581.510,73	5.362.999,75	73.563.654,62
PPR	149.371.720,43	10.423.486,30	32.902.797,37	126.892.409,36
Universal Life	7.982.782,41	2.290.323,56	1.012.088,17	9.261.017,80
TOTAL	279.976.462,69	33.798.207,66	44.646.436,62	269.128.233,73

As tábuas de mortalidade e as taxas técnicas de juro utilizadas no cálculo das provisões matemáticas são as seguintes:

Euros		
Modalidade	Taxa técnica	Tábua de mortalidade
SEGUROS NÃO LIGADOS A FUNDOS DE INVESTIMENTO		
Rendas	Taxa variável em função do ativo	GRM/F 95, PERM 2000P e Modificadas
MISTOS		
Mistos	Entre 1,25% e 4%	GKM 80, GKM 95
TEMPORÁRIOS		
Temporário	Entre 0,25% e 4%	GKM/F 80, GKM/F 95 e Modificadas
Temporário anual renovável	Entre 0% e 4%	GKM/F 80, GKM/F 95, PASEM 2010 e Modificadas
CAPITAIS DIFERIDOS		
Prémios periódicos	Entre 2,25% e 4%	GRM 95, GKM 95 e Modificadas
Prémios únicos	Entre 0,81% e 4%	GRM 80, GKM 95 e Modificadas
PPR	Entre 0,01% e 4%	GKM 95
Universal Life	Entre 0,4% e 2,5%	GKM 95 e Modificadas
SEGUROS LIGADOS A FUNDOS DE INVESTIMENTO		
Com risco de investimento	Entre 0% e 1,4%	PASEM 2010 e Modificadas

14.2. Provisão para sinistros

Os Anexos 2.1. e 2.2. a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas explicitam os reajustamentos efetuados nos exercícios de 2019 e de 2018, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

A Provisão para participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados, para distribuição posterior.

14.3. Provisão para Participação nos Resultados

No quadro abaixo, demonstra-se, por modalidade, a movimentação referente à participação nos resultados atribuída nos exercícios de 2019 e de 2018:

Participação nos resultados atribuída	2019			
	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	Saldo final
MODALIDADE				
Vida Inteira	-	-	-	-
Reforma Assegurada	416.001,13	6.749,62	416.001,13	6.749,62
Futuro Jovem Garantido	469,02	55,82	469,02	55,82
Seguro Reforma Completo	259.263,86	9.547,13	259.263,86	9.547,13
Plano Poupança Criança Futuro	12.072,24	98,47	12.072,24	98,47
Reforma Flexível	126.864,29	-	126.864,29	-
PPR Pré-reforma MAPFRE	-	230,07	-	230,07
Reforma Garantida MAPFRE PPR	51,67	109.321,66	-	109.321,66
PPR Plano A	1.692,29	59.426,33	1.692,29	59.426,33
PPR 3	-	1.984,07	-	1.984,07
PPR BIC II	-	3.263,23	-	3.263,23
Postal PPR Garantido (II Série)	-	18.141,42	-	18.141,42
MAPFRE PPR	1.993,22	53.190,06	1.993,22	53.190,06
Universal Life AG	-	-	-	-
Postal PPR Seguro	-	28.716,41	-	28.716,41
Postal PPR Rend. Crescente	-	-	-	-
PPR Super Plano A	24.268,28	19.800,85	24.268,28	19.800,85
MAPFRE Invest. Crescente 2015	20.283,50	-	20.283,50	-
Coletivo – Proteção & Reforma	8.827,52	-	-	8.827,52
PPR Garantido 5 +	-	-	-	-
PPR Muita Poupança	-	19.763,73	-	19.763,73
PPR Transferência	-	1.809,60	-	1.809,60
PPR Master 3.6	-	-	-	-
Postal PPR Plus	33.640,64	100.826,89	33.640,64	100.826,89
Postal PPR Rendimento Mais	1.137,39	13.928,26	1.137,39	13.928,26
MAPFRE PPR (Edição Especial)	-	9.184,99	-	9.184,99
TOTAL	906.565,05	456.038,61	897.685,86	464.917,80

Euros				
2018				
Participação nos resultados atribuída	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída	Saldo final
MODALIDADE				
Vida Inteira	559,73	-	559,73	-
Reforma Assegurada	215.723,57	200.277,56	-	416.001,13
Futuro Jovem Garantido	23.453,27	416,46	23.400,71	469,02
Seguro Reforma Completo	158.854,30	100.409,56	-	259.263,86
Plano Poupança Criança Futuro	-	12.072,24	-	12.072,24
Reforma Flexível	68.644,93	58.219,36	-	126.864,29
PPR Pré-reforma MAPFRE	26,47	-	26,47	-
Reforma Garantida MAPFRE PPR	140.997,99	-	140.997,99	51,67
PPR Plano A	64.599,18	1.692,29	64.599,18	1.692,29
PPR 3	1.995,68	-	1.995,68	-
PPR BIC II	829,74	-	829,74	-
Postal PPR Garantido (II Série)	9.949,86	-	9.949,86	-
MAPFRE PPR	17.795,78	1.993,22	17.795,78	1.993,22
Universal Life AG	1.116,90	-	1.116,90	-
Postal PPR Seguro	25.525,19	-	25.525,19	-
Postal PPR Rend. Crescente	837,52	-	837,52	-
PPR Super Plano A	25.611,48	24.268,28	25.611,48	24.268,28
MAPFRE Invest. Crescente 2015	20.283,50	-	-	20.283,50
Coletivo – Proteção & Reforma	8.827,52	-	-	8.827,52
PPR Garantido 5 +	4.074,42	-	4.074,42	-
PPR Muita Poupança	-	-	-	-
PPR Transferência	-	-	-	-
PPR Master 3.6	12.363,13	-	12.363,13	-
Postal PPR Plus	17.081,53	33.640,64	17.081,53	33.640,64
Postal PPR Rendimento Mais	10.224,37	1.137,39	10.224,37	1.137,39
MAPFRE PPR (Edição Especial)	17.393,01	-	17.393,01	-
TOTAL	846.769,07	434.127,00	374.331,02	906.565,05

A participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros, de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade. A participação nos resultados foi distribuída por incorporação nas provisões matemáticas.

A participação nos resultados a atribuir (*Shadow accounting*), que corresponde às mais-valias potenciais dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte que seja atribuível ao tomador do seguro ou beneficiário do contrato, ascende a 12,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019 (31 de dezembro de 2018: 9,2 milhões de euros).

.15

PASSIVOS FINANCEIROS DA COMPONENTE DE DEPÓSITO DE CONTRATOS DE SEGURO E DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O valor de 7.132.302,17 euros, apresentado nas demonstrações da posição financeira, na rubrica de "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento", refere-se à responsabilidade assumida com contratos de seguro, considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

No quadro ao lado, demonstra-se a movimentação referente aos Passivos Financeiros nos exercícios de 2019 e de 2018:

Euros					
2019					
Passivos financeiros	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Saldo final
Valorizados ao justo valor	4.097.455,95	929.065,32	1.032.020,81	373.615,64	4.368.116,10
Capitalização	4.097.455,95	929.065,32	1.032.020,81	373.615,64	4.368.116,10
Valorizados ao custo amortizado	2.971.963,46	58.800,00	336.068,91	69.491,52	2.764.186,07
Capitalização	-	-	-	-	-
PPR	2.971.963,46	58.800,00	336.068,91	69.491,52	2.764.186,07
TOTAL	7.069.419,41	987.865,32	1.368.089,72	443.107,16	7.132.302,17

Euros					
2018					
Passivos financeiros	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Saldo final
Valorizados ao justo valor	3.485.956,61	1.459.091,07	633.417,71	(214.174,02)	4.097.455,95
Capitalização	3.485.956,61	1.459.091,07	633.417,71	(214.174,02)	4.097.455,95
Valorizados ao custo amortizado	5.467.803,59	72.530,00	2.655.767,29	87.397,16	2.971.963,46
Capitalização	-	-	-	-	-
PPR	5.467.803,59	72.530,00	2.655.767,29	87.397,16	2.971.963,46
TOTAL	8.953.760,20	1.531.621,07	3.289.185,00	(126.776,86)	7.069.419,41

Apresentam-se os mesmos passivos financeiros ao justo valor e por níveis de valorização:

Euros			
2019			
Passivos financeiros	Justo Valor – níveis de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Total
Valorizados ao justo valor	4.368.116,10	-	4.368.116,10
Capitalização	4.368.116,10	-	4.368.116,10
Valorizados ao custo amortizado	-	3.452.505,94	3.452.505,94
Capitalização	-	-	-
PPR	-	3.452.505,94	3.452.505,94
TOTAL	4.368.116,10	3.452.505,94	7.820.622,04

Euros			
2018			
Passivos financeiros	Justo Valor – níveis de valorização		
	Nível 1	Nível 2	Total
Valorizados ao justo valor	4.097.455,95	-	4.097.455,95
Capitalização	4.097.455,95	-	4.097.455,95
Valorizados ao custo amortizado	-	3.408.411,59	3.408.411,59
Capitalização	-	-	-
PPR	-	3.408.411,59	3.408.411,59
TOTAL	4.097.455,95	3.408.411,59	7.505.867,54

.16 OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019, esta rubrica, que se resume aos Passivos de Locação, apresentava os movimentos que ocorreram no exercício de 2019, conforme quadro abaixo:

Euros						
2019						
Passivos de locação	Saldo inicial *	Novas locações	Amortização passivo	Gasto financeiro	Cessação	Saldo final
Passivos de locação – Imóveis	871.494,97	-	72.154,10	16.527,70	-	782.813,17
Passivos de locação – Outros	28.230,17	20.201,56	18.662,69	2.035,90	-	27.733,14
TOTAL	899.725,14	20.201,56	90.816,79	18.563,60	-	810.546,31

* Saldo Inicial corresponde ao ajustamento decorrente da aplicação da IFRS 16.

O principal impacto resultante da aplicação da IFRS 16, no que concerne ao Passivo, é um incremento de 810.546,31 euros em “Passivos de locação”. Relativamente à Demonstração de Resultados, há um incremento dos Gastos financeiros em 18.563,60 euros.

No quadro abaixo, apresentamos a maturidade dos fluxos de caixa que estão contratualizados:

Euros					
2019					
Passivos de locação	Análise maturidade – fluxos caixa contratuais não descontados			Total fluxos	Saldo final
	Inferiores a 1 ano	1 a 5 anos	Superiores a 5 anos		
Passivos de locação – Imóveis	126.385,20	470.689,22	245.355,84	842.430,26	782.813,17
Passivos de locação – Outros	15.838,69	14.120,05	-	29.958,74	27.733,14
TOTAL	142.223,89	484.809,27	245.355,84	872.389,00	810.546,31

.17

OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, esta rubrica tem a seguinte desagregação:

Rubrica	Euros	
	2019	2018
OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES		
Contas a pagar por operações de seguro direto	1.075.166,08	837.378,36
Prémios recebidos antecipadamente e estornos a pagar	386.813,35	161.200,52
Mediadores	336.582,89	197.984,00
Outros saldos credores por operações de seguro direto	351.769,84	478.193,84
Contas a pagar por operações de resseguro	80.208,57	2.539,56
Contas a pagar por outras operações	499.560,19	727.954,81
Fornecedores	487.974,54	283.113,84
Outros credores	11.585,65	444.840,97
TOTAL	1.654.934,84	1.567.872,73

.18

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O passivo contabilizado em acréscimos e diferimentos desagrega-se da seguinte forma:

Rubrica	Euros	
	2019	2018
Acréscimos de gastos com o pessoal	383.598,18	342.085,46
Subsídio de férias e mês de férias	283.754,16	248.712,96
Outros acréscimos e encargos sobre remunerações	99.844,02	93.372,50
Outros acréscimos de gastos	734.322,07	1.318.110,05
Incentivos ao pessoal	287.053,65	337.345,81
Incentivos a mediadores	128.269,95	346.931,04
Trabalhos especializados	52.684,59	109.641,53
Outros acréscimos	266.313,88	524.191,68
TOTAL	1.117.920,25	1.660.195,51

.19 OUTRAS PROVISÕES

O valor contabilizado em outras provisões desagrega-se como segue:

Rubrica	2019			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
OUTRAS PROVISÕES				
Outras provisões	-	165.000,00	-	165.000,00
TOTAL	-	165.000,00	-	165.000,00

A provisão diz respeito a um processo judicial colocado por um cliente.

.20 CAPITAL

20.1. Composição do Capital

O capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2019, é de 21.000.000,00 de euros, dividido em 4.200.000 ações nominativas, no valor nominal de 5,00 euros cada:

Entidade acionista	2019		2018	
	N.º de ações	Valor	N.º de ações	Valor
MAPFRE – Seguros Gerais	4.200.000	21.000.000,00	4.200.000	21.000.000,00
TOTAL	4.200.000	21.000.000,00	4.200.000	21.000.000,00

20.2. Resultados por ação

Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

Conceito	2019	2018
Resultado líquido	3.555.300,80	1.711.592,59
Número médio de ações	4.200.000	4.200.000
Resultado por ação (em euros)	0,85	0,41

20.3. Dividendos por ação

O Conselho de Administração propôs que o resultado do exercício de 2019, no montante de 3.555.300,80 euros (três milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil e trezentos euros e oitenta centésimos), seja integralmente aplicado no reforço dos capitais próprios, da seguinte forma:

- Reserva Legal: 355.530,08 euros (trezentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e trinta euros e oito centésimos).
- Reserva Livre: 3.199.770,72 euros (três milhões, cento e noventa e nove mil, setecentos e setenta euros e setenta e dois centésimos).

.21 RESERVAS

As reservas de reavaliação compreendem os ajustamentos para o justo valor dos diferentes ativos, que segundo as IFRS devem ter reflexo direto nas contas de capital próprio da Companhia.

A reserva por impostos diferidos corresponde ao valor que se prevê pagar ou recuperar a título de imposto efetivo, derivado dos ajustamentos para o justo valor dos ativos financeiros.

No quadro ao lado, apresentam-se os movimentos que ocorreram nos exercícios de 2019 e de 2018 em cada uma das reservas:

Euros				
2019				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Reservas de reavaliação	19.162.405,84	10.557.381,51	(3.358.561,75)	26.361.225,60
Ações / Unid. part. fundos invest.	362.955,87	3.461.441,63	-	3.824.397,50
Títulos de dívida	27.992.331,88	7.095.939,88	-	35.088.271,76
Participação nos resultados a atribuir	(9.192.881,91)	-	(3.358.561,75)	(12.551.443,66)
Reserva por impostos diferidos	(2.493.463,57)	-	(1.348.254,62)	(3.841.718,19)
Outras reservas	74.528,70	1.711.989,72	(299.318,65)	1.487.199,77
Reserva legal	954.909,56	171.159,24	-	1.126.068,80
Outras reservas	1.226.332,11	1.540.830,48	(1.065,87)	2.766.096,72
Reserva por impostos correntes	(2.106.712,97)	-	(298.252,78)	(2.404.965,75)
TOTAL	16.743.470,97	12.269.371,23	(5.006.135,02)	24.006.707,18

Euros				
2018				
Demonstração das variações das reservas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Reservas de reavaliação	20.788.537,60	4.135.053,21	(5.761.184,97)	19.162.405,84
Ações / Unid. part. fundos invest.	2.695.732,12	-	(2.332.776,25)	362.955,87
Títulos de dívida	31.420.740,60	-	(3.428.408,72)	27.992.331,88
Participação nos resultados a atribuir	(13.327.935,12)	4.135.053,21	-	(9.192.881,91)
Reserva por impostos diferidos	(2.602.913,54)	109.449,97	-	(2.493.463,57)
Outras reservas	(1.846.493,64)	1.921.022,34	-	74.528,70
Reserva legal	788.793,18	166.116,38	-	954.909,56
Outras reservas	(272.302,29)	1.498.634,40	-	1.226.332,11
Reserva por impostos correntes	(2.362.984,53)	256.271,56	-	(2.106.712,97)
TOTAL	16.339.130,42	6.165.525,52	(5.761.184,97)	16.743.470,97

O valor apresentado na rubrica de outras reservas, no saldo final do exercício de 2019, contém a anulação do *goodwill* gerado na aquisição, com efeito em 1 de janeiro de 2010, da carteira de apólices, bem como dos respetivos ativos e passivos, à Agência Geral em Portugal, da MAPFRE Vida, Companhia de Seguros e Resseguros sobre la Vida Humana, S.A., no valor de 7.411.488,05 euros.

Entendeu-se proceder a esta anulação porque a aludida transação foi efetuada entre entidades sujeitas a um controlo comum (MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.) e ocorreu no âmbito do processo de reorganização empresarial do Grupo MAPFRE, não se encontrando dentro do âmbito dos requisitos de contabilização impostos pela IFRS 3.

.22 PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. encerrou o exercício de 2019 reconhecendo na rubrica de ganhos e perdas – “Prémios brutos emitidos de seguro direto” o valor de 38.334.865,72 euros referentes a contratos de seguros, provenientes do ramo Vida.

		Euros
2019		
Prémios brutos emitidos de seguro direto		38.334.865,72
Relativos a contratos individuais	36.413.230,43	
Relativos a contratos de grupo	1.921.635,29	38.334.865,72
Periódicos	11.976.250,87	
Não periódicos	26.219.158,08	
Periódicos / Não periódicos	139.456,77	38.334.865,72
De contratos sem participação nos resultados	25.816.946,60	
De contratos com participação nos resultados	12.517.919,12	38.334.865,72
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		-
SALDO DE RESSEGURO		(309.295,57)

		Euros
2018		
Prémios brutos emitidos de seguro direto		37.754.023,99
Relativos a contratos individuais	36.082.336,02	
Relativos a contratos de grupo	1.671.687,97	37.754.023,99
Periódicos	11.397.162,94	
Não periódicos	26.230.611,87	
Periódicos / Não periódicos	126.249,18	37.754.023,99
De contratos sem participação nos resultados	21.881.650,65	
De contratos com participação nos resultados	15.872.373,34	37.754.023,99
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		-
SALDO DE RESSEGURO		217.193,87

Nos exercícios de 2019 e de 2018, os “Prémios adquiridos líquidos de resseguro” apresentam a seguinte composição:

Conceito	Euros	
	2019	2018
PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO		
Prémios brutos emitidos	38.334.865,72	37.754.023,99
Prémios de resseguro cedido	1.114.155,08	1.053.388,88
Prémios líquidos de resseguro	37.220.710,64	36.700.635,11
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	70.464,33	73.029,02
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(1.754,84)	14.914,36
Prémios não adquiridos (variação)	72.219,17	58.114,66
TOTAL	37.148.491,47	36.642.520,45

Conceito	Euros	
	2019	2018
PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO		
Prémios brutos emitidos	38.334.865,72	37.754.023,99
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	70.464,33	73.029,02
Prémios brutos adquiridos	38.264.401,39	37.680.994,97
Prémios de resseguro cedido	1.114.155,08	1.053.388,88
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(1.754,84)	14.914,36
Prémios de resseguro cedido adquiridos	1.115.909,92	1.038.474,52
TOTAL	37.148.491,47	36.642.520,45

.23

CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2019 e de 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Euros	
	2019	2018
CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO		
Montantes pagos	59.828.045,27	44.934.902,87
Montantes brutos	60.692.225,32	45.328.693,53
Parte dos resseguradores	864.180,05	393.790,66
Provisão para sinistros (variação)	(819.835,71)	5.790.636,15
Montantes brutos	(370.067,19)	5.670.835,77
Parte dos resseguradores	449.768,52	(119.800,38)
TOTAL	59.008.209,56	50.725.539,02

Conceito	Euros	
	2019	2018
CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO		
Custos com sinistros	60.322.158,13	50.999.529,30
Montantes pagos	60.692.225,32	45.328.693,53
Provisão para sinistros (variação)	(370.067,19)	5.670.835,77
Custos com sinistros parte dos resseguradores	1.313.948,57	273.990,28
Montantes pagos	864.180,05	393.790,66
Provisão para sinistros (variação)	449.768,52	(119.800,38)
TOTAL	59.008.209,56	50.725.539,02

.24

PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA, LÍQUIDA DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)

Nos exercícios de 2019 e de 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Euros					
	2019			2018		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro (variação)	(39.174.377,46)	-	(39.174.377,46)	(24.536.323,21)	-	(24.536.323,21)
TOTAL	(39.174.377,46)	-	(39.174.377,46)	(24.536.323,21)	-	(24.536.323,21)

.25

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)

Nos exercícios de 2019 e de 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Euros					
	2019			2018		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Provisão para Participação nos Resultados, líquida de resseguro (variação)	791.149,24	-	791.149,24	434.127,00	-	434.127,00
TOTAL	791.149,24	-	791.149,24	434.127,00	-	434.127,00

.26 OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)

Nos exercícios de 2019 e de 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	2019			2018		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Outras Provisões Técnicas, líquidas de resseguro (variação)						
Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	19.056.522,46	- 19.056.522,46	13.313.763,23	-	-	13.313.763,23
TOTAL	19.056.522,46	- 19.056.522,46	13.313.763,23	-	-	13.313.763,23

Euros

.27 CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

27.1. Por natureza

Os custos por natureza são analisados, relativamente à execução do orçamento e respetivos desvios, ao longo de cada um dos exercícios, pelos grupos pelos quais foram orçamentados.

Apresenta-se abaixo um detalhe desses grupos, para os exercícios de 2019 e de 2018:

Rubrica	Euros	
	2019	2018
Pessoal	2.970.064,70	3.098.418,32
Viagens e relações públicas	220.550,71	190.454,29
Locais e imóveis	319.875,84	185.256,45
Informática	459.654,60	400.416,26
Publicidade	111.259,28	64.483,82
Campanhas comerciais	55.606,91	61.516,16
Serviços profissionais externos	286.541,81	305.265,74
Outros gastos internos	784.294,10	606.228,59
TOTAL	5.207.847,95	4.912.039,63

Os honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins encontram-se incluídos na rubrica de "Serviços profissionais externos".

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferes as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2019 e de 2018 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

	Euros	
Âmbito	2019	2018
Serviços de revisão legal de contas	29.829,50	29.196,50
Outros serviços	17.000,00	14.000,00
TOTAL	46.829,50	43.196,50

Os custos com locações encontram-se no quadro abaixo:

	Euros	
Âmbito	2019	2018
Gastos com juros relativos aos passivos de locação	18.563,60	-
Gastos relativos a locações de curta duração	22.282,41	-
Gastos relativos a locações de ativos de valor reduzido, exclui locações de curta duração	54.965,94	-
TOTAL	95.811,95	-

As quantias despendidas relativas a locações de curto prazo contabilizadas nos termos da IFRS 16 ascendem a 22.282,41 euros, repartidas em 17.903,90 euros relativos a rendas de imóveis e 4.378,51 euros relacionados com aluguer de viaturas.

Há também quantias despendidas relativas a locações de baixo valor no montante de 54.965,94 euros, relativo a aluguer de equipamento informático.

27.2. Por funções

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções: sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

• Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- por empregado, são encontrados, em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e
- a percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

• Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos às diversas áreas funcionais, pelos diversos ramos, é efetuada da seguinte forma:

- custos com sinistros, custos de aquisição, custos administrativos e custos com investimentos;
- 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

No quadro abaixo, demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza imputados às diversas funções:

2019				Euros
Custos e Gastos por Natureza a Imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	454.549,12	2.471.659,82	43.855,76	2.970.064,70
Fornecimentos e serviços externos	175.439,96	1.242.924,96	17.342,57	1.435.707,49
Impostos e taxas	3.624,47	19.632,73	379,53	23.636,73
Amortizações do exercício	39.374,11	208.128,80	3.660,90	251.163,81
Outras provisões	15.971,53	82.450,38	1.578,09	100.000,00
Juros suportados	2.934,13	15.350,74	278,73	18.563,60
Comissões	-	-	408.711,62	408.711,62
TOTAL	691.893,32	4.040.147,43	475.807,20	5.207.847,95

2018				Euros
Custos e Gastos por Natureza a Imputar	Gestão de sinistros	Custos de exploração	Gestão de investimentos	Total
Custos com pessoal	469.475,37	2.590.777,94	38.165,01	3.098.418,32
Fornecimentos e serviços externos	163.735,10	1.093.867,71	13.062,90	1.270.665,71
Impostos e taxas	4.358,76	23.667,53	402,29	28.428,58
Amortizações do exercício	14.019,19	76.800,89	1.111,37	91.931,45
Outras provisões	-	-	-	-
Juros suportados	-	-	-	-
Comissões	-	-	422.595,57	422.595,57
TOTAL	651.588,42	3.785.114,07	475.337,14	4.912.039,63

.28 CUSTOS DE AQUISIÇÃO

Os custos de aquisição, registados nos exercícios de 2019 e de 2018, por natureza, apresentam o seguinte detalhe:

Euros		
Custos de Aquisição	2019	2018
Custos Imputados	3.026.199,78	2.859.565,06
Comissões de mediação	844.045,23	429.055,97
Outros	271.114,32	361.109,29
TOTAL	4.141.359,33	3.649.730,32

Na rubrica "Outros", estão registados os incentivos processados aos mediadores (*Profit Commissions*).

.29 GASTOS COM O PESSOAL

O número total de trabalhadores, no fim do exercício de 2019, era de 69, mais 8 do que no exercício anterior.

O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupos profissionais e categorias, conforme apresentado no quadro seguinte:

Grupo profissional / categoria	N.º de trabalhadores
Dirigente	2
Diretor	2
Gestor	8
Gestor Comercial	2
Gestor Operacional	3
Gestor Técnico	3
Operacional	48
Coordenador Operacional	13
Especialista Operacional	35
Técnico	11
Técnico	11
TOTAL	69

Os gastos com pessoal, registados nos exercícios de 2019 e de 2018, por natureza, apresentam o seguinte detalhe:

Rubrica	2019	2018
Remunerações	2.239.204,22	2.217.302,67
Dos órgãos sociais	-	.
Do pessoal	2.239.204,22	2.217.302,67
Encargos sobre remunerações	567.546,75	569.452,34
Benefícios pós-emprego	34.964,23	31.307,23
Planos de contribuição definida	34.728,55	31.096,11
Planos de benefícios definidos	235,68	211,12
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	-	-
Benefícios de cessação de emprego	316,59	164.906,85
Seguros obrigatórios	60.783,38	65.070,34
Gastos de ação social	4.886,01	7.268,75
Outros gastos com o pessoal	62.363,52	43.110,14
TOTAL	2.970.064,70	3.098.418,32

O Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. é composto por quatro membros, um dos quais o seu Presidente, que apenas auferir remuneração como Administrador Delegado da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., dois são trabalhadores dependentes desta sociedade e um é trabalhador de outra empresa que integra o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários.

A Companhia não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

.30 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A alteração estatutária da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) no fim de 2015, em que a mesma deixou de ser uma associação de empregadores para voltar a ser uma associação empresarial, tornou obsoleto o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, conduzindo a generalidade das associadas da APS a negociar uma nova convenção coletiva de trabalho.

As negociações foram breves, uma vez que o novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi em tudo semelhante ao CCT de 2012, tendo o mesmo sido publicado em 29 de janeiro de 2016 no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 4. Foi subscrito, do lado dos empregadores, por várias empresas de seguros, incluindo a MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. e, do lado dos trabalhadores pelo STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora e pelo SISEP – Sindicato dos Profissionais dos Seguros de Portugal.

Entretanto, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou que o Contrato Coletivo de Trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de agosto de 2009, se mantinha

em vigor no que respeitava às relações de trabalho entre seguradoras filiadas na APS e respetivos colaboradores sindicalizados no SINAPSA.

Neste sentido, passaram a vigorar duas convenções coletivas do setor segurador: o CCT de 2008 e o ACT de 2016. Os colaboradores sindicalizados no SINAPSA ficaram abrangidos pelo primeiro, enquanto os sindicalizados no STAS e no SISEP pelo segundo. Os restantes colaboradores, não sindicalizados, puderam escolher qual dos instrumentos (CCT/2008 ou ACT/2016) lhes fosse aplicável.

Consequentemente, passou a coexistir um Plano de contribuição definida, ao abrigo do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2016) e um Plano de benefício definido, de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT/2008).

30.1. Plano de contribuição definida

a) Descrição geral do plano

Enquanto vigorou o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, foram sendo feitas contribuições anuais para o Plano Individual de Reforma, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador, de acordo com as percentagens indicadas na tabela seguinte:

Ano civil	% Contribuição para o PIR
2012 – Contribuição anual	1,00%
2013 – Contribuição anual	2,25%
2014 – Contribuição anual	2,50%
2014 – Contribuição extraordinária *	1,25%
2015 e seguintes – Contribuição anual	3,25%

* Alteração do CCT publicado em 2012, publicada no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 45, de 08.12.2014.

A primeira contribuição da Companhia para o Plano Individual de Reforma verificou-se:

- i. Para os trabalhadores no ativo que foram admitidos na atividade seguradora depois de 22 de junho de 1995:
 - a. no ano de 2012, conforme tabela acima;
 - b. nos anos seguintes até 2015, conforme tabela desta nota.
- ii. Para os trabalhadores no ativo que foram admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995:
 - c. no ano de 2012, houve uma conversão do valor da responsabilidade por serviços passados calculados nos termos da cláusula 56.ª do CCT/2008;
 - d. no ano de 2015, conforme tabela acima.

Com a entrada em vigor do novo Acordo Coletivo de Trabalho, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 4 de 2016, e em tudo semelhante ao CCT/2012 dando assim continuidade ao Plano Individual de Reforma, a Companhia efetuou em 2016 e efetuará anualmente contribuições para todos os trabalhadores abrangidos pelo ACT/2016, de valor igual a 3,25% sobre o ordenado base anual do trabalhador, de acordo com as cláusulas 50.^a e 51.^a, bem como o Anexo V do respetivo acordo.

As contribuições para o Plano Individual de Reforma relativas aos exercícios de 2019 e anterior apresentam-se no quadro abaixo:

Conceito	Euros	
	2019	2018
Contribuição para o Plano Individual de Reforma, para os trabalhadores no ativo	34.728,55	31.096,11
TOTAL	34.728,55	31.096,11

A Companhia efetuou apólices de seguro individuais, num produto Universal Life, com garantia de capital, na própria Companhia. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no anexo V do Contrato Coletivo da Atividade Seguradora.

Dado que as apólices foram contratadas na própria companhia, de acordo com os parágrafos 25.º a 27.º da IAS 19, o plano deverá continuar a ser tratado para efeitos contabilísticos de forma equivalente aos planos de benefícios definidos.

b) Universo do plano

Fazem parte do plano 58 trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho, que entrou em vigor em 29/01/2016.

30.2. Plano de benefícios definido

a) Descrição geral do plano

Fruto da possibilidade de escolha entre o ACT/2016 e o CCT/2008 para os colaboradores não sindicalizados, houve colaboradores que optaram pelo CCT/2008 passando a vigorar para estes o plano de benefícios definido, desde que preencham as condições das cláusulas 56.^a e 57.^a do respetivo CCT.

Sendo assim, este plano segundo o qual têm direito a um complemento de reforma por velhice ou invalidez em conformidade com os cálculos constantes nas cláusulas 56.^a e 57.^a do respetivo CCT, e apenas para colaboradores admitidos até 22/06/1995 que se reformem na atividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, dez anos de serviço na mesma, destina-se a garantir os compromissos com pensões dos trabalhadores da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., que não aderiram ao CCT/2012 em 2012, ficando na altura abrangidos pelo CCT/2008, bem como os que em 2016 optaram pelo CCT/2008.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preenchem as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que exercendo funções executivas.

No final do exercício de 2018, o número de colaboradores abrangidos pelo plano era de dois. Um deles é um

colaborador que não aderiu ao CCT/2012 em 2012 e o outro escolheu o CCT/2008 em 2016.

Ainda nos termos do CCT/2008, a Companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez relativamente aos dois colaboradores.

A quantia da pensão mensal (reforma por invalidez) é calculada segundo a fórmula:

$PM = (0,022 * t * 14 / 12 * R) - (0,022 * n * S / 60)$ em que:

- t = número de anos de serviço na atividade seguradora;
- R = último salário efetivo mensal na data da reforma;
- n = número de anos civis com entrada de contribuições para a Segurança Social;
- S = soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10 sobre os quais incidem contribuições para a Segurança Social;
- $0,5 \geq 0,022 * t \leq 0,8$;
- $0,3 \geq 0,022 * n \leq 0,8$;

Para terem direito a esta prestação, os trabalhadores têm de contar no mínimo com cinco anos de serviço na atividade seguradora, e qualquer fração de ano conta como um ano completo, e as prestações são pagas 14 vezes no ano.

Para cobrir estas responsabilidades a Companhia contratou uma apólice de seguro do tipo Temporário Anual Renovável realizada na própria Companhia.

b) Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., no âmbito deste plano, encontram-se garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na própria Companhia.

Para cobertura das responsabilidades que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no ativo, são adquiridas a cada ano apólices Universal Life a prémio único para os colaboradores que não aderiram ao CCT/2012 em 2012.

No que diz respeito aos colaboradores que em 2016 optaram pelo CCT/2008, estes já dispunham de apólices Universal Life constituídas pela Companhia aquando da entrada em vigor do CCT/2012. Sendo assim, com a perda de efeitos desta convenção pelos motivos já explicitados, estes ativos serviram de base à cobertura das responsabilidades, até à sua medida.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

c) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

Euros				
2019				
N.º apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela de mortalidade	Valor de ativos (euros)
8601291600610	Plano Individual Proteção/Reforma	2,50%	-	1.463,27
	Total apólices Universal Life			1.463,27
8601791100248	Plano Individual Proteção/Reforma	0,75%	GKM95 para homens e mulheres	19.488,42
	Total apólices Universal Life			19.488,42
TOTAL APÓLICES				20.951,69

Euros				
2018				
N.º apólice	Modalidade	Taxa técnica	Tabela de mortalidade	Valor de ativos (euros)
8601291600610	Plano Individual Proteção/Reforma	2,50%	-	1.066,13
	Total apólices Universal Life			1.066,13
8601791100248	Plano Individual Proteção/Reforma	0,75%	GKM95 para homens e mulheres	19.343,35
	Total apólices capital diferido			19.343,35
TOTAL APÓLICES				20.409,48

Fazem parte do plano de benefícios definido 58 trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho, que entrou em vigor em 29/01/2016.

d) Responsabilidade passada

Responsabilidade passada			Euros
Conceito	2019	2018	
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo – novos CCT/2008	1.463,26	1.066,13	
Valor atual serviços passados – pessoal no ativo	4.249,51	3.200,01	
Valor atual serviços passados – reformados	-	-	
TOTAL	5.712,77	4.266,14	

e) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Responsabilidades com pessoal no ativo			Euros
Conceito	2019	2018	
Valor responsabilidades janeiro	4.266,14	8.250,61	
Custo serviço corrente	292,02	232,18	
Custo dos juros	88,74	122,93	
Resgates	-	-	
Ganhos atuariais	-	(4.339,58)	
Perdas atuariais	1.065,87	-	
VALOR RESPONSABILIDADES DEZEMBRO	5.712,77	4.266,14	

f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

Apólices Universal Life			Euros
Conceito	2019	2018	
Valor ativos janeiro	1.066,13	1.818,69	
Excesso/Insuficiência de cobertura – novo CCT/2008	397,13	(752,56)	
VALOR ATIVOS DEZEMBRO	1.463,26	1.066,13	

Apólices Universal Life			Euros
Conceito	2019	2018	
Valor ativos janeiro	19.343,35	19.199,36	
Contribuições da empresa	-	-	
Resgates	-	-	
Retorno ativos	145,09	144,00	
Ganhos atuariais	-	-	
Perdas atuariais	-	(0,01)	
VALOR ATIVOS DEZEMBRO	19.488,43	19.343,35	

Total de ativos			Euros
Conceito	2019	2018	
Valor ativos janeiro	20.409,48	21.018,05	
Excesso/Insuficiência de cobertura – novo CCT/2008	397,13	(752,56)	
Contribuições da empresa	-	-	
Resgates	-	-	
Retorno ativos	145,09	144,00	
Ganhos atuariais	-	-	
Perdas atuariais	-	(0,01)	
Prestações pagas	-	-	
VALOR ATIVOS DEZEMBRO	20.951,69	20.409,48	

g) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade das obrigações e ativos relativos ao Plano de Benefícios Definido da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., descritos nas alíneas e) e f) anteriores, são relevados no balanço na linha de “Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” e na linha de “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo”.

h) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas e em capital próprio

Gasto reconhecido em resultados		
Conceito	2019	2018
Custo serviço corrente	292,02	232,18
Custo dos juros	88,74	122,94
Retorno ativos	(145,08)	(144,00)
Pagamentos	-	-
Ganhos atuariais	-	-
Perdas atuariais	-	-
TOTAL	235,68	211,12

Gasto reconhecido em capital próprio		
Conceito	2019	2018
Excesso/Insuficiência de cobertura – novo CCT/2008	(397,13)	(752,56)
Perdas atuariais	1.065,87	-
Ganhos atuariais	-	(4.339,58)
TOTAL	668,74	(5.092,14)

A Companhia reconheceu, no exercício de 2019, em ganhos e perdas, uma perda de 235,68 euros e em capital próprio uma perda de 668,74 euros.

i) Descrição dos principais pressupostos atuariais usados

O cálculo da responsabilidade foi efetuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- Método de valorização atuarial *Unit Credit* ou Método da Unidade de Crédito Projetada;
- hipóteses atuariais, nem imprudentes nem excessivamente conservadoras;

- tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para mulheres;
- não se considerou taxa de rotação;
- taxa de juro para estimação do valor atual das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2019 de 1,16%;
- crescimento no valor das pensões da Segurança Social de 1,25% ao ano;
- incremento do valor das pensões a cargo da Companhia de 1,25% ao ano;
- taxa de inflação anual de 1,25%;
- incremento salarial à taxa de crescimento anual de 0,60%;
- idade normal de reforma aos 65 anos.

O plano enquadra-se nas disposições do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

- terão direito à prestação de reforma os trabalhadores com data de ingresso no setor segurador anterior a 22 de junho de 1995, de acordo com o estipulado no anterior Contrato Coletivo de Trabalho;
- os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como ativos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da Companhia, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (0,8 \cdot 14 / 12 \cdot R) - (0,022 \cdot n \cdot S / 60)$$
 em que:
 - P= prestação a pagar pela Companhia;
 - R= último salário efetivo no momento da reforma;
 - n= número de anos de contribuição para a Segurança Social;
 - S= soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10; e
 - $0,3 \geq 0,022 \cdot N \leq 0,8$;
- para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm de contar dez anos de serviço na atividade seguradora;
- qualquer fração de ano conta como um ano completo;
- atualização anual da prestação à taxa de inflação de 1,25%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa

atualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

• **Valor atual das responsabilidades**

Corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação, segundo as bases antes referenciadas e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital, e aplicando o método *Unit Credit*, obteve-se a parte do capital total que, atendendo ao período de trabalho na Companhia até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31 de dezembro de 2019, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada, portanto efetuou-se a atualização atuarial e financeira desse capital à data de 31 de dezembro de 2019.

• **Custo do serviço corrente**

Corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

• **Custo dos juros**

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (2,08% anual) pelo valor atual das responsabilidades existente em 31 de dezembro de 2018 e corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades devido ao facto de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.

j) Quantias do período corrente e dos dois períodos anuais anteriores

Conceito	Euros		
	2019	2018	2017
Valor das responsabilidades	5.712,77	4.266,14	8.250,61
Valor dos ativos	20.951,69	20.409,48	21.018,05
Excesso/ (Insuficiência)	15.238,93	16.143,34	12.767,44
Ganhos/ (Perdas) atuariais das responsabilidades	(1.065,87)	4.339,58	10.209,47
% sobre responsabilidades	-18,66%	101,72%	123,74%
Ganhos/ (Perdas) atuariais dos ativos	-	(0,01)	10,48
% sobre ativos	0,00%	0,00%	0,05%

Os ganhos e perdas atuariais apurados resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

.31 RENDIMENTOS

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os juros dos títulos de dívida, dividendos de ações e juros de empréstimos sobre apólices, tendo em conta o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica os ganhos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo

Euros			
2019			
Rendimentos / réditos	Juros de ativos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	Outros	Total
De ativos disponíveis para venda	9.320.746,27	-	9.320.746,27
de juros de títulos de dívida	7.840.256,65	-	7.840.256,65
de dividendos de ações	740.006,77	-	740.006,77
de rendimento de unidades de participação	1.901,53	-	1.901,53
de rendimento custo amortizado	738.581,32	-	738.581,32
De ativos classificados justo valor por via de ganhos e perdas	-	1.206.041,17	1.206.041,17
de juros de títulos de dívida	-	1.198.761,99	1.198.761,99
de rendimento custo amortizado	-	7.279,18	7.279,18
De outros	-	1.379,22	1.379,22
de empréstimos sobre apólices	-	1.379,22	1.379,22
TOTAL	9.320.746,27	1.207.420,39	10.528.166,66

Euros			
2018			
Rendimentos / réditos	Juros de ativos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	Outros	Total
De ativos disponíveis para venda	10.747.638,02	-	10.747.638,02
de juros de títulos de dívida	9.338.527,99	-	9.338.527,99
de dividendos de ações	680.053,21	-	680.053,21
de rendimento de unidades de participação	-	-	-
de rendimento custo amortizado	729.056,82	-	729.056,82
De ativos classificados justo valor por via de ganhos e perdas	-	725.424,24	725.424,24
de juros de títulos de dívida	-	725.424,24	725.424,24
de rendimento custo amortizado	-	-	-
De outros	-	1.460,34	1.460,34
de empréstimos sobre apólices	-	1.460,34	1.460,34
TOTAL	10.747.638,02	726.884,58	11.474.522,60

.32 GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros				
2019				
Gastos financeiros	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de ganhos e perdas	Juros de passivos financ. não valorizados justo valor por via de ganhos e perdas	Outros	Total
Gasto custo amortizado	1.342.549,38	-	187.501,84	1.530.051,22
Perdas em passivos financeiros	-	69.491,52	-	69.491,52
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	-	-	475.807,20	475.807,20
TOTAL	1.342.549,38	69.491,52	663.309,04	2.075.349,94

Euros				
2018				
Gastos financeiros	Juros de ativos financ. não valorizados justo valor por via de ganhos e perdas	Juros de passivos financ. não valorizados justo valor por via de ganhos e perdas	Outros	Total
Gasto custo amortizado	1.656.738,06	-	92.880,58	1.749.618,64
Perdas em passivos financeiros	-	87.397,16	-	87.397,16
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	-	-	475.337,14	475.337,14
TOTAL	1.656.738,06	87.397,16	568.217,72	2.312.352,94

.33

GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro ao lado:

Euros			
2019			
Ganhos e Perdas em Investimentos	Ganhos	Perdas	Ganho/perda líquido
GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS			
De ativos disponíveis para venda			
de títulos de dívida	1.589.190,41	138.482,64	1.450.707,77
de ações	743.396,32	648.765,25	94.631,07
TOTAL	2.332.586,73	787.247,89	1.545.338,84

Euros			
2018			
Ganhos e Perdas em Investimentos	Ganhos	Perdas	Ganho/perda líquido
GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS			
De ativos disponíveis para venda			
de títulos de dívida	676.472,71	161.200,69	515.272,02
de ações	878.069,69	752.185,13	125.884,56
TOTAL	1.554.542,40	913.385,82	641.156,58

.34 GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro ao lado:

Euros			
2019			
Ganhos e Perdas em Investimentos	Ganhos	Perdas	Ganho/perda líquido
GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS			
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.800.850,15	182.740,33	2.618.109,82
de títulos de dívida	2.366.969,17	182.740,33	2.184.228,84
de fundos de investimento	433.880,98	-	433.880,98
Juro técnico dos passivos financeiros	-	373.615,64	(373.615,64)
TOTAL	2.800.850,15	556.355,97	2.244.494,18

Euros			
2018			
Ganhos e Perdas em Investimentos	Ganhos	Perdas	Ganho/perda líquido
GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS			
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	539.044,31	649.387,84	(110.343,53)
de títulos de dívida	529.395,04	395.508,52	133.886,52
de fundos de investimento	9.649,27	253.879,32	(244.230,05)
Juro técnico dos passivos financeiros	214.174,02	-	214.174,02
TOTAL	753.218,33	649.387,84	103.830,49

.35

OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2019 e de 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Euros	
	2019	2018
OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS		
Gastos Técnicos	66.435,23	450.097,06
Relativos ao ramo vida	66.435,23	450.097,06
Outros	66.435,23	450.097,06
Rendimentos Técnicos	11.103,30	4.225,91
Relativos ao ramo vida	11.103,30	4.225,91
Outros	11.103,30	4.225,91
TOTAL	(55.331,93)	(445.871,15)

.36

AJUSTAMENTOS E OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

Nos exercícios de 2019 e de 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Conceito	Euros	
	2019	2018
AJUSTAMENTOS DO EXERCÍCIO		
Ajustamentos de recibos por cobrar	(19.899,37)	12.530,21
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-	-
TOTAL	(19.899,37)	12.530,21

.37 OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS

O plano estratégico da Companhia para o ano de 2020 continua a assentar em três pilares primordiais: Crescimento, Rentabilidade e Responsabilidade Empresarial.

Nos exercícios de 2019 e de 2018, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Conceito	Euros	
	2019	2018
OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS		
Outros gastos	55.644,26	50.699,89
Gastos e perdas não correntes	54.693,13	28.280,46
Ofertas a clientes	5.616,89	-
Multas e penalidades	152,95	992,02
Outros gastos	48.923,29	27.288,44
Gastos e perdas financeiras	951,13	774,94
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	156,04
Outros gastos e perdas financeiras	951,13	618,90
Perdas em outros ativos tangíveis	-	21.644,49
Outros rendimentos	129.970,78	95.364,01
Rendimentos e ganhos não correntes	1.244,86	4.564,96
Restituição de impostos	-	993,93
Outros	1.244,86	3.571,03
Rendimentos e ganhos financeiros	128.725,92	83.664,05
Juros obtidos	6.199,29	6.239,72
Diferenças de câmbio favoráveis	-	0,45
Outros rendimentos e ganhos financeiros	122.526,63	77.423,88
Outros	-	7.135,00
Ganhos com benefícios pós-emprego	-	-
TOTAL	74.326,52	44.664,12

.38 RELATO POR SEGMENTOS

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Rendas, Risco, Mistos, Universal Life, Capitalização e PPR.

A definição destes segmentos de negócio foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios de contratos de seguros e de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento apresentavam, no exercício de 2019 e no anterior, a seguinte composição por segmentos reportáveis:

Euros						
2019						
Tipo de Contrato (para efeitos contabilísticos)	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR
Contratos de seguro	3%	16%	7%	7%	48%	19%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	94%	6%

Euros						
2018						
Tipo de Contrato (para efeitos contabilísticos)	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR
Contratos de seguro	9%	13%	9%	6%	35%	28%
Contratos de investimento	0%	0%	0%	0%	95%	5%

48%

Contratos de seguro - Capitalização

19%

Contratos de Seguro-PPR

Apresenta-se de seguida a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia, para os exercícios de 2019 e de 2018:

				Euros
2019				
Conta de Ganhos e Perdas	Ramos Vida Global	Rendas, Risco, Mistos e U. Life	Capitalização	PPR
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	37.148.491,47	11.757.881,61	18.274.705,19	7.115.904,67
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento	-	-	-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguro	59.008.209,56	9.684.641,17	3.943.886,23	45.379.682,16
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	(39.174.377,46)	(976.402,89)	(1.805.228,71)	(36.392.745,86)
Participação nos resultados líquida de resseguro	791.149,24	351.561,67	-	439.587,57
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	19.056.522,46	-	19.056.522,46	-
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	5.025.219,99	2.930.446,58	607.666,34	1.487.107,07
Rendimentos financeiros	10.528.166,66	2.973.289,3	3.102.037,54	4.452.839,79
Gastos financeiros	2.075.349,94	464.017,68	916.157,75	695.174,51
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.545.338,84	214.845,10	882,28	1.329.611,46
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2.244.494,18	-	2.244.494,18	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(55.331,93)	(34.518,46)	(11.065,43)	(9.748,04)
Outras provisões (variação)	(19.899,37)	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	74.326,52	-	-	-
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	4.723.311,38	2.457.233,37	892.049,69	1.279.802,43
Imposto s/rendimento do exercício-impostos correntes	1.168.010,58			
Imposto s/rendimento do exercício-impostos diferidos	-			
RESULTADO DEPOIS DE IMPOSTOS	3.555.300,80	2.457.233,37	892.049,69	1.279.802,43

Euros

2018

Conta de Ganhos e Perdas	Ramos Vida Global	Rendas, Risco, Mistos e U. Life	Capitalização	PPR
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	36.642.520,45	12.839.374,24	13.379.659,91	10.423.486,30
Comissões de contratos de seguro contabilisticamente contabilizados como contratos de investimento	-	-	-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguro	50.725.539,02	8.500.914,35	6.191.789,11	36.032.835,56
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	(24.536.323,21)	2.387.493,79	(4.095.252,25)	(22.828.564,75)
Participação nos resultados líquida de resseguro	434.127,00	313.175,82	-	120.951,18
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	13.313.763,23	-	13.313.763,23	-
Custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	4.011.412,68	2.032.421,37	387.760,55	1.591.230,76
Rendimentos financeiros	11.474.522,60	3.193.162,64	2.666.137,62	5.615.222,34
Gastos financeiros	2.312.352,94	423.514,72	796.093,23	1.092.744,99
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	641.156,58	350.870,24	17.130,18	273.156,16
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	103.830,49	-	103.830,49	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(445.871,15)	(364.434,76)	(12.322,98)	(69.113,41)
Outras provisões (variação)	12.530,21	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	44.664,12	-	-	-
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	2.187.421,22	2.361.452,31	(439.718,65)	233.553,65
Imposto s/rendimento do exercício-impuestos correntes	475.828,63			
Imposto s/rendimento do exercício-impuestos diferidos	-			
RESULTADO DEPOIS DE IMPOSTOS	1.711.592,59	2.361.452,31	(439.718,65)	233.553,65

Nos exercícios de 2019 e de 2018, a totalidade da atividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por segmento geográfico.

Não se apresenta o relato por segmentos das rubricas de balanço, dado que esta informação não é alvo de análise por parte da Companhia, neste sentido não é regularmente preparada

.39

ENTIDADES RELACIONADAS

39.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do Grupo

A MAPFRE foi constituída em 1933 como **Mutualidad de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España**, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, assentaram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década de 70, iniciou na América Latina a estratégia internacional com as atividades de **Assistência e Resseguro**, como pontas de lança do negócio de **Seguros**. Em 1975, inicia as suas atividades a FUNDACIÓN MAPFRE e nos anos 80, MAPFRE – que já era a **primeira entidade seguradora de Espanha** – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante **esforço de investimento**, que culminou nos anos 90 com a criação de uma **rede de seguro** que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano de 2000, começou-se a sentir a **aceleração do crescimento** das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que se combinou com a diversificação dos canais de comercialização em Espanha. Em 2007,

foi levada a cabo uma **reorganização** que proporcionou uma estrutura corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A FUNDACIÓN MAPFRE, fundação privada que desenvolve atividades não lucrativas de interesse geral, converteu-se no acionista maioritário e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade *holding*, que cotiza em Bolsa e integra todas as atividades do Grupo.

Desde 2007, impulsionou-se a expansão do Grupo com uma aposta na **diversificação geográfica** e por **mercados de elevado potencial de crescimento**, como os Estados Unidos e a Turquia.

Em 2012, **Antonio Huertas** assumiu a Presidência do Grupo, liderando hoje em dia uma seguradora global com presença nos cinco continentes e em mais de 100 países.

- A MAPFRE é a **seguradora de referência no mercado espanhol** e o terceiro grupo segurador na América Latina, onde também é líder no seguro Não Vida. É a **11.ª seguradora na Europa** em volume de negócio e situa-se entre as 20 primeiras companhias de seguros de automóveis nos Estados Unidos.

No seu conjunto, a MAPFRE conta com mais de **26 milhões de clientes, 34.000 empregados, 5.100 escritórios próprios** em todo o mundo e mais de **79.000 intermediários**.

A MAPFRE S.A. cotiza nas Bolsas de Madrid y Barcelona e faz parte dos índices IBEX 35, Dow Jones Stoxx Insurance, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. é uma das sociedades do Grupo, que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE ESPAÑA, S.A., e esta última detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

39.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa-mãe, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa-mãe.

39.3. Informação relacionada com o órgão de administração

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em cumprimento do disposto no art.º 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, da ASF, ambas de 1 de abril, está discriminada no ponto 3 do Relatório de Gestão.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração pelo desempenho do cargo na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

No quadro abaixo, apresentam-se as entidades do Grupo MAPFRE das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

GRUPO MAPFRE	
Administrador	Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração
Luís Anula Rodriguez	MAPFRE – SEGUROS GERAIS, S.A.
Vítor Manuel da Silva Reis	
Juan Fernández Palacios	MAPFRE VIDA
Pedro Ribeiro e Silva	MAPFRE – SEGUROS GERAIS, S.A. (como Secretário)

39.4. Operações ocorridas e saldos entre as entidades relacionadas

Apresentam-se de seguida as operações ocorridas e saldos do exercício com todas as entidades relacionadas:

Conceito	Euros			
	Gastos		Rendimentos	
	2019	2018	2019	2018
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	127.400,65	147.120,55	176.974,76	253.006,16
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	14.154,35	13.308,78	-	-
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	408.711,62	405.102,17	-	335,00
TOTAL	550.266,62	565.531,50	176.974,76	253.341,16

Conceito	Euros	
	Operações Gerais	
	2019	2018
Saldos a receber e a pagar	(14.247,37)	(83.031,39)
Depósitos	142.870,27	159.087,91
TOTAL	128.622,90	76.056,52



As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Resseguro Cedido	
	2019	2018
Prémios	1.114.157,58	1.050.904,63
Sinistros recebidos	864.180,05	393.790,66
Variação de provisões técnicas	449.768,54	(119.800,36)
Comissões	111.257,72	546.417,98
Juros sobre depósitos	-	-

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

Conceito	Resseguro Cedido	
	2019	2018
Saldos a receber e a pagar	(68.028,84)	343.637,80
Provisões técnicas	1.734.014,24	1.284.731,38
TOTAL	1.665.985,40	1.628.369,18

Entidade	Tipo de relação/transação	Saldo em 31.12.2019			Operações de resseguro					Outras operações	
		Dr/(Cr)		Dr/(Cr)	Ganhos e Perdas			Balanco			
		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios	Comissões	Sinistros	Juros	Provisões Técnicas	Custo	Proveito
EM PORTUGAL											
MAPFRE SEGUROS GERAIS	Seguradora/segurado									42.379,91	122.154,99
	Pagamentos/recebimentos lançados em conta corrente		(3.358,48)							18.238,91	
MAPFRE ASSISTENCIA	Seguradora/segurado										45.435,71
	Resseguradora			9.786,12	(2.270,33)	860,22	-		2.556,79		
MAPFRE VIDA SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA	Seguradora/segurado										999,13
	Proprietário/arrendatário		(1.106,23)							14.154,35	
IBEROASSISTENCIA	Seguradora/segurado										6.307,32
	Prestação serviços assistência/apoio telefónico sim24		(92,25)							276,75	
MAPFRE RE	Seguradora/segurado										2.077,61
	Resseguradora			(635,12)	11.135,13	21,39	-		665,87		

(Continua)

1,66 M€

Saldo de operações entre empresas do Grupo

864 mil €

Sinistros recebidos em resseguro

(Continuação)

Euros

Entidade	Tipo de relação/transação	Saldo em 31.12.2019			Operações de resseguro				Outras operações		
		Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Dr/(Cr)	Ganhos e Perdas			Balço	Custo	Proveito	
EM ESPANHA		Depósitos	Deved. e cred. por outras operações	Conta corrente de resseguro	Prémios	Comissões	Sinistros	Juros			Provisões Técnicas
MAPFRE INVERSION	Entidade gestora dos investimentos financeiros da MAPFRE - Seguros de Vida	142.870,27	(8.024,91)					19,428 mm		40.635,61	
MAPFRE ASSET MANAGEMENT	Prestação serviços de gestão dos investimentos financeiros									368.076,01	
MAPFRE RE	Resseguradora			(77.179,84)	1.105.292,78	110.376,11	1.313.948,59		1.730.791,58		
CONSULTORA ACTUARIAL Y DE PENSIONES MAPFRE VIDA	Realização estudos atuariais										
MAPFRE TECH	Prestação serviços no âmbito informático		(1.665,50)							66.505,08	
TOTAL		142.870,27	(14.247,37)	(68.028,84)	1.114.157,58	111.257,72	1.313.948,59	-	1.734.014,24	550.266,62	176.974,76

1,1 M€

Prémios de resseguro efetuado entre empresas do Grupo

1,7 M€

Provisões Técnicas de operações de resseguro entre entidades do Grupo

.40

DIVULGAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO

40.1. Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos / estimados sobre o risco específico de seguros

a) Sensibilidade ao risco

Para a atividade de Vida, o nível de sensibilidade mede-se em função do valor implícito (também chamado intrínseco), calculado de acordo com os princípios e metodologia estabelecidos no *Market Consistent Embedded Value*. O valor implícito obtém-se adicionando ao património líquido ajustado o valor atual dos lucros futuros e subtraindo o valor temporal das garantias e opções e os custos friccionais dos capitais requeridos.

A metodologia para cálculo do valor implícito está baseada na avaliação de cada um dos componentes de risco do negócio de forma isolada e diferenciando entre a carteira existente e o novo negócio captado no ano.

Existe alguma sensibilidade dos resultados obtidos a alguns dos pressupostos usados, mais concretamente:

- um aumento da mortalidade em cinco pontos percentuais teria um impacto muito significativo nos produtos de morte, podendo reduzir o *Value In-Force* (VIF) apesar da compensação em sentido contrário nas rendas vitalícias;

- uma descida da rentabilidade dos ativos financeiros em um ponto percentual pode reduzir o VIF, sobretudo pelo impacto que tem nos produtos financeiros e nas rendas vitalícias.

Apresentamos, abaixo, o impacto que as alterações aos pressupostos acima mencionados causariam no VIF:

Euros			
2019			
Variação	Contratos Seguro	Contratos de Investimento	Total
<i>Value In-Force</i> (VIF) do negócio	20.492.063,47	270.924,72	20.762.988,19
Aumento de mortalidade em 5 p.p.	(572.503,16)	(812,59)	(573.315,75)
Diminuição de 1 p.p. na rentabilidade financeira	(2.417.434,25)	18.638,56	(2.398.795,69)

b) Sensibilidade dos passivos à taxa de juro

A partir dos fluxos do *Market Consistent Embedded Value* (sem gastos de administração) foram determinadas as TIR implícitas nas reservas de balanço, por modalidade. Foi aplicado um incremento/decremento de 1 p.p. a estas TIR e recalculada a reserva com base nos fluxos e na nova TIR. Neste recálculo, consideram-se excluídos os produtos puros de risco e ainda aqueles cujo risco é por conta do tomador.

Apresentamos, abaixo, o impacto que as alterações aos pressupostos acima mencionados causariam no resultado antes de impostos:

Euros	
2019	
Variação	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 1 p.p. nas TIR implícitas nas reservas de Balanço	11.235.159,80
Decremento de 1 p.p. nas TIR implícitas nas reservas de Balanço	(12.877.551,96)

Euros	
2018	
Variação	Impacto no resultado antes de impostos
Incremento de 1 p.p. nas TIR implícitas nas reservas de Balanço	12.357.497,06
Decremento de 1 p.p. nas TIR implícitas nas reservas de Balanço	(14.120.326,73)

c) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de várias modalidades de seguro, tanto de produtos de risco como de capitalização, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

Euros							
2019							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	Total
Prémios brutos emitidos	1.283.533,81	6.243.485,53	2.775.147,35	2.642.089,17	18.274.705,19	7.115.904,67	38.334.865,72
Prémios de resseguro cedido	-	1.101.460,25	7.629,55	5.065,28	-	-	1.114.155,08
% Composição da carteira	3,3%	16,3%	7,2%	6,9%	47,7%	18,6%	100,0%
% Média de retenção	100,0%	82,4%	99,7%	99,8%	100,0%	100,0%	97,1%

Euros							
2018							
Rubrica	Rendas	Risco	Mistos	Universal Life	Capitalização	PPR	Total
Prémios brutos emitidos	3.361.814,53	5.042.757,43	3.255.982,26	2.290.323,56	13.379.659,91	10.423.486,30	37.754.023,99
Prémios de resseguro cedido	-	1.036.536,44	10.345,56	6.506,88	-	-	1.053.388,88
% Composição da carteira	8,9%	13,4%	8,6%	6,1%	35,4%	27,6%	100,0%
% Média de retenção	100,0%	79,4%	99,7%	99,7%	100,0%	100,0%	97,2%

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos.

Euros

2019		Risco	Mistos	Universal Life
Contratos de Resseguro	Quota Parte	✓		
	Proporcional Excedente	✓	✓	✓
	Facultativo	✓		
Não proporcional	XL - Cobertura por evento/sinistro	✓	✓	✓

Euros

2018		Risco	Mistos	Universal Life
Contratos de Resseguro	Quota Parte	✓		
	Proporcional Excedente	✓	✓	✓
	Facultativo	✓		
Não proporcional	XL - Cobertura por evento/sinistro	✓	✓	✓

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios brutos emitidos respeitam ao território de Portugal e a euros, respetivamente.

40.2. Informação quantitativa e qualitativa sobre riscos de crédito e liquidez

a) Risco de crédito

• Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 14% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 61% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, ou seja, 75% da carteira é cobrada sem intervenção de mediadores, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada, é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento e calculado e contabilizado um ajustamento para recibos por cobrar.

• Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. detêm 25% da carteira da Companhia e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais e existem procedimentos automáticos de controlo sobre a emissão de recibos quando se verificam valores antigos por cobrar, o que diminui a exposição ao risco.

• Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a “A”, conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

Resseguro cedido	Valor contabilístico	
	2019	2018
Provisão para sinistros	1.569.941,24	1.120.172,72
Provisão para prémios não adquiridos	164.072,96	164.558,64
Créditos por operações de resseguro cedido	9.786,12	343.782,05
Dívidas por operações de resseguro cedido	(80.208,57)	(144,25)
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	1.663.591,75	1.628.369,16

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

Classificação creditícia dos resseguradores	Valor contabilístico	
	2019	2018
A	1.663.591,75	1.628.369,16
BBB	-	-
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	1.663.591,75	1.628.369,16

b) Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” considerados suficientes para responder a necessidades de liquidez de curto prazo.

Adicionalmente, a maioria dos investimentos financeiros encontram-se classificados como disponíveis para venda e são negociados em mercados regulamentados, o que garante a possibilidade imediata de os transformar em liquidez.

Os calendários estimados de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontram-se nos quadros seguintes relativos aos exercícios de 2019 e de 2018:

305,6 M€
Total da posição líquida

							Euros
							2019
Conceito	Seguro direto						Saldo final
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	
Provisão Matemática	39.948.132,93	33.158.333,07	28.955.789,25	38.583.746,47	31.843.470,48	106.262.237,38	278.751.709,58
Provisão para sinistros	13.113.428,31	-	-	-	-	-	13.113.428,31
Provisão para Participação nos Resultados	1.140.648,16	756.076,34	115.587,9	207.354,38	143.407,47	1.312.640,63	3.675.714,92
Provisão para Prémios não Adquiridos	859.083,93	-	-	-	-	-	859.083,93
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	930.930,58	870.064,90	707.315,96	649.944,52	488.262,55	4.429.373,97	8.075.892,48
Dívidas por operações de seguro direto	1.075.166,08	-	-	-	-	-	1.075.166,08
Dívidas por operações de resseguro	80.208,57	-	-	-	-	-	80.208,57
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	57.147.598,56	34.784.474,31	29.778.693,16	39.441.045,37	32.475.140,50	112.004.251,98	305.631.203,87

Euros

Conceito	2018						Saldo final
	Seguro direto						
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano	
Provisão Matemática	54.804.649,34	38.919.658,25	31.598.515,84	26.554.106,10	35.864.723,20	116.520.592,66	304.262.245,39
Provisão para sinistros	13.609.919,50	-	-	-	-	-	13.609.919,50
Provisão para Participação nos Resultados	906.565,05	1,97	0,08	2,39	0,29	101.091,11	1.007.660,89
Provisão para Prémios não Adquiridos	807.449,67	-	-	-	-	-	807.449,67
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	855.630,65	936.044,07	795.284,65	677.332,80	534.444,49	4.313.945,91	8.112.682,57
Dívidas por operações de seguro direto	837.378,36	-	-	-	-	-	837.378,36
Dívidas por operações de resseguro	2.539,56	-	-	-	-	-	2.539,56
TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA	71.824.132,13	39.855.704,29	32.393.800,57	27.231.441,29	36.399.167,98	120.935.629,68	328.639.875,94

40.3. Prestação de informação qualitativa relativa à adequação dos prémios e das provisões

A Companhia dispõe, anualmente, de um estudo atuarial pormenorizado dos produtos em carteira, com o intuito de adequar os prémios a todas as suas responsabilidades, nomeadamente encargos de aquisição, gastos gerais e sinistros a pagar.

Em relação à suficiência das provisões para sinistros, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, detalhadas por modalidades, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR/IBNER concluindo pela sua adequação.

A suficiência das provisões matemáticas foi também objeto de análise pelo atuário responsável, por cada modalidade, em função das notas técnicas dos respetivos produtos.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *pro rata temporis*, tendo sido validadas pelo atuário responsável através de amostragem.

Relativamente à provisão para participação nos resultados, a mesma é calculada, por produto e de acordo com as respetivas notas técnicas.

40.4. Informação quantitativa e qualitativa de alguns rácios

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para o grupo de ramos da carteira da Companhia, relativos aos exercícios de 2019 e de 2018:

2019	
Rácios*	Ramo Vida
Rácio de sinistralidade	107%
Rácio de despesas	13%
Rácio combinado	120%

* Calculados líquidos de resseguro cedido.

2018	
Rácios*	Ramo Vida
Rácio de sinistralidade	109%
Rácio de custos de exploração	10%
Rácio combinado	119%

* Calculados líquidos de resseguro cedido.

.41

DIVULGAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

41.1. Informação qualitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo e recomenda uma distribuição de referência de 85% para títulos de rendimento fixo e de 15% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

- Risco de taxa de juro – a variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve situar-se em torno dos 5%, com um máximo de 7%;
- Risco de câmbio – a exposição a este risco apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos;
- Outros riscos de mercado – relativamente a outros possíveis riscos de mercado que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos. Existe uma adequada diversificação internacional e setorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico. O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência, e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo. Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 55% de títulos de rendimento fixo de Estados ou organismos supranacionais que gozem da garantia dos Estados e 45% de títulos emitidos por empresas de alta classificação

creditícia. Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por setores de atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

41.2. Informação quantitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

a) Risco de crédito

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia das emissões de valores de títulos de dívida:

Classificação creditícia das emissões	2019				Euros
	Valor de mercado			Total	
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e instituições financeiras	Outros		
AAA	-	-	-	-	
AA	-	13.253.282,95	-	13.253.282,95	
A	70.374.945,00	1.435.263,85	-	71.810.208,85	
BBB	169.530.876,14	30.113.705,76	13.489.686,34	213.134.268,24	
BB ou menor	-	-	-	-	
NR	-	-	-	-	
TOTAL	239.905.821,14	44.802.252,56	13.489.686,34	298.197.760,04	

Classificação creditícia das emissões	2018				Euros
	Valor de mercado			Total	
	Dívida pública e outros emissores públicos	Bancos e instituições financeiras	Outros		
AAA	-	-	-	-	
AA	-	15.012.850,91	-	15.012.850,91	
A	74.385.832,47	3.352.319,61	1.209.680,92	78.947.833,00	
BBB	177.738.049,86	22.262.218,71	12.733.658,82	212.733.927,39	
BB ou menor	-	-	-	-	
NR	-	-	212.542,06	212.542,06	
TOTAL	252.123.882,33	40.627.389,23	14.155.881,80	306.907.153,36	



A Companhia privilegia os títulos de rendimento fixo e recomenda uma distribuição de referência de 85% para títulos de rendimento fixo e 15% para rendimento variável.

b) Risco de câmbio

No quadro seguinte, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

Euros					
2019					
Tipo de moeda	Valor contabilístico				Total
	Ações	Unidades particip. fundos invest.	Títulos de dívida	Outros depósitos	
Euro	15.886.070,89	9.988.313,13	298.197.760,04	183.792,82	324.255.936,88
Franco Suíço	543.235,61	-	-	-	543.235,61
Libras	142.823,49	-	-	-	142.823,49
TOTAL	16.572.129,99	9.988.313,13	298.197.760,04	183.792,82	324.941.995,98

Euros					
2018					
Tipo de moeda	Valor contabilístico				Total
	Ações	Unidades particip. fundos invest.	Títulos de dívida	Outros depósitos	
Euro	14.650.862,39	8.652.079,93	306.907.153,36	224.757,01	330.434.852,69
Franco Suíço	644.751,84	-	-	-	644.751,84
Libras	286.658,03	-	-	-	286.658,03
TOTAL	15.582.272,26	8.652.079,93	306.907.153,36	224.757,01	331.366.262,56

c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se entre outros, os indicadores da duração modificada, para instrumentos financeiros de rendimento fixo e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro.

Nos quadros abaixo, detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Euros

2019									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas									
Títulos de dívida	51.401.913,14	-	5.273.965,04	5.497.827,54	-	10.076.016,13	30.554.104,43	2,3215	4,8489
Ativos financeiros disponíveis p/venda									
Títulos de dívida	246.795.846,90	683.589,53	27.586.659,14	29.626.252,77	36.815.527,79	26.102.125,45	125.981.692,22	3,0972	5,7729
TOTAL	298.197.760,04	683.589,53	32.860.624,18	35.124.080,31	36.815.527,79	36.178.141,58	156.535.796,65	-	-

Euros

2018									
Tipo de ativo	Saldo final	Vencimento a:						Taxa de juro	Duração modificada
		1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Após 5 anos		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas									
Títulos de dívida	33.546.519,18	-	-	5.316.699,48	5.503.107,26	-	22.726.712,44	2,5387	4,7663
Ativos financeiros disponíveis p/venda									
Títulos de dívida	273.360.634,18	35.313.022,94	2.101.824,70	30.624.563,54	31.391.197,21	39.315.831,23	134.614.194,56	3,3606	5,2881
TOTAL	306.907.153,36	35.313.022,94	2.101.824,70	35.941.263,02	36.894.304,47	39.315.831,23	157.340.907,00	-	-

No quadro que se segue, mostram-se os impactos estimados com base na duração média modificada do risco, resultante das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

	Euros	
	2019	2018
Capital próprio	48.562.007,98	39.455.063,56
AUMENTO DE 1 P.P. NA TAXA DE JURO		
Impacto no capital próprio	(7.480.114,37)	(7.571.057,52)
Capital próprio após o impacto	41.081.893,61	31.884.006,04
DIMINUIÇÃO DE 1 P.P. NA TAXA DE JURO		
Impacto no capital próprio	7.480.114,37	7.571.057,52
CAPITAL PRÓPRIO APÓS O IMPACTO	56.042.122,35	47.026.121,08

O seguinte quadro reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR, o valor em risco (máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%):

Euros		
2019		
Tipo de ativo	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de Rendimento Variável	26.560.443,12	6.109.000,00

Euros		
2018		
Tipo de ativo	Valor contabilístico	VaR
Instrumentos de Rendimento Variável	24.234.352,19	5.048.000,00

d) Risco de concentração

No quadro abaixo, apresenta-se a exposição por setor, do total das participações financeiras à data de encerramento das contas dos exercícios de 2019 e de 2018:

	Euros	
Setor de atividade	2019	2018
Dívida Pública e Outros Emissores Públicos	239.905.821,14	252.123.882,33
Instituições Financeiras	57.853.205,84	52.706.059,87
Energia	5.545.457,55	8.822.452,46
Industriais	7.524.657,88	5.381.618,07
Petrolíferas	5.720.919,25	5.302.545,57
Comunicações	4.380.359,02	5.083.341,84
Construção	1.799.768,05	1.145.496,12
Distribuição	1.290.729,53	382.162,65
Consultadoria	504.891,48	-
Investigação e Desenvolvimento	232.393,42	-
Imobiliário	-	193.946,64
TOTAL	324.758.203,16	331.141.505,55

e) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e os fluxos prováveis de entradas e saídas apresentam os seguintes valores no encerramento dos exercícios de 2019 e de 2018:

								Euros
								2019
Conceito	Seguro direto						Saldo final	
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Após o 5.º ano		
ATIVO								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.706.290,62	-	-	-	-	-	7.706.290,62	
Ativos financeiros disponíveis para venda	36.087.328,41	38.885.483,95	40.406.461,88	38.764.771,64	36.618.473,69	148.197.955,11	338.960.474,68	
Empréstimos concedidos e contas a receber	13.538,53	39.642,82	16.505,84	17.901,91	8.394,20	87.954,37	183.937,67	
Contas a receber por operações de seguro direto	3.277.497,65	-	-	-	-	-	3.277.497,65	
Contas a receber por operações de resseguro	9.786,12	-	-	-	-	-	9.786,12	
TOTAL DO ATIVO	47.094.441,33	38.925.126,77	40.422.967,72	38.782.673,55	36.626.867,89	148.285.909,48	350.137.986,74	
PASSIVO								
Provisão Matemática	39.948.132,93	33.158.333,07	28.955.789,25	38.583.746,47	31.843.470,48	106.262.237,38	278.751.709,58	
Provisão para sinistros	13.113.428,31	-	-	-	-	-	13.113.428,31	
Provisão para Participação nos Resultados	1.140.648,16	756.076,34	115.587,95	207.354,38	143.407,47	1.312.640,63	3.675.714,92	
Provisão para Prémios não Adquiridos	859.083,93	-	-	-	-	-	859.083,93	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	930.930,58	870.064,90	707.315,96	649.944,52	488.262,55	4.429.373,97	8.075.892,48	
Dívidas por operações de seguro direto	1.075.166,08	-	-	-	-	-	1.075.166,08	
Dívidas por operações de resseguro	80.208,57	-	-	-	-	-	80.208,57	
TOTAL DO PASSIVO	57.147.598,56	34.784.474,31	29.778.693,16	39.441.045,37	32.475.140,50	112.004.251,98	305.631.203,87	

Euros

Conceito	2018							Saldo final
	Seguro direto					Após o 5.º ano		
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano			
ATIVO								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.797.068,55	-	-	-	-	-	-	7.797.068,55
Ativos financeiros disponíveis para venda	51.357.146,93	27.825.011,53	40.733.109,68	41.536.290,60	40.973.478,91	155.656.604,29		358.081.641,94
Empréstimos concedidos e contas a receber	45.637,94	15.113,53	40.463,82	19.154,84	11.588,85	91.690,61		223.649,59
Contas a receber por operações de seguro direto	1.756.180,14	-	-	-	-	-		1.756.180,14
Contas a receber por operações de resseguro	343.782,05	-	-	-	-	-		343.782,05
TOTAL DO ATIVO	61.299.815,61	27.840.125,06	40.773.573,50	41.555.445,44	40.985.067,76	155.748.294,90		368.202.322,27
PASSIVO								
Provisão Matemática	54.804.649,34	38.919.658,25	31.598.515,84	26.554.106,10	35.864.723,20	116.520.592,66		304.262.245,39
Provisão para sinistros	13.609.919,50	-	-	-	-	-		13.609.919,50
Provisão para Participação nos Resultados	906.565,05	1,97	0,08	2,39	0,29	101.091,11		1.007.660,89
Provisão para Prémios não Adquiridos	807.449,67	-	-	-	-	-		807.449,67
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	855.630,65	936.044,07	795.284,65	677.332,80	534.444,49	4.313.945,91		8.112.682,57
Dívidas por operações de seguro direto	837.378,36	-	-	-	-	-		837.378,36
Dívidas por operações de resseguro	2.539,56	-	-	-	-	-		2.539,56
TOTAL DO PASSIVO	71.824.132,13	39.855.704,29	32.393.800,57	27.231.441,29	36.399.167,98	120.935.629,68		328.639.875,94

.42

DIVULGAÇÕES RELATIVAS À GESTÃO DE RISCOS E GESTÃO DE CAPITAL

42.1. Objetivos, políticas, processos e métodos de gestão dos riscos

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema, encontra-se o *Código de Bom Governo*, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, assegurando a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos seguem obrigatoriamente a Metodologia de

Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões da comissão de *Steering* respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas

definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comissões setoriais ou grupos de trabalho, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);
- seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o *rating A* da Standard & Poors;
- controlo automático dos cúmulos de risco; e

- minimizações do risco através da partilha em regime de cosseguro, quando estão em causa capitais demasiado elevados.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e fecho dos processos.

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- **Manual de Subscrição:** contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- **Manual de Resseguro:** contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- **Manual de Sinistros:** contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelas comissões operativas ou grupos de trabalho, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

As comissões operativas e grupos de trabalho existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são as seguintes:

- **Comissão de Gestão de Riscos e Solvência**, que deverá assegurar o seguimento da estrutura de gestão de riscos implementada e a coordenação das funções de controlo (Gestão de Risco e Controlo Interno);
- **Comissão Crescimento Todos os Canais**, na qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais, a aprovação da abertura de pontos de venda, etc.;



- **Comissão Reequilíbrio Técnico**, em sede da qual se definem as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio;

- **Comissão de Operações**, que realiza o seguimento de projetos de adequação do *Back Office*, dos seus processos e do seu modelo de governação;

- **Comissão Estratégica de Tecnologias**, a qual analisa e aprova as propostas oriundas da metodologia da gestão de projetos já referida;

- **Comissão de Segurança e Meio Ambiente**, a qual define e aprova as linhas mestras de atuação em matéria de segurança e meio ambiente, em articulação com o órgão corporativo da MAPFRE;

- **Grupo de Trabalho de Alterações**, onde se atribuem prioridades e se discutem as solicitações das diversas

áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas.

Estas comissões desenvolveram as suas atividades com normalidade ao longo de 2019.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto de a política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remuneração variável, indexada ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

42.2. Monitorização global da exposição ao risco

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

- **A quantificação global da exposição aos riscos**

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo *standard* de fatores fixos no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da atividade seguradora. Desta forma, fica definido que

o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de uma margem de 10%. O capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

• A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

• O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação.

• A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

• Método de avaliação dos riscos operacional e reputacional

Bianualmente, é realizado um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Anualmente, é efetuada uma monitorização que inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Apresentam-se no quadro abaixo os índices de criticidade dos riscos operacionais apurados em 2019, não existindo nenhum superior a 75%:

Processo	Índice de criticidade associado	
	2019	2018
GERAL	62,69 %	62,86 %
Desenvolvimento de produtos	60,11 %	59,83 %
Emissão	66,04 %	66,04 %
Sinistros	59,46 %	59,81 %
Gestão Administrativa	58,81 %	58,64 %
Atividades Comerciais	63,40 %	63,08 %
Recursos Humanos	65,79 %	66,15 %
Comissões	62,48 %	62,17 %
Cosseguro / Resseguro	69,98 %	70,87 %
Provisões Técnicas	54,05 %	54,47 %
Investimentos	57,16 %	57,16 %
Sistemas Tecnológicos	65,30 %	65,73 %
Atendimento ao Cliente	65,98 %	65,53 %

A Companhia ativou o seu Plano de Continuidade de Negócio com vista à adoção de medidas que possam minimizar as consequências da epidemia por COVID-19.

42.3. Gestão do risco de epidemia por COVID-19

No seguimento dos acontecimentos mais recentes, já em 2020, e apesar de ainda não ser possível antever, a esta data, a evolução à escala mundial da epidemia desencadeada pela COVID-19, que teve início em dezembro de 2019 na China, é provável que a mesma venha a ter repercussões sobre a atividade da Companhia em 2020, cujo impacto não é ainda possível quantificar. A Companhia ativou o seu Plano de Continuidade de Negócio tendo em vista a adoção de medidas internas que possam minimizar as consequências desta epidemia.

O Conselho de Administração considera que, face à informação atualmente disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

.43

ELEMENTOS EXTRAPATRIMONIAIS

Nada a divulgar.

.44

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Nada a divulgar.

.45

APLICAÇÃO DA IFRS 16 – LOCAÇÕES

Conforme referido na Nota 2, a Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. A Companhia não adotou antecipadamente nenhum dos requisitos da IFRS 16 em períodos anteriores.

Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlo de uso de um ativo identificável para um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato transmite esse direito, a Companhia avalia o seguinte:

- (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificável – este poderá ser implícito ou explícito, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade do ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substantivo, então o ativo não é identificável;
- (ii) a Companhia tem direito a obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de uso, e
- (iii) a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo. A Companhia tem esse direito quando tem os direitos de tomada de decisão mais relevantes para alterar “como” e “com que objetivo” o ativo é usado. Raras vezes, quando o local onde as referidas decisões são tomadas é pré-determinado, a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo caso:
 - (i) a Companhia tem o direito para operar o ativo; ou (ii) a Companhia projeta um ativo de uma forma que determina o “como” e “com que objetivo” este irá ser utilizado.

A Companhia optou por não reconhecer os ativos sob direito de uso e passivos de locação para locações de curta duração cujo prazo de locação seja igual ou inferior a 12 meses e locações de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de locação associados a estas locações como despesas numa base linear ao longo do prazo de locação.

Transição

Em 1 de janeiro de 2019, a Companhia efetuou um levantamento dos contratos existentes a esta data e utilizou o expediente prático previsto na norma, isto é, só a aplicou a contratos que foram previamente identificados como locações nos termos da IAS 17 – Locações e da IFRIC 4.

De acordo com o preconizado na IFRS 16, a Companhia aplicou esta norma retrospectivamente com os impactos da transição reconhecidos em 1 de janeiro de 2019. Deste modo, a informação comparativa não foi reexpressa.

A Companhia, ao utilizar o expediente prático disponível na transição para a IFRS 16, reconheceu um passivo pelo valor presente dos pagamentos futuros, utilizando uma taxa de juro incremental à data inicial de aplicação do normativo e o direito de uso do ativo subjacente pelo montante do passivo de locação.

Os pressupostos considerados na aplicação da norma foram os seguintes:

- (i) prazo de locação: foi avaliado o prazo descrito em cada contrato *per se*, tendo em atenção eventuais cláusulas particulares;
- (ii) taxa de desconto: foi utilizada uma taxa de desconto entre 0,1% e 7%, consoante a tipologia de contrato de locação e a sua duração;
- (iii) não aplicação da norma aos contratos com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor unitário reduzido, ou seja, inferiores a 5.000,00 euros.

Tendo por base o trabalho efetuado, identificou-se que os principais contratos de locação abrangidos por esta norma são os contratos sobre bens imóveis, viaturas, *software* e equipamento informático.

A adoção da norma implica alterações nas demonstrações financeiras, nomeadamente:

- (i) registo em Gastos financeiros dos valores relativos aos juros calculados sobre a variação dos passivos de locação,

conforme referido na Nota 16, que representaram em 2019 o montante de 18.563,60 euros;

- (ii) registo em Amortizações do custo da depreciação dos ativos sob direito de uso, conforme referido na Nota 8, que representaram em 2019 o montante de 135.199,47 euros;
- (iii) registo em Ativos sob direito de uso, pelo reconhecimento do direito de uso, conforme referido na Nota 8, que representaram em 2019 o montante líquido de 784.727,23 euros;
- (iv) registo em Outros passivos financeiros pelo valor dos passivos de locação reconhecidos, conforme referido na Nota 16, que representaram em 2019 o montante de 810.546,31 euros. Igualmente, é referida a maturidade dos fluxos de caixa contratualizados.

A reconciliação entre os saldos em 31 de dezembro de 2018 e os saldos de balanço em 1 de janeiro de 2019, de acordo com a IFRS 16, encontra-se detalhada conforme segue:

A Companhia aplicou a norma IFRS 16 retrospectivamente com os impactos da transição reconhecidos em 1 de janeiro de 2019.

	IAS17 31.12.2018	Impacto IFRS 16	Euros IFRS 16 01.01.2019
Balanço			
ATIVO			
Caixa e seus equiv. e dep. à ordem	7.797.068,55	-	7.797.068,55
Ativos financ. classificados ao J.V.G.P.	37.799.714,24	-	37.799.714,24
Ativos financ. disponíveis para venda	293.341.791,31	-	293.341.791,31
Emp. concedidos e contas a receber	224.757,01	-	224.757,01
Outros ativos tangíveis	28.793,03	-	28.793,03
Ativos sob direito de uso	-	899.725,14	899.725,14
Outros ativos intangíveis	220.444,55	-	220.444,55
Provisões técnicas de resseg. cedido	1.284.731,36	-	1.284.731,36
Act. p/ benef. pós-emp. e out.benef.de l.p.	20.409,48	-	20.409,48
Out. dev. p/ oper. de seg. e outras oper.	2.376.002,67	-	2.376.002,67
Ativos p/ impostos e taxas	2.705.128,63	-	2.705.128,63
Acréscimos e diferimentos	26.675,65	-	26.675,65
TOTAL DO ATIVO	345.825.516,48	899.725,14	346.725.241,62
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas de seg. direto	293.166.856,02	-	293.166.856,02
Pass. finan. da compo. dep. c. seguro e con. inves.	7.069.419,41	-	7.069.419,41
Outros passivos financeiros	-	899.725,14	899.725,14
Pass. p/ benef. pós-emp. e out.benef.de l.p.	4.266,14	-	4.266,14
Out. cred. p/ oper. de seg. e outras oper.	1.567.872,73	-	1.567.872,73
Passivos p/ impostos e taxas	2.901.843,11	-	2.901.843,11
Acréscimos e diferimentos	1.660.195,51	-	1.660.195,51
TOTAL DO PASSIVO	306.370.452,92	899.725,14	307.270.178,06
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	21.000.000,00	-	21.000.000,00
Reservas de reavaliação	19.162.405,84	-	19.162.405,84
Reserva p/ impostos diferidos	(2.493.463,57)	-	(2.493.463,57)
Outras reservas	74.528,70	-	74.528,70
Resultado do exercício	1.711.592,59	-	1.711.592,59
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	39.455.063,56	-	39.455.063,56
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	345.825.516,48	899.725,14	346.725.241,62

.46

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

46.1. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras

IFRS 16 – Locações

O IASB emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 – Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A norma foi endossada na União Europeia pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1986/2017, de 31 de outubro. A sua adoção antecipada era permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 – Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentas de aplicação dos requisitos da norma.

O impacto da adoção desta norma nas demonstrações financeiras da Companhia é analisado nas Notas 8 e 16.

IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos

Foi emitida em 7 de junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa. Nesse contexto, a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores

em causa, utilizar o método do valor esperado. A IFIRC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

A Companhia não registou impacto decorrente da adoção da presente interpretação.

Alterações, cortes ou liquidações do plano de benefícios atribuídos (alterações à IAS 19)

Em fevereiro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 19. As alterações esclarecem a contabilização quando ocorre uma alteração, redução ou liquidação no plano de benefícios atribuídos.

As alterações especificam que uma entidade deve usar os pressupostos atualizados da remensuração do seu passivo de benefício definido líquido (ativo) para determinar o custo atual do serviço e os juros líquidos para o restante período de relato após a mudança no plano.

Das alterações resulta uma alocação diferente do rendimento integral total entre custo do serviço, juros e outro rendimento integral.

As alterações aplicam-se prospectivamente a alterações, cortes ou liquidações de planos de benefícios atribuídos que ocorram no, ou após, o início do primeiro período de relato anual que comece em, ou após, 1 de janeiro de 2019.

A Companhia não registou impacto decorrente da adoção da presente interpretação.

Melhoramentos do ciclo 2015-2017

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2017, introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimo geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

A Companhia não registou nenhum impacto decorrente da adoção dos referidos melhoramentos.

Interesses de longo prazo em Associadas e Empreendimentos conjuntos (alteração à IAS 28)

Em outubro de 2017, o IASB emitiu alterações à IAS 28 relativamente a participações de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos. As alterações esclarecem que a IFRS 9 aplica-se a instrumentos financeiros em associadas ou empreendimentos conjuntos aos quais

o método de equivalência patrimonial não é aplicado, incluindo interesses de longo prazo.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente nos períodos anuais com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019.

A Companhia não registou nenhum impacto decorrente da adoção desta alteração.

46.2. Normas contabilísticas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia, mas que a MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. decidiu optar pela não aplicação antecipada na elaboração das suas demonstrações

Definição de Materialidade (alterações à IAS 1 e IAS 8)

Em 31 de outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à sua definição de materialidade para facilitar às empresas a realização de julgamentos de materialidade.

As alterações consistem em (a) substituir o termo “puder influenciar” por “puder razoavelmente considerar que poderá influenciar”; (b) incluir o conceito de “ocultação” juntamente com os conceitos de “omissão” e “distorção” de informação na definição de materialidade; (c) esclarecer que os “utentes” referidos são os principais utentes das demonstrações financeiras de carácter geral referidas na Estrutura Conceptual; e (d) alinhar a definição de materialidade entre as publicações IFRS.

A definição alterada de materialidade afirma, portanto, que “A informação é material se se puder razoavelmente considerar que a sua omissão, distorção ou ocultação

poderá influenciar as decisões que os utentes primários das demonstrações financeiras de carácter geral tomarão com base nessas mesmas demonstrações financeiras, que fornecem a informação financeira respeitante a uma determinada entidade que relata”.

As alterações são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2020, mas podem ser aplicadas antecipadamente.

Alterações às referências à estrutura conceptual nas normas IFRS.

Em março de 2018, o IASB emitiu um conjunto abrangente de conceitos para reporte financeiro, a Estrutura Conceptual revista para reporte financeiro (Estrutura Conceptual), que visa atualizar, nas normas existentes, as referências e citações da versão existente da Estrutura Conceptual ou da versão que foi substituída em 2010, substituindo-as por referências à Estrutura Conceptual revista.

A Estrutura Conceptual revista tem data efetiva de adoção de 1 de janeiro de 2020 – com adoção antecipada permitida – para empresas que usam a Estrutura Conceptual para desenvolver políticas contabilísticas quando nenhuma norma IFRS se aplica a uma transação específica.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto,

dividendos gerados por tais investimentos são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação, incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, dos quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e a pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A MAPFRE conta com mais de 26 milhões de clientes, 34.000 empregados, 5.100 escritórios próprios e mais de 79.000 intermediários em todo o mundo.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39. A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

• Exceção temporária à IFRS 9

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 – Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a Companhia optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção teve por base a alteração introduzida igualmente no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, através da Norma Regulamentar n.º 3/2018-R emitida pela ASF.

Não obstante, dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter

impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Reforma de referenciais de Taxa de Juro (alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)

Em 26 de setembro de 2019, o IASB emitiu alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7. As alterações modificam alguns requisitos específicos de contabilidade de cobertura para aliviar os efeitos potenciais da incerteza causada pela reforma da IBOR. Além disso, as alterações exigem que as empresas forneçam informações adicionais aos investidores sobre as suas relações de cobertura, que sejam diretamente afetadas por essas incertezas.

As alterações fornecem exceções para que as entidades apliquem os requisitos de contabilidade de cobertura, assumindo que o índice de referência da taxa de juro, em que se baseiam o risco coberto ou os fluxos de caixa cobertos do item coberto ou os fluxos de caixa do instrumento de cobertura, não seja alterado como resultado da reforma da IBOR. As exceções propostas aplicam-se apenas aos requisitos de contabilidade de cobertura e as alterações não proporcionam alívio de outras consequências decorrentes da reforma do *benchmark* da taxa de juro.

As alterações são de âmbito limitado. Se uma relação de cobertura deixar de cumprir com os requisitos de contabilidade de cobertura por outros motivos que não os especificados nas alterações, a descontinuação da contabilidade de cobertura continua a ser necessária.

Além disso, as alterações esclarecem que, se uma entidade designar fluxos de caixa baseados em *benchmark* de taxa de juro como o item coberto numa cobertura de fluxo de caixa,

a entidade não assumirá, com o objetivo de medir a ineficácia da cobertura, que a substituição esperada do *benchmark* de taxa de juro por uma taxa de referência alternativa resultará num fluxo de caixa nulo após a substituição. O ganho ou a perda de cobertura deve ser mensurado usando os fluxos de caixa baseados em *benchmark* de taxa de juro ao aplicar uma técnica de valor presente, descontada a uma taxa de desconto de mercado que reflète as expectativas dos participantes do mercado sobre a incerteza resultante da reforma.

As alterações são obrigatórias para todas as relações de cobertura às quais as exceções são aplicáveis.

As alterações têm uma data efetiva de adoção de períodos anuais iniciados em, ou após, 1 de janeiro de 2020. É permitida a adoção antecipada. As alterações são aplicadas retrospectivamente às relações de cobertura existentes no início do período de relatório em que a entidade aplica as alterações pela primeira vez e ao ganho ou perda reconhecidos em rendimento integral no início do período em que a entidade aplica pela primeira vez as alterações (isto é, mesmo que o período de relato não seja um período anual).

46.3. Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para a MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

IFRS 17 – Contratos de Seguro

O IASB emitiu em 18 de maio de 2017 uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurado e apresentado o desempenho dos contratos de seguro com diversos

impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2021.

A Companhia está a avaliar os impactos que a presente norma terá nas suas demonstrações financeiras.

Definição de negócio (alterações à IFRS 3 – Concentração de Negócios)

Em 22 de outubro de 2018, o IASB emitiu as alterações à sua definição de negócio.

As alterações esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de criar *outputs*. As alterações também esclarecem que um conjunto de atividades e ativos pode qualificar-se como um negócio sem incluir todos os *inputs* e processos necessários para criar *outputs*, ou incluindo os próprios *outputs*, substituindo o termo "capacidade de criar *outputs*" por "capacidade de contribuir para a criação de *outputs*".

Deixa de ser necessário avaliar se os participantes do mercado são capazes de substituir *inputs* ou processos omissos (por exemplo, integrando as atividades e ativos adquiridos) e continuar produzindo *outputs*. As alterações concentram-se em analisar se os *inputs* adquiridos e os processos substantivos adquiridos, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de criar *outputs*.

As alterações devem ser aplicadas às transações cuja data de aquisição seja em, ou após, o início do primeiro período de reporte anual com início em, ou após, 1 de janeiro

de 2020, sendo permitida a aplicação antecipada. Se as entidades aplicarem as alterações antecipadamente, devem divulgar esse facto.

Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)

O IASB emitiu em 23 de janeiro de 2020 uma alteração à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente.

As alterações visam promover a consistência na aplicação dos requisitos com o objetivo de ajudar as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, dívida ou outros passivos com data de liquidação incerta devem ser classificados como correntes (a liquidar ou potencialmente a liquidar no prazo de um ano) ou não correntes. As alterações incluem esclarecimentos sobre os requisitos de classificação de dívida que uma empresa pode liquidar convertendo em capital.

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2022.

Lisboa, 19 de março de 2020

Filipe Tempero
Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Luis Anula Rodriguez
(Presidente)

Vítor Manuel da Silva Reis
(Vice-Presidente)

Juan Fernández Palacios
(Vogal)

Pedro Ribeiro e Silva
(Vogal – Secretário)

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Anexo 1.1. / 31.12.2019

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1. – FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1. – Títulos nacionais							
	1.1.1. – Partes de capital em filiais							
	1.1.2. – Partes de capital em associadas							
	1.1.3. – Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. – Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	SUBTOTAL							
	1.1.5. – Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. – Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. – Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. – Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	SUBTOTAL							
	1.1.9. – Outros títulos em filiais							
	1.1.10. – Outros títulos em associadas							
	1.1.11. – Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. – Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	SUBTOTAL							
	SUBTOTAL 1.1.							
	1.2. – Títulos estrangeiros							
	1.2.1. – Partes de capital em filiais							
	1.2.2. – Partes de capital em associadas							
	1.2.3. – Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. – Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	SUBTOTAL							

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1.2.5. – Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. – Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. – Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. – Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	SUBTOTAL							
	1.2.9. – Outros títulos em filiais							
	1.2.10. – Outros títulos em associadas							
	1.2.11. – Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. – Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	SUBTOTAL							
	SUBTOTAL 1.2.							
	TOTAL 1.							
	2. – OUTROS							
	2.1. – Títulos nacionais							
	2.1.1. – Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. – Ações							
	SUBTOTAL							
	2.1.1.2. – Títulos de participação							
	SUBTOTAL							
	2.1.1.3. – Unidades de participação em fundos de investimento							
	SUBTOTAL							
	2.1.1.4. – Outros							
	SUBTOTAL							
	SUBTOTAL 2.1.1.							
	2.1.2. – Títulos de dívida							
	2.1.2.1. – De dívida pública							
PTOTE5OE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 4/2037		1.282.000,00	105,80		1.356.419,90	151,81	1.946.151,01
PTOEA0E0021	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,95 10/2023		20.924.500,00	114,31		23.919.346,84	120,61	25.237.137,81

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
PTOTEB0E0020	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 2/2045		5.264.000,00	103,39		5.442.581,54	161,98	8.526.845,10
PTOTECO0E0029	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,8 6/2020		350.000,00	112,43		393.491,00	105,04	367.645,58
PTOTEK0E0011	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		26.023.000,00	98,14		25.540.022,87	116,72	30.372.842,92
PTOTEQ0E0015	REPÚBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024		10.590.000,00	118,89		12.590.566,49	128,82	13.641.956,61
PTOTERO0E0014	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,875 2/2030		4.912.000,00	108,19		5.314.368,86	136,76	6.717.619,06
PTOTES0E0013	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,2 10/2022		7.385.000,00	99,01		7.311.527,85	107,62	7.947.878,17
PTOTETO0E0012	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 7/2026		4.275.000,00	104,06		4.448.670,78	118,83	5.079.909,60
PTOTEU0E0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,125 4/2027		18.080.000,00	104,40		18.875.623,72	130,79	23.647.472,23
PTOTEV0E0018	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,125 10/2028		400.000,00	103,01		412.048,00	115,52	462.071,94
PTOTEW0E0017	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,25 4/2034		275.000,00	119,85		329.582,00	121,10	333.022,45
PTOTEX0E0024	REPÚBLICA DE PORTUGAL 1,95 6/2029		4.380.000,00	114,69		5.023.526,10	115,08	5.040.679,40
PTOTEY0E0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021		11.219.000,00	98,42		11.042.078,21	108,48	12.170.929,61
	SUBTOTAL	-	115.359.500,00			121.999.854,16		141.492.161,49
	2.1.2.2. – De outros emissores públicos							
	SUBTOTAL							
	2.1.2.3. – De outros emissores							
PTNOSF0M0000	NOS SGPS S.A. 1,125 5/2023		1.600.000,00	99,76		1.596.206,84	103,07	1.649.188,38
PTTGUA0M0005	TAGUS SOCIEDADE DE TITULARIZAC 1,502 5/2025		2.797.987,42	103,00		2.881.927,08	102,29	2.861.947,36
	SUBTOTAL		4.397.987,42			4.478.133,92		4.511.135,74
	SUBTOTAL 2.1.2.	-	119.757.487,42			126.477.988,08		146.003.297,23
	SUBTOTAL 2.1.	-	119.757.487,42			126.477.988,08		146.003.297,23
	2.2. – Títulos estrangeiros							
	2.2.1. – Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1. – Ações							
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	9.624			23,46	225.800,89	35,65	343.095,60
FR0000120073	AIR LIQUIDE S.A.	4.111			101,09	415.599,15	126,20	518.808,20
NL0000235190	AIRBUS GROUP SE	3.142			127,52	400.659,90	130,48	409.968,16
DE0008404005	ALLIANZ SE	2.195			201,89	443.146,92	218,40	479.388,00
BE0974293251	ANHEUSER-BUSCH INBEV SA/NV	248			88,20	21.873,57	72,71	18.032,08
NL0010273215	ASML HOLDING NV	1.941			157,41	305.532,14	263,70	511.841,70

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	92.869			5,81	540.015,17	4,98	462.766,22
ES0113900J37	BANCO SANTANDER S.A.	125.938			4,48	564.583,81	3,73	469.748,74
ES0113679I37	BANKINTER S.A.	5.726			2,85	16.319,04	6,53	37.402,23
FR0000131104	BNP PARIBAS SA – PARIS	13.564			46,60	632.142,46	52,83	716.586,12
FR0000120644	DANONE S.A.	6.544			60,80	397.905,10	73,90	483.601,60
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	31.355			13,74	430.827,80	14,57	456.842,35
DE000ENAG999	E.ON SE	15.833			7,50	118.826,13	9,52	150.793,48
IT0003128367	ENEL SPA	79.159			4,74	375.415,66	7,07	559.812,44
FR0010208488	ENGIE S.A.	22.430			13,52	303.259,78	14,40	322.992,00
IT0003132476	ENI SPA	36.945			14,63	540.509,77	13,85	511.540,46
ES0118900010	FERROVIAL S.A.	20.431			18,41	376.169,29	26,97	551.024,07
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	6.797			17,50	118.920,83	21,01	142.823,49
ES0171996087	GRIFOLS S.A.	7.394			19,81	146.453,56	31,43	232.393,42
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	82.105			4,68	384.628,28	9,18	753.723,90
ES0148396007	INDÚSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.A.	25.097			25,01	627.674,82	31,45	789.300,65
NL0011821202	ING GROEP N.V.	31.117			10,96	341.062,86	10,69	332.578,48
IT0000072618	INTESA SANPAOLO SPA	70.665			2,24	158.163,62	2,35	165.956,74
FR0000121014	LOUIS VUITTON-MOET HENNESSY	1.110			335,51	372.410,93	414,20	459.762,00
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	1.512			156,76	237.023,19	263,00	397.656,00
CH0038863350	NESTLE S.A.	2.230			75,15	167.579,30	96,52	215.245,15
CH0012005267	NOVARTIS AG	1.199			56,71	67.993,07	84,66	101.504,38
FR0000133308	ORANGE S.A.	24.168			12,84	310.227,06	13,12	317.084,16
ES0173516115	REPSOL S.A.	34.781			12,96	450.784,19	13,93	484.499,33
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	783			133,40	104.455,77	289,25	226.486,08
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	10.009			25,37	253.919,89	26,16	261.885,47
FR0000120578	SANOFI	4.272			71,46	305.268,01	89,62	382.856,64
DE0007164600	SAP SE	4.306			76,59	329.808,91	120,32	518.097,92
DE0007236101	SIEMENS AG	6.838			97,05	663.613,74	116,54	796.900,52
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	72.523			7,31	529.838,99	6,23	451.600,71
FR0000120271	TOTAL S.A.	17.943			42,74	766.904,09	49,20	882.795,60

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
NL0000388619	UNILEVER NV	9.422			52,43	494.008,65	51,23	482.689,06
FR0000125486	VINCI S.A.	5.146			65,31	336.077,79	99,00	509.454,00
FR0000127771	VIVENDI S.A.	25.662			21,26	545.475,48	25,82	662.592,84
	SUBTOTAL	917.134				13.820.879,61		16.572.129,99
	2.2.1.2. – Títulos de participação							
	SUBTOTAL							
	2.2.1.3. – Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0157103005	ALTAMAR X GLOBAL PRIVATE EQ PR	35.000				35.000,00	1,02	35.700,00
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SIC	48.722				48.747,19	1,02	49.692,68
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.884				957.017,65	367,95	1.429.264,97
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	134.109				1.585.047,82	14,93	2.002.002,99
ES0178520039	FONDMAPFRE BOLSA EUROPA F.I.	22.131				1.412.985,00	70,22	1.554.048,88
ES0138022001	FONDMAPFRE ELECCION DECIDIDA F.I.	260.731				1.725.429,63	7,09	1.847.878,88
ES0137910008	FONDMAPFRE ELECCION MODERADA F.I.	167.400				1.031.197,20	6,59	1.102.773,48
ES0112835006	FONDMAPFRE ELECCION PRUDENTE F.I.	276.035				1.638.746,23	6,15	1.697.715,99
ES0138445038	FONDMAPFRE GLOBAL F.I.	24.998				228.000,00	10,77	269.235,26
	SUBTOTAL	973.010				8.662.170,72		9.988.313,13
	2.2.1.4. – Outros							
	SUBTOTAL							
	SUBTOTAL 2.2.1.	1.890.144		-		22.483.050,33		26.560.443,12
	2.2.2. – Títulos de dívida							
	2.2.2.1. – De dívida pública							
IT0003256820	REPÚBLICA DE ITALIA 5,75 2/2033		350.000,00	108,85		380.965,12	149,84	524.431,44
IT0004953417	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 3/2024		8.530.000,00	108,45		9.251.119,40	118,12	10.076.016,13
IT0005274805	REPÚBLICA DE ITALIA 2,05 8/2027		4.250.000,00	99,97		4.248.930,06	107,90	4.585.753,76
IT0005323032	REPÚBLICA DE ITALIA 2 2/2028		4.100.000,00	97,19		3.984.667,00	107,73	4.416.843,18
IT0005345183	REPÚBLICA DE ITALIA 2,5 11/2025		7.670.000,00	102,01		7.824.358,75	109,98	8.435.670,14
ES0000011868	TESORO PÚBLICO 6 1/2029		675.000,00	103,01		695.317,61	155,64	1.050.543,20
ES0000011967	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		4.200.000,00	72,19		3.032.073,07	100,72	4.230.151,54

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		4.260.000,00	88,17		3.756.101,64	173,70	7.399.715,88
ES00000121G2	TESORO PÚBLICO 4,8 1/2024		100.000,00	127,98		127.979,00	124,61	124.609,68
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		25.000,00	99,77		24.943,70	171,53	42.882,15
ES00000122E5	TESORO PÚBLICO 4,65 7/2025		2.945.000,00	100,60		2.962.554,22	127,68	3.760.218,28
ES00000122T3	TESORO PÚBLICO 4,85 10/2020		300.000,00	89,27		267.795,00	105,31	315.943,95
ES00000123B9	TESORO PÚBLICO 5,5 4/2021		9.850.000,00	103,74		10.218.345,96	111,63	10.995.305,88
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO 5,9 7/2026		4.170.000,00	117,11		4.883.688,21	140,08	5.841.469,67
ES00000123K0	TESORO PÚBLICO 5,85 1/2022		2.575.000,00	111,42		2.868.965,50	118,44	3.049.707,61
ES00000123N4	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		2.800.000,00	70,49		1.973.854,55	100,75	2.820.971,28
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		2.275.000,00	107,27		2.440.332,50	118,32	2.691.848,24
ES0000012411	TESORO PÚBLICO 5,75 7/2032		2.365.000,00	101,83		2.408.301,33	164,59	3.892.603,35
ES00000124C5	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2028		1.584.000,00	116,69		1.848.408,60	142,35	2.254.850,75
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		3.196.000,00	127,29		4.068.251,04	185,95	5.942.950,13
ES00000124W3	TESORO PÚBLICO 3,8 4/2024		860.000,00	119,10		1.024.296,00	119,49	1.027.597,06
ES0000012676	TESORO PÚBLICO 100 7/2022		2.950.000,00	80,66		2.379.350,27	100,81	2.973.886,96
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		1.650.000,00	113,72		1.876.341,80	114,11	1.882.828,25
ES0000012726	TESORO PÚBLICO 100 7/2027		700.000,00	43,26		302.837,99	98,00	685.979,46
ES0000012767	TESORO PÚBLICO 100 7/2031		700.000,00	34,45		241.146,79	92,78	649.429,99
ES0000012932	TESORO PÚBLICO 4,2 1/2037		4.110.000,00	86,75		3.565.427,00	156,53	6.433.234,58
ES0000012A89	TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027		900.000,00	99,31		893.775,00	109,37	984.288,88
ES0000012B47	TESORO PÚBLICO 2,7 10/2048		150.000,00	137,49		206.230,00	133,39	200.090,34
SUBTOTAL		-	78.240.000,00			77.756.357,11		97.289.821,76
2.2.2.2. - De outros emissores públicos								
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		1.000.000,00	98,90		989.000,00	112,38	1.123.837,89
SUBTOTAL		-	1.000.000,00			989.000,00		1.123.837,89
2.2.2.3. - De outros emissores								
XS2025466413	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A. 0,625 7/2025		400.000,00	99,42		397.660,00	99,05	396.194,38
XS0765299572	ABN AMRO BANK N.V. AMSTERDAM 4,125 3/2022		240.000,00	107,03		256.872,00	112,56	270.153,58
XS1799975765	AIB GROUP PLC 1,5 3/2023		700.000,00	97,04		679.301,00	104,69	732.821,43
XS2029574634	ALD S.A. 0,375 7/2023		500.000,00	100,74		503.700,00	100,29	501.428,88

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS1909193150	ALLERGAN FUNDING SCS 1,5 11/2023		1.200.000,00	99,63		1.195.536,00	105,51	1.266.133,36
ES0205067103	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,7 6/2021		5.000.000,00	100,05		5.002.500,00	105,48	5.273.965,04
ES0205067145	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,71 1/2022		5.000.000,00	100,05		5.002.500,00	105,44	5.271.821,53
XS1752476538	CAIXABANK S.A. 0,75 4/2023		300.000,00	101,20		303.588,00	102,29	306.858,25
XS1897489578	CAIXABANK S.A. 1,75 10/2023		1.000.000,00	99,32		993.200,00	105,07	1.050.721,64
XS1808351214	CAIXABANK S.A. 2,25 4/2030		200.000,00	98,70		197.400,00	105,16	210.311,72
ES0414970246	CAIXABANK S.A. 3,625 1/2021		1.800.000,00	86,55		1.557.874,11	107,56	1.935.993,16
ES0414970303	CAIXABANK S.A. 4,5 1/2022		4.250.000,00	93,29		3.965.003,78	114,18	4.852.579,77
XS1996435688	CEPSA FINANCE S.A.U. 1 2/2025		3.500.000,00	100,73		3.525.620,00	102,29	3.580.198,39
XS1069772082	COOPERATIEVE RABOBANK UA 2,5 5/2026		450.000,00	104,88		471.980,00	104,73	471.265,97
DE000DL19T18	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT 0,375 1/2021		100.000,00	99,19		99.185,00	100,25	100.251,98
XS1842121029	DOURO FINANCE B.V. 0,52 10/2024		6.900.000,00	100,00		6.900.000,00	99,98	6.898.651,40
XS2053564287	DOURO FINANCE B.V. 0,8 5/2028		4.000.000,00	100,00		4.000.000,00	96,65	3.865.962,82
XS1558083652	EDP FINANCE B.V. 1,875 9/2023		500.000,00	105,88		529.400,00	106,67	533.337,76
XS0399353506	EDP FINANCE B.V. 100 11/2023		2.200.000,00	92,66		2.038.478,44	96,31	2.118.755,38
XS0412842857	INNOGY FINANCE BV 6,5 8/2021		600.000,00	99,97		599.790,91	113,34	680.019,51
XS1139091372	LLOYDS BANK PLC 1 11/2021		250.000,00	101,58		253.953,66	102,15	255.368,45
XS1633845158	LLOYDS BANKING GROUP PLC 0,382 6/2024		500.000,00	101,89		509.460,00	100,97	504.858,75
XS1828132735	MITSUBISHI UFJ FINANCIAL GROUP 0,15 5/2023		300.000,00	100,00		300.000,00	100,24	300.715,86
XS0801636902	NORDEA BANK ABP 3,25 7/2022		3.280.000,00	99,25		3.255.236,00	109,84	3.602.762,66
XS2019814503	OMNICOM FINANCE HOLDINGS PLC 0,8 7/2027		500.000,00	100,56		502.800,00	100,98	504.891,48
XS2015267953	PSA BANQUE FRANCE S.A. 0,625 6/2024		2.000.000,00	100,88		2.017.500,00	101,08	2.021.623,70
XS1423826798	REN FINANCE BV 1,75 6/2023		400.000,00	99,59		398.348,00	106,65	426.580,80
FR0013428414	RENAULT S.A. 1,25 6/2025		1.500.000,00	101,72		1.525.850,00	100,53	1.508.005,36
XS1330948818	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 1,375 12/2022		100.000,00	99,92		99.924,00	104,17	104.167,21
XS0907289978	TELEFONICA EMISIONES S.A.U. 3,961 3/2021		300.000,00	100,64		301.928,22	108,32	324.952,66
XS2017471553	UNICREDIT SPA 1,25 6/2025		3.800.000,00	100,49		3.818.682,68	102,88	3.909.450,28
	SUBTOTAL	-	51.770.000,00			51.203.271,80		53.780.803,16
	SUBTOTAL 2.2.2.	-	131.010.000,00			129.948.628,91		152.194.462,81
	SUBTOTAL 2.2.	1.890.144	131.010.000,00			152.431.679,24		178.754.905,93

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	2.3. - Derivados de negociação							
	SUBTOTAL 2.3.							
	2.4. - Derivados de cobertura							
	SUBTOTAL 2.4.							
	TOTAL 2.	1.890.144	250.767.487,42			278.909.667,32		324.758.203,16
	TOTAL GERAL	1.890.144	250.767.487,42			278.909.667,32		324.758.203,16

* Inclui o valor dos juros decorridos.

Anexo 1.2. / 31.12.2018

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1 – FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1. – Títulos nacionais							
	1.1.1. – Partes de capital em filiais							
	1.1.2. – Partes de capital em associadas							
	1.1.3. – Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4. – Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	SUBTOTAL							
	1.1.5. – Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6. – Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7. – Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8. – Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	SUBTOTAL							
	1.1.9. – Outros títulos em filiais							

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	1.1.10. – Outros títulos em associadas							
	1.1.11. – Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12. – Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	SUBTOTAL							
	SUBTOTAL 1.1.							
	1.2. – Títulos estrangeiros							
	1.2.1. – Partes de capital em filiais							
	1.2.2. – Partes de capital em associadas							
	1.2.3. – Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4. – Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	SUBTOTAL							
	1.2.5. – Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6. – Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7. – Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8. – Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	SUBTOTAL							
	1.2.9. – Outros títulos em filiais							
	1.2.10. – Outros títulos em associadas							
	1.2.11. – Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12. – Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	SUBTOTAL							
	SUBTOTAL 1.2.							
	TOTAL 1.							
	2. – OUTROS							
	2.1. – Títulos nacionais							
	2.1.1. – Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1. – Ações							
	SUBTOTAL							

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
	2.1.1.2. – Títulos de participação							
	SUBTOTAL							
	2.1.1.3. – Unidades de participação em fundos de investimento							
	SUBTOTAL							
	2.1.1.4. – Outros							
	SUBTOTAL							
	SUBTOTAL 2.1.1.							
	2.1.2. – Títulos de dívida							
	2.1.2.1. – De dívida pública							
PTOTE5OE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 4/2037		1.282.000,00	105,80		1.356.419,90	124,92	1.601.434,03
PTOTEAOE0021	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,95 10/2023		20.924.500,00	114,20		23.895.796,78	122,33	25.597.431,19
PTOTEBOE0020	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,1 2/2045		5.264.000,00	103,39		5.442.581,54	125,09	6.584.806,92
PTOTECO0029	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,8 6/2020		950.000,00	112,43		1.068.047,00	110,18	1.046.735,70
PTOTEKOE0011	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025		26.023.000,00	98,14		25.540.022,87	111,98	29.141.148,56
PTOTEMOE0027	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,75 6/2019		26.020.000,00	103,00		26.801.617,09	104,99	27.318.585,30
PTOTEQOE0015	REPÚBLICA DE PORTUGAL 5,65 2/2024		11.890.000,00	119,72		14.234.436,49	130,30	15.493.151,47
PTOTEROE0014	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,875 2/2030		4.912.000,00	108,19		5.314.368,86	122,42	6.013.442,90
PTOTESOE0013	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,2 10/2022		7.385.000,00	99,01		7.311.527,85	108,32	7.999.389,22
PTOTETOE0012	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 7/2026		4.275.000,00	104,06		4.448.670,78	112,17	4.795.066,44
PTOTEUOE0019	REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,125 4/2027		18.080.000,00	104,41		18.877.365,20	123,08	22.252.753,45
PTOTEVOE0018	REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,125 10/2028		1.900.000,00	103,01		1.957.228,00	104,12	1.978.212,08
PTOTEYOE0007	REPÚBLICA DE PORTUGAL 3,85 4/2021		11.219.000,00	98,42		11.042.078,21	112,07	12.572.617,82
	SUBTOTAL	-	140.124.500,00			147.290.160,57		162.394.775,08
	2.1.2.2. – De outros emissores públicos							
	SUBTOTAL							
	2.1.2.3. – De outros emissores							
PTGALJOE0008	GALP ENERGIA SGPS S.A. 3 1/2021		200.000,00	107,15		214.300,00	106,27	212.542,06
PTNOSFOM0000	NOS SGPS S.A. 1,125 5/2023		2.000.000,00	99,76		1.995.242,84	100,46	2.009.293,84
PTTGUAOM0005	TAGUS SOCIEDADE DE TITULARIZAC 1,582 5/2025		3.312.348,30	103,00		3.411.718,77	102,67	3.400.930,32

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
SUBTOTAL			5.512.348,30			5.622.261,61		5.622.766,22
SUBTOTAL 2.1.2.			-	145.636.848,30		152.911.422,18		168.017.541,30
SUBTOTAL 2.1.			-	145.636.848,30		152.911.422,18		168.017.541,30
2.2. – Títulos estrangeiros								
2.2.1. – Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.1.1. – Ações								
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	12.330			23,52	290.054,50	33,83	417.123,90
FR0000120073	AIR LIQUIDE S.A.	2.372			105,98	251.377,80	108,45	257.243,40
DE0008404005	ALLIANZ SE	474			177,42	84.097,29	175,14	83.016,36
NL0010273215	ASML HOLDING NV	1.645			145,07	238.635,37	137,16	225.628,20
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	126.661			5,91	748.090,73	4,64	587.137,05
ES0113900J37	BANCO SANTANDER S.A.	220.928			4,51	996.500,23	3,97	877.746,93
ES0113307062	BANKIA S.A.	13.545			3,31	44.853,57	2,56	34.675,20
ES0113679I37	BANKINTER	32.426			7,33	237.648,21	7,02	227.565,65
DE000BAY0017	BAYER AG	5.159			67,39	347.661,75	60,56	312.429,04
FR0000131104	BNP PARIBAS S.A. – PARIS	24.398			46,60	1.137.022,24	39,47	963.111,04
ES0140609019	CAIXABANK S.A.	76.558			4,14	317.251,61	3,16	242.229,51
FR0000120644	DANONE S.A.	7.844			56,64	444.253,31	61,51	482.484,44
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	46.693			13,82	645.491,73	14,82	691.990,26
DE000ENAG999	E.ON SE	17.637			7,59	133.802,01	8,63	152.154,39
IT0003128367	ENEL SPA	118.379			4,47	529.329,74	5,04	597.103,66
FR0010208488	ENGIE S.A.	22.844			13,53	309.080,26	12,52	286.121,09
IT0003132476	ENI SPA	38.419			14,67	563.740,00	13,75	528.184,40
ES0118900010	FERROVIAL S.A.	19.754			17,33	342.351,02	17,69	349.547,02
GB0009252882	GLAXOSMITHKLINE PLC	9.087			16,99	154.425,56	16,60	150.826,22
ES0171996087	GRIFOLS S.A.	7.394			19,81	146.453,56	22,90	169.322,60
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	101.519			4,53	460.117,86	7,02	712.460,33
ES0148396007	INDÚSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S.A.	17.099			31,66	541.413,17	22,35	382.162,65
NL0011821202	ING GROEP N.V.	8.221			12,48	102.623,15	9,41	77.359,61
ES0105025003	MERLIN PROPERTIES SOCIMI S.A.	17.983			9,35	168.064,60	10,78	193.946,64

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
DE0008430026	MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS	1.754			156,22	274.018,50	190,55	334.224,70
ES0116870314	NATURGY ENERGY GROUP S.A.	10.850			18,41	199.772,97	22,26	241.521,00
CH0038863350	NESTLE S.A.	3.455			71,70	247.731,01	70,86	244.837,30
CH0012005267	NOVARTIS AG	1.692			64,60	109.310,70	74,63	126.273,72
FR0000133308	ORANGE S.A.	22.183			12,72	282.233,03	14,15	314.000,36
ES0173516115	REPSOL S.A.	37.975			12,68	481.593,72	14,08	534.688,00
ES06735169D7	REPSOL S.A.	37.975			0,41	15.607,71	0,40	15.190,00
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG	1.266			140,73	178.165,00	216,15	273.640,82
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	10.562			25,36	267.881,79	25,65	270.968,10
FR0000120578	SANOFI	5.164			70,71	365.164,10	75,66	390.708,24
DE0007164600	SAP SE	4.166			71,17	296.505,94	86,93	362.150,38
DE0007236101	SIEMENS AG	7.275			98,25	714.768,97	97,38	708.439,50
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	80.086			7,67	614.648,68	7,34	587.751,14
FR0000120271	TOTAL S.A.	19.710			42,94	846.426,12	46,18	910.207,80
NL0000009355	UNILEVER PLC	2.186			47,43	103.678,00	47,42	103.660,12
FR0000125486	VINCI S.A.	5.260			62,13	326.828,31	72,02	378.825,20
FR0000127771	VIVENDI S.A.	30.441			20,00	608.947,22	21,28	647.784,48
GB00BH4HKS39	VODAFONE GROUP	79.813			1,62	129.062,19	1,70	135.831,81
	SUBTOTAL	1.311.182				15.296.683,23		15.582.272,26
	2.2.1.2. – Títulos de participação							
	SUBTOTAL							
	2.2.1.3. – Unidades de participação em fundos de investimento							
ES0157103005	ALTAMAR X GLOBAL PRIVATE EQ PR	10.000				10.000,00	1,00	10.030,00
LU1851969334	ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SIC	28.321				28.360,59	1,03	29.170,44
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.884				957.017,65	315,68	1.226.227,38
ES0138658036	FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I.	133.976				1.565.000,00	11,71	1.568.715,77
ES0178520039	FONDMAPFRE BOLSA EUROPA F.I.	22.131				1.412.985,00	55,60	1.230.422,29
ES0138022001	FONDMAPFRE ELECCION DECIDIDA F.I.	240.243				1.570.200,00	6,17	1.482.842,42
ES0137910008	FONDMAPFRE ELECCION MODERADA F.I.	147.580				915.000,00	5,97	880.676,27
ES0112835006	FONDMAPFRE ELECCION PRUDENTE F.I.	324.035				1.923.709,78	5,83	1.889.676,37

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES0138445038	FONDMAPFRE GLOBAL F.I.	24.998				228.000,00	8,68	217.044,39
LU1829218319	LYXOR BARCLAYS FLOATING RATE E	1.188				120.154,79	98,72	117.274,60
	SUBTOTAL	936.355				8.730.427,81		8.652.079,93
	2.2.1.4. – Outros							
	SUBTOTAL							
	SUBTOTAL 2.2.1.	2.247.537		-		24.027.111,04		24.234.352,19
	2.2.2. – Títulos de dívida							
	2.2.2.1. – De dívida pública							
IT0005274805	REPÚBLICA DE ITALIA 2,05 8/2027		4.250.000,00	99,97		4.248.930,06	97,18	4.130.323,04
IT0004423957	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 3/2019		1.000.000,00	101,86		1.018.553,26	102,26	1.022.618,41
IT0004953417	REPÚBLICA DE ITALIA 4,5 3/2024		8.530.000,00	108,45		9.251.119,40	114,04	9.727.645,67
IT0003256820	REPÚBLICA DE ITALIA 5,75 2/2033		350.000,00	108,85		380.965,12	132,20	462.687,66
ES0000012A89	TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027		900.000,00	99,31		893.775,00	101,70	915.310,71
ES0000011967	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		4.200.000,00	72,19		3.032.073,07	99,92	4.196.697,11
ES00000123N4	TESORO PÚBLICO 100 1/2022		2.800.000,00	70,49		1.973.854,55	100,12	2.803.281,79
ES0000012676	TESORO PÚBLICO 100 7/2022		2.950.000,00	80,66		2.379.350,27	99,42	2.932.922,91
ES0000012726	TESORO PÚBLICO 100 7/2027		700.000,00	43,26		302.837,99	89,11	623.748,56
ES0000012767	TESORO PÚBLICO 100 7/2031		700.000,00	34,45		241.146,79	78,90	552.309,49
ES00000126B2	TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024		3.500.000,00	104,77		3.666.950,00	112,51	3.937.894,45
ES00000124V5	TESORO PÚBLICO 2,75 4/2019		2.000.000,00	103,22		2.064.350,76	102,89	2.057.817,23
ES00000124W3	TESORO PÚBLICO 3,8 4/2024		2.200.000,00	110,90		2.439.836,00	119,57	2.630.613,29
ES0000012932	TESORO PÚBLICO 4,2 1/2037		5.440.000,00	92,61		5.038.091,27	135,40	7.365.514,24
ES00000123X3	TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023		2.275.000,00	107,27		2.440.332,50	119,84	2.726.425,64
ES00000122E5	TESORO PÚBLICO 4,65 7/2025		2.945.000,00	100,60		2.962.554,22	126,56	3.727.151,93
ES00000121S7	TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041		25.000,00	99,77		24.943,70	143,29	35.821,64
ES00000121G2	TESORO PÚBLICO 4,8 1/2024		100.000,00	127,98		127.979,00	126,07	126.065,50
ES00000122T3	TESORO PÚBLICO 4,85 10/2020		300.000,00	89,27		267.795,00	110,19	330.575,76
ES00000120N0	TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040		4.260.000,00	88,17		3.756.101,64	146,40	6.236.666,84
ES00000124C5	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2028		1.584.000,00	116,69		1.848.408,60	135,04	2.139.044,75
ES00000124H4	TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044		3.196.000,00	127,29		4.068.251,04	151,99	4.857.723,19

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
ES00000123B9	TESORO PÚBLICO 5,5 4/2021		9.850.000,00	103,74		10.218.345,96	116,97	11.521.956,26
ES0000012411	TESORO PÚBLICO 5,75 7/2032		2.365.000,00	101,83		2.408.301,33	150,33	3.555.422,34
ES00000123K0	TESORO PÚBLICO 5,85 1/2022		2.575.000,00	111,42		2.868.965,50	123,55	3.181.322,85
ES00000123C7	TESORO PÚBLICO 5,9 7/2026		4.170.000,00	117,11		4.883.688,21	137,86	5.748.933,56
ES0000011868	TESORO PÚBLICO 6 1/2029		675.000,00	103,01		695.317,61	148,28	1.000.858,25
	SUBTOTAL	-	73.840.000,00			73.502.817,85		88.547.353,07
	2.2.2.2. – De outros emissores públicos							
XS0599993622	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021		1.000.000,00	98,90		989.000,00	118,18	1.181.754,18
	SUBTOTAL	-	1.000.000,00			989.000,00		1.181.754,18
	2.2.2.3. – De outros emissores							
XS0765299572	ABN AMRO BANK N.V. AMSTERDAM 4,125 3/2022		740.000,00	107,03		792.022,00	115,31	853.297,99
XS1799975765	AIB GROUP PLC 1,5 3/2023		700.000,00	97,04		679.301,00	98,94	692.563,91
XS1909193150	ALLERGAN FUNDING SCS 1,5 11/2023		1.200.000,00	99,63		1.195.536,00	100,93	1.211.135,92
XS1002977103	BANK OF AMERICA CORP 1,875 1/2019		240.000,00	99,56		238.955,29	101,88	244.509,38
XS0611398008	BARCLAYS BANK PLC LONDON 6,625 3/2022		750.000,00	124,17		931.253,25	117,29	879.640,50
ES0205067103	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,7 6/2021		5.000.000,00	100,05		5.002.500,00	106,33	5.316.699,48
ES0205067145	BBVA GLOBAL MARKETS B.V. 2,71 1/2022		5.000.000,00	100,05		5.002.500,00	105,51	5.275.636,48
XS1752476538	CAIXABANK S.A. 0,75 4/2023		200.000,00	98,52		197.036,00	98,52	197.040,64
XS1897489578	CAIXABANK S.A. 1,75 10/2023		1.000.000,00	99,32		993.200,00	99,81	998.123,18
XS1808351214	CAIXABANK S.A. 2,25 4/2030		1.000.000,00	98,70		987.000,00	92,42	924.208,08
ES0414970246	CAIXABANK S.A. 3,625 1/2021		1.800.000,00	86,55		1.557.874,11	111,12	2.000.100,72
ES0414970303	CAIXABANK S.A. 4,5 1/2022		4.250.000,00	93,29		3.965.003,78	117,79	5.005.991,27
ES0414970402	CAIXABANK S.A. 4,625 6/2019		900.000,00	98,93		890.367,00	104,74	942.646,01
XS1069772082	COOPERATIEVE RABOBANK UA 2,5 5/2026		200.000,00	106,36		212.720,00	105,10	210.200,61
DE000DL19T18	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT 0,375 1/2021		1.100.000,00	99,19		1.091.035,00	97,45	1.071.927,26
XS1842121029	DOURO FINANCE B.V. 1,5 10/2024		6.900.000,00	100,00		6.900.000,00	97,05	6.696.178,57
XS1558083652	EDP FINANCE B.V. 1,875 9/2023		500.000,00	105,88		529.400,00	104,04	520.179,53
XS0399353506	EDP FINANCE B.V. 100 11/2023		3.800.000,00	91,94		3.493.850,00	93,35	3.547.272,08
FR0011318658	ELECTRICITE DE FRANCE S.A. 2,75 3/2023		900.000,00	99,26		893.349,00	111,27	1.001.396,96
XS0451457435	ENI SPA 4,125 9/2019		200.000,00	105,04		210.079,87	104,14	208.283,96

(Continua)

(Continuação)

Euros

Código	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							Unitário*	Total
XS0954025267	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING UN 2,25 7/2020		700.000,00	99,69		697.802,00	103,50	724.513,24
NL0000122489	ING BANK NV AMSTERDAM 5,25 6/2019		250.000,00	99,34		248.346,07	105,29	263.225,14
XS0412842857	INNOGY FINANCE BV 6,5 8/2021		600.000,00	99,97		599.790,91	118,94	713.650,50
XS1139091372	LLOYDS BANK PLC 1 11/2021		1.000.000,00	101,96		1.019.633,05	101,55	1.015.475,20
XS1633845158	LLOYDS BANKING GROUP PLC 0,471 6/2024		500.000,00	101,89		509.460,00	95,13	475.638,46
XS1828132735	MITSUBISHI UFJ FINANCIAL GROUP 0,234 5/2023		400.000,00	100,00		400.000,00	99,31	397.231,68
XS0627188468	NATURGY CAPITAL MARKETS S.A. 5,375 5/2019		600.000,00	99,46		596.760,00	105,48	632.856,26
XS0801636902	NORDEA BANK ABP 3,25 7/2022		3.280.000,00	99,25		3.255.236,00	111,68	3.663.182,59
XS1423826798	REN FINANCE BV 1,75 6/2023		400.000,00	99,59		398.348,00	104,43	417.736,66
XS0733696495	REPSOL INTERNATIONAL FINANCE B 4,875 2/2019		2.500.000,00	100,08		2.502.013,55	104,90	2.622.481,25
XS1330948818	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S 1,375 12/2022		100.000,00	99,92		99.924,00	102,94	102.941,76
XS0907289978	TELEFONICA EMISIONES S.A.U. 3,961 3/2021		300.000,00	100,64		301.928,22	111,51	334.539,54
	SUBTOTAL	-	47.010.000,00			46.392.224,10		49.160.504,81
	SUBTOTAL 2.2.2.	-	121.850.000,00			120.884.041,95		138.889.612,06
	SUBTOTAL 2.2.	2.247.537	121.850.000,00			144.911.152,99		163.123.964,25
	2.3. – Derivados de negociação							
	SUBTOTAL 2.3.							
	2.4. – Derivados de cobertura							
	SUBTOTAL 2.4.							
	TOTAL 2.	2.247.537	267.486.848,30			297.822.575,17		331.141.505,55
	TOTAL GERAL	2.247.537	267.486.848,30			297.822.575,17		331.141.505,55

* Inclui o valor dos juros decorridos.

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

Anexo 2.1 / 31.12.2019

Euros

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para sinistros	Custos com sinistros*	Provisão para sinistros*	Reajustamentos
	Em 31/12/2018	Montantes pagos no exercício	Em 31/12/2019	
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Vida	13.131.725,66	8.478.853,11	3.526.035,30	(1.126.837,25)
Não vida	-	-	-	-
Acidentes e doença	-	-	-	-
Acidentes de trabalho	-	-	-	-
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	-	-	-	-
Doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	-	-	-	-
Responsabilidade civil	-	-	-	-
Outras coberturas	-	-	-	-
Marítimo e transportes	-	-	-	-
Aéreo	-	-	-	-
Mercadorias transportadas	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
TOTAL	13.131.725,66	8.478.853,11	3.526.035,30	(1.126.837,25)

* Sinistros ocorridos no ano 2018 e anteriores.

Anexo 2.2 / 31.12.2018

Euros

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para sinistros	Custos com sinistros*	Provisão para sinistros*	Reajustamentos
	Em 31/12/2017	Montantes pagos no exercício	Em 31/12/2018	
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Vida	7.460.889,89	3.544.490,81	2.849.130,53	(1.067.268,55)
Não vida	-	-	-	-
Acidentes e doença	-	-	-	-
Acidentes de trabalho	-	-	-	-
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	-	-	-	-
Doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	-	-	-	-
Responsabilidade civil	-	-	-	-
Outras coberturas	-	-	-	-
Marítimo e transportes	-	-	-	-
Aéreo	-	-	-	-
Mercadorias transportadas	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
TOTAL	7.460.889,89	3.544.490,81	2.849.130,53	(1.067.268,55)

* Sinistros ocorridos no ano 2017 e anteriores.



5 | certificação legal das contas e relatório e parecer do conselho fiscal



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
 Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15º
 1069-006 Lisboa - Portugal
 +351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 341.437.160,64 euros e um total de capital próprio de 48.562.007,98 euros, incluindo um resultado líquido de 3.555.300,80 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. Capital Social: 3.918.000 Euros – Pessoa Coletiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 20161489 - Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078



Ênfase

Chamamos a atenção para a nota 42.3 às demonstrações financeiras onde se descreve que, no seguimento dos acontecimentos mais recentes já em 2020 e apesar de ainda não ser possível antever, a esta data, a evolução à escala mundial da epidemia desencadeada pelo COVID-19, é provável que a mesma venha a ter repercussões sobre a atividade da Entidade em 2020, cujo impacto não é ainda possível quantificar. A Entidade ativou o seu “Plano de Continuidade de Negócio” tendo em vista a adoção de medidas internas que possam minimizar as consequências desta epidemia. O Conselho de Administração considera que, face à informação atualmente disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade da Entidade. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento da imparidade)

Em 31 de dezembro de 2019, a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda e a carteira de ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas totalizam 324.758.203 euros, representando cerca de 95% do ativo, conforme notas 4 e 5 às demonstrações financeiras.

O Risco

A mensuração destes ativos encontra-se ao justo valor de acordo com a respetiva política contabilística que se encontra detalhada na nota 2.3 das notas anexas às demonstrações financeiras. A Entidade determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda de acordo com o descrito no ponto Imparidade, da alínea b) Mensuração subsequente, da referida nota.

O justo valor para a maioria dos ativos, que compõem a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, é determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo ou através de *price providers*. Conforme referido nas notas 4.2 e 5.2 das notas anexas às demonstrações financeiras, o justo valor depende de fatores como as condições económicas e *spreads* praticados no mercado, entre outros.

A avaliação efetuada pelo Conselho de Administração não toma em consideração o potencial efeito da COVID-19, sendo este um evento ocorrido após a data de referência das contas e, por conseguinte, um evento não ajustável. Nesse contexto, a evolução dos efeitos da COVID – 19 poderá ter impactos relevantes na avaliação futura do justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Avaliação do desenho e implementação pela Entidade dos procedimentos de controlo interno relevantes ao nível da mensuração e reconhecimento das operações com a sua carteira de instrumentos financeiros.
- Reconciliação da carteira de instrumentos financeiros com as demonstrações financeiras.
- Teste à valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade.
- Testes para avaliar eventuais perdas por imparidade.
- Revisão das divulgações da Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

Em 31 de dezembro de 2019, as Provisões Técnicas e as Responsabilidades relativas a contratos de investimento, no montante de 276.545.168 euros e 7.132.302 euros, respetivamente representam, em conjunto 97% do Passivo à mesma data, conforme notas 14 e 15 às demonstrações financeiras.

O Risco

A Entidade procede em cada data de relato a uma avaliação da adequação das suas responsabilidades com provisões técnicas e contratos de investimento.

Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte da Administração da Entidade, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e atuariais usados como *inputs* para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento esperado da carteira de investimentos afetos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Avaliação do desenho e implementação pela Entidade dos procedimentos de controlo interno relevantes ao nível da sua política de provisionamento técnico.
- Realização de testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos utilizados pela Entidade na projeção dos seus passivos relativos a contratos de seguros e de investimento e (ii) da taxa de retorno esperada da carteira de investimentos.
- Análise da movimentação para o ano findo em 31 de dezembro de 2019 das responsabilidades com contratos de seguros e de investimento, tendo em consideração os pressupostos adotados pela Entidade, bem como a nossa compreensão da evolução do negócio e das tendências de mercado.
- Avaliação do trabalho produzido e a objetividade das conclusões obtidas pelo atuário independente contratado pela Entidade, bem como a sua competência profissional.
- Revisão das divulgações da Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.



Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de março de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2017. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 25 de março de 2018 para um segundo mandato compreendido entre 2018 e 2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 4 de março de 2020.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - Relatório de Conclusões Factuais do Revisor Oficial de Contas a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de Março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de Março da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma n.º 2/2017-R, de 24 de Março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II); e

7



- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno quanto aos procedimentos específicos para o combate ao Branqueamento de Capitais e à Política Antifraude nos termos do n.º 2 da Circular n.º 1/2017 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

27 de março de 2020

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
José Manuel Horta Nova Nunes (ROC n.º 1581)

8

Mapfe Seguros de Vida, SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2019

Senhores Acionistas

1. No âmbito geral das disposições dos artigos 413º a 423º-A do Código das Sociedades Comerciais relativas à fiscalização das sociedades por Conselho Fiscal, no âmbito dos artigos 26º e 27º dos estatutos da Sociedade, relativos à fiscalização da sociedade e dos atos sociais, no âmbito das disposições pertinentes do regime jurídico da atividade seguradora, aprovado como anexo I da lei 147/2015, com as alterações a ele introduzidas pelo decreto-lei 127/2017, pela lei 35/2018 e pela lei 7/2019, tendo em conta as disposições legais pertinentes às ditas “entidades de interesse público” como é o caso das seguradoras, e tendo ainda em conta, na parte aplicável, as normas regulamentares das entidades de regulação e supervisão, como a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários pelas suas funções específicas de supervisão das atividades de auditoria e dos auditores, e em corolário das suas demais competências e deveres, vem o Conselho Fiscal, nos termos específicos da alínea g) do número 1 do artigo 420º do mencionado Código, apresentar **relatório** sobre a sua ação fiscalizadora, e dar **parecer** sobre o relatório, sobre as contas e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Mapfre Seguros de Vida, SA, tudo relativamente ao exercício findo em 31-12-2019.
2. Os membros do Conselho Fiscal, na sua atual conformação, foram designados por deliberações dos senhores acionistas tomadas em Assembleias Gerais de 25-7-2018 e de 5-12-2018 para o triénio 2018-2020, tendo-lhe cabido dar parecer sobre o relatório, sobre as contas e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Mapfre Seguros de Vida SA relativamente ao exercício de 2018.
3. O Conselho Fiscal tomou como ponto de partida da sua análise todos os documentos de contas relativos ao triénio anterior e a 2018, e analisou e discutiu a extensa informação entretanto disponibilizada pelo Conselho de Administração da Sociedade, pelo seu diretor financeiro e pelo seu diretor de auditoria interna e, designadamente, os sucessivos relatórios de gestão para o Conselho Fiscal de maio, de agosto, de setembro, de outubro e de dezembro de 2019.
4. O Conselho Fiscal também recebeu do Conselho de Administração o designado Relatório ORSA (Own Risk and Solvency Assessment) referido a 31-12-2018, estando ainda em preparação, no seu prazo próprio, o Relatório relativo a 31-12-2019.
5. O Conselho Fiscal recebeu e analisou o Relatório da Actuarial de 10-2-2020 relativo ao provisionamento a 31-12-2019, e analisou e discutiu também os documentos informativos e metodológicos da sociedade revisora oficial de contas KPMG: “Relatório para o Conselho Fiscal” de 11-12-2019, e “Relatório para o Conselho Fiscal” de 4-3-2020, ambos com referência a 31-12-2019.

Mapfe Seguros de Vida, SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2019

6. O Conselho Fiscal, depois da Assembleia Geral da Sociedade em 28-3-2019, realizou reuniões regulares próprias e, nas mesmas datas, reuniões de trabalho com o administrador-delegado e com os mencionados diretores financeiros e de auditoria interna, em 28-6-2019, em 11-10-2019, em 11-12-2019, e em 4-3-2020, e reuniu de novo (à distância) em 27-3-2020, para apreciar os documentos finais e formular o seu parecer.
7. Nas reuniões de 11-10-2019, de 11-12-2019 e de 4-3-2020, estiveram também presentes os representantes da auditora KPMG, tendo-se analisado e discutido detalhadamente os documentos informativos do Conselho de Administração e, nas datas correspondentes, os documentos informativos e metodológico da sociedade revisora oficial de contas “Relatório para o Conselho Fiscal de 11-12-2019” e “Relatório para o Conselho Fiscal de 4-3-2020”, ambos relativos às demonstrações financeiras para o ano findo em 31-12-2019.
8. O Conselho Fiscal recebeu em 28-2-2020, e analisou depois devidamente, versão preliminar do Relatório de Gestão 2019 do Conselho de Administração, as Contas relativas ao exercício de 2019 e o Balanço em 31-12-2019, a Demonstração da Variação do Capital Próprio, a Demonstração do Rendimento Integral, o Fluxo de Caixa, bem como as Notas às Demonstrações Financeiras, tudo tendo sido discutido na reunião do Conselho Fiscal de 4-3-2020 e na reunião que, na mesma data, teve com a administração e diretores financeiro e de auditoria interna da Sociedade, e com os representantes da auditora KPMG, tendo já em conta, também e simultaneamente, o antes mencionado “Relatório para o Conselho Fiscal de 4-3-2020”, da KPMG.
9. Na mesma reunião de 4-3-2020 foi ainda analisado e discutido o mencionado relatório da Actuarial de 11-2-2020 sobre o provisionamento da Mapfre Seguros de Vida a 31 de dezembro de 2019.
10. Na reunião de 4-3-2019 e no seu próprio Relatório em versão preliminar, os auditores KPMG confirmaram a bondade das contas e da sua apresentação, no escopo da respetiva intervenção, e confirmaram o sentido favorável de todas as comunicações obrigatórias ao Conselho Fiscal: não pediram qualquer representação específica para a carta de representação do Conselho de Administração relativa às Contas de 2019; não surgiram questões significativas relacionadas com partes relacionadas nem outras questões relevantes; não identificaram nem deficiências de controlo nem suspeitas de fraude ou de incumprimento de leis ou regulamentos; não existiram alterações ao relatório de auditoria nem a sua elaboração suscitou dificuldades significativas, divergências ou inconsistências; não foi evidenciada qualquer situação que pudesse afetar a independência do relato e da auditoria; foram seguidas as práticas contabilísticas apropriadas e as matérias significativas, relativas a provisões para sinistros, a instrumentos financeiros e ao reconhecimento de créditos, tudo tendo sido discutido e adequadamente

Mapfe Seguros de Vida, SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2019

suportado.

11. Nas reuniões realizadas relativamente à atividade e às contas de 2019, como ocorreria antes relativamente à atividade e ao exercício de 2018, o Conselho Fiscal formulou questões e recebeu respostas adequadas sobre os critérios de avaliação de ativos e de responsabilidades e, designadamente, sobre metodologias e critérios de provisionamento em uso na Mapfe Seguros de Vida, sobre as respetivas bases técnicas e bases financeiras, e ainda sobre metodologias e critérios de auditoria de procedimentos, de fiabilidade e de compleição dos dados, e sobre a credibilização dos métodos, dos cálculos e dos valores registados a título de provisões com bases atuariais, ou de outras provisões, em uso quer pela KPMG, quer pela Atuarial, tendo analisado e discutido as respetivas diferenças que, considerando os seus diferentes pressupostos, não se apresentaram como materialmente relevantes.

12. O Conselho Fiscal, nas reuniões de trabalho havidas, alcançou receber dos demais órgãos e dos serviços da Sociedade a informação relevante e adequada para o exercício das suas funções, não tendo sido informado de quaisquer reservas ou ênfases sobre a bondade das contas ou sobre a situação da Sociedade, antes tendo recebido a confirmação das suas boas práticas.

13. O Conselho Fiscal teve entretanto em conta a nota informativa pública da ASF de 18-3-2020, sobre “ações e recomendações em resposta aos desenvolvimentos relativos ao Coronavírus (Covid-19)”, a declaração de 17-3-2020 da EIOPA (the European Insurance and Occupational Authority) sobre “ações para mitigar o impacto do Coronavírus/Covid-19 no setor segurador europeu”, as diferentes recomendações da CMVM de 20-3-2020 sobre “a atividade de auditoria no âmbito do Covid-19”, o comunicado do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, divulgado também em 20-3-2020, sobre o “contributo dos órgãos de fiscalização de entidades de interesse público para a qualidade da auditoria”, e diversos documentos de entidades de referência citados em tais documentos, tendo pedido à sociedade e à KPMG que fizessem informar o Conselho Fiscal sobre o eventual impacto imediato da pandemia mencionada sobre a atividade corrente da Sociedade e sobre os seus resultados futuros.

14. As medidas imediatas tomadas pela Sociedade, e entretanto adequadamente informadas ao Conselho Fiscal, mitigaram enormemente o risco da sua exposição imediata à pandemia, estando a Sociedade a funcionar integralmente, ainda que predominantemente em regime de teletrabalho, preservando o seu ativo humano, realizando simultaneamente toda a sua atividade operacional, e observando todas as prescrições de fazer e todas as prescrições de não fazer determinadas às empresas de seguros, por lei excecional ou por determinação das autoridades competentes.

15. A “autoavaliação, prospetiva de riscos e solvência” no designado e mencionado “Relatório

Mapfe Seguros de Vida, SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2019

ORSA”, que segue estritamente os padrões fixados pela ASF e pela EIOPA (no quadro das “orientações sobre a submissão de informação às autoridades de supervisão nacionais”), ainda que não permita avaliar desde já o possível impacto económico e social da pandemia, permite concluir que a Sociedade é adequadamente resiliente aos diversos impactos ali estudados e parametrizados, que será comparativamente mais resiliente do que outros operadores da mesma área de atividade e que, por isso mesmo, será plausível admitir que a sua atividade em 2020 se terá de acomodar às eventuais consequências do “interregno” social e económico em curso, mas não será afetada estruturalmente, sendo essa também a perspetiva do Conselho de Administração da Sociedade, confirmada na versão final do seu Relatório de Gestão, e dos auditores da KPMG.

16. O Conselho Fiscal, nas reuniões de trabalho havidas, e também, como agora realça, nos pedidos que fez com base nas mencionadas recomendações relativas ao impacto da pandemia Covid-19, alcançou receber dos demais órgãos e serviços da Sociedade, e também dos Auditores, a informação relevante e adequada para o exercício das suas funções, não tendo sido informado de quaisquer outras reservas ou ênfases sobre a bondade das contas ou sobre a situação da Sociedade, antes tendo recebido a confirmação das suas boas práticas e visto confirmada a preparação da Sociedade para bem superar em 2020 o impacto inesperado, e antes imprevisível, da situação pandémica agora ainda em curso.

17. O Conselho Fiscal foi também informado pela Sociedade de que esta pediu, e alcançou obter dos seus principais fornecedores e parceiros, garantias razoáveis e adequadas de que a situação de pandemia em curso não afetará entretanto, nem afetará no futuro, quaisquer aspetos essenciais das suas operações.

18. O Conselho Fiscal recebeu, entretanto, a “carta de representação” do Conselho de Administração com data de 26-3-2020 e dirigida à KPMG, e recebeu também da KPMG, como devido, o Relatório de Auditoria devidamente assinado, e a correspondente Certificação Legal das Contas, sem que estes documentos apresentem ou sugiram reservas, ênfases ou recomendações que justifiquem qualquer outro registo, reparo ou diligência do Conselho Fiscal.

19. Tendo em conta o que fica como **relatório** da sua atividade, o Conselho Fiscal está em condições de dar o seu **parecer** e de, nesse âmbito legal, declarar que na sua convicção o Relatório do Conselho de Administração descreve adequadamente o que foi a atividade da Mapfe Seguros de Vida, SA, em 2019.

20. Tendo ainda em conta o que fica como **relatório** da sua atividade, e a informação recebida e diligentemente analisada, o Conselho Fiscal no seu conjunto, e cada um dos seus Membros individualmente, todos aqui signatários, declara e declaram ainda, sob sua responsabilidade conjunta e individual, ser **parecer** seu que, quanto foi e é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas

Mapfe Seguros de Vida, SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2019

relativas ao exercício de 2019, em todas as suas peças, e o próprio Certificado Legal, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, apresentam e representam adequadamente a atividade e a evolução dos negócios em 2019, e dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, dos resultados e da situação financeira da Sociedade em 31-12-2019.

21. Os eventos posteriores a 31-12-2019, que afetam a sociedade e a economia mundial, decorrentes da pandemia Covid-19, declarada como tal pela OMS em 11-3-2020, não afetam de nenhuma maneira a apreciação muito favorável feita à atividade e às contas da Sociedade em 2019, sendo a situação patrimonial apurada em 31-12-2019, e a própria afetação integral dos resultados à reserva legal e a reservas livres, fatores muito favoráveis para que a Sociedade possa superar positivamente, e superar comparativamente melhor, o impacto social e económico da pandemia em Portugal.

22. Tendo em conta quando diz e fica, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31-12-2019;
- b) Aprove as Contas relativas ao exercício de 2019 apresentadas pelo Conselho de Administração e certificadas pela KPMG como sociedade revisora oficial de contas e auditora externa;
- c) Aprove a proposta de aplicação de resultados formulada a final do Relatório de Gestão, e que está em conformidade com as normas legais aplicáveis, **no sentido de o resultado líquido do exercício – no montante de 3.555.300,80 € (três milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil e trezentos euros, e oitenta cêntimos) - ser destinado ao reforço dos fundos próprios da Sociedade, da seguinte forma:**
 - 355.530,08 € (trezentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos e trinta euros, e oito cêntimos), **como reserva legal;**
 - 3.199.770,72 € (três milhões, cento e noventa e nove mil, setecentos e setenta euros, e setenta e dois cêntimos) **como reservas livres;**
- d) Aprecie, nos termos previstos sob o artigo 455º do CSC, as condições em que foi assegurada a administração e a fiscalização da Sociedade.

Lisboa, 27 de março de 2020

José Ferreira Machado, Presidente

Luís Filipe Caldas, Vogal

João Sobral do Rosário, Vogal

RELATÓRIO E CONTAS 2019

MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.



Rua Doutor António Loureiro Borges, 9,
Edifício Zenith – Miraflores
1495-131 ALGÉS. Portugal

www.mapfre.pt



Design, paginação e revisão: Choice – Comunicação Global, Lda.    choice.pt